

DULCE BEATRIZ MENDES LASSEN

NO TECER DOS FIOS:  
resistência no discurso das mulheres camponesas

PORTO ALEGRE  
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM LETRAS  
Área de Concentração: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
Especialidade: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO  
Linha de Pesquisa: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

NO TECER DOS FIOS:  
resistência no discurso das mulheres camponesas

DULCE BEATRIZ MENDES LASSEN  
ORIENTADORA: Profa. Dra. SOLANGE MITTMANN

Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE  
2011

## CIP - Catalogação na Publicação

Lassen, Dulce Beatriz Mendes  
No tecer dos fios: resistência no discurso das  
mulheres camponesas / Dulce Beatriz Mendes Lassen. --  
2011.  
158 f.

Orientadora: Solange Mittmann.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de  
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Movimento de Mulheres Camponesas. 2. Pré-  
Construídos. 3. Resistência. 4. Efeitos de sentido.  
I. Mittmann, Solange, orient. II. Título.

DULCE BEATRIZ MENDES LASSEN

NO TECER DOS FIOS:  
resistência no discurso das mulheres camponesas

Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em dezembro de 2011.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Freda Indursky (UFRGS)

---

Profa. Dra. Ercília Ana Cazarin (UPF)

---

Profa. Dra. Renata Silveira da Silva (UNIPAMPA)

Para Josina Lúcia, minha mãe

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe, por ser a fortaleza que me mantém em pé.

À Solange Mittmann, pela paciência com meu silêncio e meus “nãoos-sei”, com minhas inseguranças e minhas reclamações. Pela delicadeza carinhosa nas orientações, que, mais do que explicações, foram palavras de incentivo. E agradeço, especialmente, pelo brilho no olhar de mestre que gosta de ensinar.

À professora Ercília Ana Cazarin, por ter me apresentado à Análise do Discurso, caminho difícil, mas transformador. As marcas adquiridas são indelévels...

À Marilene, por sempre me ligar me chamando para almoçar aos domingos em sua casa, e também por sempre perguntar notícias “lá de fora”.

À Marlene, pelo cuidado maternal.

Às colegas Luana e Luciana, pela companhia nas aulas e pelas discussões a respeito dos trabalhos.

Às amigas Ivanise, Franciele, Ângela, Ivi, Chaiane, Paula e Patrícia, pelas palavras de incentivo e consolo, que nunca faltaram.

À CAPES, pela concessão bolsa de estudos, e ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, pela oportunidade.

“Sempre que penso nas mulheres, me vem a imagem de um rio enorme e caudaloso que temos que atravessar. Umas apenas molham os pés e desistem, outras nadam até a metade e voltam, temendo que lhe faltem as forças. Mas há aquelas que resolvem alcançar a outra margem custe o que custar. Da travessia, vão largando pedaços de carne, pedaços delas mesmas. E pode parecer aos outros que do lado de lá vai chegar um trapo humano, uma mulher estraçalhada. Mas o que ficou pelo caminho é tão somente a pele velha. Na outra margem chega uma nova mulher...”.

(Zuleica Alambert,  
[http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha\\_defesa\\_vida\\_2008.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_defesa_vida_2008.pdf))

“Eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto. O que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que me estou transformando” (LACAN, 1988, p. 275).

## RESUMO

Nesta Dissertação, analisamos diferentes fios discursivos que constituem o tecido do discurso do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC BRASIL). Nosso objetivo é compreender como se dá o funcionamento das práticas discursivas desse movimento social do campo: o que é (ou há de) repetição, paráfrase e saturação de discursos já sedimentados, e o que é (ou há de) deslocamento, polissemia e (re)significação?. Para isso, nesta pesquisa, filiada à Análise de Discurso pecheuxtiana, percorremos diferentes pontos do objeto em estudo, como, por exemplo, a simbolização de objetos físicos, que delimitam um imaginário de identidade para a mulher-militante, a relação entre o Movimento e o Aparelho (Repressivo) de Estado, e o questionamento ao modo como o Aparelho Ideológico Escolar oferece a educação aos camponeses. Observamos, por um lado, enunciados que são próprios à Formação Discursiva das Mulheres Trabalhadoras do Campo que regula o dizer desses sujeitos e, por outro, enunciados que devem ser negados, e, ainda, como se manifestam diferentes posicionamentos da mesma Formação Discursiva. A seguir, analisamos formulações em que dizeres retornam, pela repetição de enunciados, sob a forma de *pré-construídos*. Ao final da Dissertação, realizamos uma discussão sobre *gesto*, entendido a partir de Pêcheux (1993a, p. 78), como “ato no nível do simbólico”, e sobre aquilo que se discursiviza a partir de “atos” das camponesas diante da lente da câmera fotográfica. Nosso percurso teórico-analítico pelos diferentes pontos destacados procura mostrar a resistência tanto à exploração pelo capital como à dominação pelo homem, a que estão submetidas as mulheres camponesas devido ao modo como está organizada a formação social capitalista e patriarcal, e como, a partir dessa resistência, efeitos de sentido são produzidos.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres Camponesas; Pré-construídos; Resistência; Efeitos de sentido.

## RÉSUMÉ

Dans cette Dissertation, nous analysons des différents fils discursifs qui constituent le tissu du discours du Mouvement de Femmes Campagnardes du Brésil (MMC Brasil). Notre objectif est de comprendre comment se développe le fonctionnement des pratiques discursives de ce mouvement social de la campagne: qu'est-ce qui est (ou qu'est-ce qu'il y a de) répétition, paraphrase et saturation de discours déjà sédimentés, et qu'est-ce qui est (ou qu'est-ce qu'il y a de) déplacement, polysémie et (ré)signification? Pour cela, dans cette recherche, affiliée à l'Analyse de Discours menée par Michel Pêcheux, nous parcourons des différents points de l'objet en étude, comme, par exemple, la symbolisation d'objets physiques, qui délimitent un imaginaire d'identité pour la femme-militante, la relation entre le Mouvement et l'Appareil (Répressif) de l'État, et le questionnement au mode comme l'Appareil Idéologique Scolaire offre l'éducation aux campagnards. Nous observons, d'un côté, des énoncés propres à la Formation Discursive des Femmes Travailleuses de la Campagne qui régularise le dire de ces sujets. D'un autre côté, nous vérifions des énoncés qui doivent être niés et, encore, comment se manifestent des différents positionnements de la même Formation Discursive. Ensuite, nous analysons des formulations dans lesquelles les dire reviennent, par la répétition d'énoncés, sous la forme de préconstruits. À la fin de la Dissertation, nous réalisons une discussion à propos du *geste*, entendu à partir de Pêcheux (1993a, p. 78), comme "acte dans le niveau du symbolique", et sur ce qu'on discursivise à partir des "actes" des campagnardes devant la lentille de l'appareil photo. Notre parcours théorique-analytique par les différents points remarquables essaye de montrer la résistance tant à l'exploration par le capital qu'à la domination par l'homme, auxquelles sont soumises les femmes campagnardes à cause du mode d'organisation de la formation sociale capitaliste et patriarcal, et comment, à partir de cette résistance, des effets de sens sont produits.

Mots-clés: Mouvement de Femmes Campagnardes; Préconstruit; Résistance; Effets de Sens.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**AD** – Análise do Discurso

**FD** – Formação Discursiva

**FDMTC** – Formação Discursiva das Mulheres Trabalhadoras do Campo

**FDC** – Formação Discursiva do Capital

**FI** – Formação Ideológica

**FIC** – Formação Ideológica Camponesa

**FIPC** – Formação Ideológica Patriarcal Capitalista

**FS** – Formação Social

**MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas

**MS** – Movimento Social

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**SDR** – Sequência Discursiva de Referência

**SD** – Sequência Discursiva

## SUMÁRIO

<b>A ESCOLHA DOS FIOS.....</b>	<b>11</b>
<b>1 OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>14</b>
1.1 A Análise do Discurso.....	14
1.2 Metodologia e objeto de estudo.....	17
1.3 Amarrando as pontas.....	23
<b>2 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....</b>	<b>24</b>
2.1 Movimento social.....	24
2.1.1 <i>Movimentos de luta pela terra</i> .....	27
2.2 Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil.....	29
2.2.1 <i>Mulher camponesa: simbólico e imaginário</i> .....	36
2.3 Amarrando as pontas.....	42
<b>3 O CENÁRIO, OS POSICIONAMENTOS E A MATERIALIZAÇÃO EM LINGUAGEM: das     formações social, ideológica e discursiva.....</b>	<b>44</b>
3.1 Formação social.....	44
3.1.1 <i>O Aparelho de Estado e a instância repressiva</i> .....	45
3.1.2 <i>Aparelhos Ideológicos de Estado: o Aparelho Escolar</i> .....	52
3.2 Formação Ideológica.....	65
3.3 Formação Discursiva.....	71
3.3.1 <i>Das posições-sujeito</i> .....	83
3.4 Amarrando as pontas.....	100
<b>4 O JÁ-DITO QUE SUSTENTA O DISCURSO E A REPETIÇÃO NECESSÁRIA.....</b>	<b>102</b>
4.1 Interdiscurso.....	102
4.1.1 <i>Do pré-construído e do discurso transversal ao intradiscurso</i> .....	107
4.2 Memória Discursiva.....	109
4.2.1 <i>Memória e repetição</i> .....	112
4.2.2 <i>O processo de repetição-paráfrase</i> .....	113
4.2.3 <i>A repetição-paráfrase no discurso do MMC</i> .....	115
4.2.3.1 <i>Recorte I – a mulher como objeto da ação do homem</i> .....	116
4.2.3.2 <i>Recorte II – a mulher e a sua ação</i> .....	121
4.3 Amarrando as pontas.....	131
<b>5 O GESTO COMO PRÁTICA SIMBÓLICA DO CORPO.....</b>	<b>133</b>
5.1 A cena e o gesto: efeitos de sentido.....	133
5.1.1 <i>Recorte I – corpo que fala</i> .....	137
5.1.2 <i>Recorte II – corpo que sofre</i> .....	139
5.1.3 <i>Recorte III – corpo que sorri</i> .....	142
5.2 Amarrando as pontas.....	144
<b>OS ÚLTIMOS NÓS.....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>151</b>

## A ESCOLHA DOS FIOS

É difícil começar a escrever sabendo que tantas coisas poderiam ser ditas, e que tantas outras ficarão de fora, em silêncio ou silenciadas. Ainda mais, no terreno da Análise do Discurso, que exige do pesquisador filiado a esse campo de saber um espírito investigativo e angustiado por novas descobertas, por desfazer evidências e entender funcionamentos...

Este trabalho de pesquisa, que ora apresentamos, foi gestado, em especial, a partir de uma motivação: a de estudarmos um assunto com que nos identificássemos. As discussões sobre temas sociais estão impregnadas em nossa vida, de tal forma, que delas não é mais possível escapar. Assim, a partir de nossas identificações, definimos como objeto de estudo o discurso do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC BRASIL).

Diante dessa definição, começamos a construir, sob a perspectiva discursiva em que nos inscrevemos, considerações sobre nosso objeto. Para isso, elaboramos uma questão norteadora, que será transversal à discussão empreendida nesta Dissertação. Vejamos:

*Tendo em vista o funcionamento do discurso do Movimento de Mulheres Camponesas, o que é (ou há de) repetição, paráfrase e saturação de discursos já sedimentados, e o que é (ou há de) deslocamento, polissemia e (re)significação?*

Portanto, no processo de escritura deste texto, essa questão estará presente nos momentos de puxar, desatar ou atar os fios que constituem o discurso do MMC. Fios que formam uma teia de dizeres e produzem diferentes efeitos de sentido. Assim sendo, é profícuo para o nosso trabalho relatar, resumidamente, o mito grego de Minerva e Aracne<sup>1</sup>. Depois disso, voltaremos à apresentação.

*Aracne não tinha nascido ilustre (deusa), mas se tornou famosa pelo talento na arte de tecer. Fiava a lã e deixava os seus tecidos ainda mais belos ao fazer desenhos encantadores, que eram realçados por todas as cores do arco-íris. Ela era envaidecida com seu talento, de tal modo, que afirmava não ter medo de desafiar a própria Minerva, deusa da qual procede toda a indústria humana. A deusa, ferida em seu orgulho, adquiriu a forma de uma anciã e visitou a tecelã para tentar dissuadi-la, mas não teve sucesso em seu intento, pois Aracne se ofendeu, e, desse modo, reafirmou o desafio à deusa.*

---

<sup>1</sup> MENARD, René. **Mitologia Greco-Romana**. Tradução de Aldo Della Nina. Vol. II. São Paulo: Opus, 1991.

*Minerva, então, reassume seu verdadeiro aspecto e declara que aceita o desafio. Cada uma delas teceu trabalhos representando velhas histórias. Minerva representou a disputa mantida com Netuno em torno da escolha do nome da cidade de Atenas. Aracne representou histórias um tanto desagradáveis às divindades do Olimpo grego, pois tratavam das metamorfoses dos deuses, e as suas intrigas amorosas. O trabalho de Aracne foi executado com tamanha delicadeza e incrível perfeição que Minerva não descobriu sequer o menor defeito.*

*A deusa, esquecida de quem era, e só lembrando-se de ter sido igualada ou superada por uma simples mortal, rasgou o tecido da rival. Aracne imediatamente se enforcou de desespero. Minerva, tomada de piedade, segurou-a no ar, impedindo-a de estrangular-se e disse-lhe: "Viverás, Aracne, mas ficarás para sempre pendurada desta maneira; será o castigo teu e de toda a tua posteridade." Nesse instante, Aracne sentiu que a cabeça e o corpo diminuía de volume; pequeninas patas substituíram os braços e as pernas, e o resto do corpo se transformou num enorme ventre. A partir desse momento, as aranhas continuaram a fiar, e a indústria humana até hoje não conseguiu igualar a finura dos seus tecidos.*

Esse mito, antes de qualquer coisa, é sobre mulheres, mas, mais do que isso, ele mostra a resistência dos “dominados” frente aos “dominadores”. E isso é de importância primeira para a construção desta pesquisa. As mulheres camponesas, na atualidade, fazem o papel da Aracne, pois questionam a autoridade exercida pelos sujeitos que ocupam os lugares de dominância na sociedade. Quase sempre, essas mulheres são reprimidas pela ira dos “deuses” que não aceitam se igualarem a simples mortais. Outras vezes, suas práticas conseguem suplantar a dominação e instaurar um processo de transformação.

Essas questões serão desenvolvidas nos cinco capítulos que constituem esta Dissertação.

No primeiro capítulo, apresentaremos a teoria de Análise do Discurso, que fundamenta a pesquisa. Teceremos considerações sobre arquivo e *corpus*, explicitaremos os aspectos metodológicos que possibilitaram a construção do texto, e também introduziremos as primeiras considerações sobre nosso objeto de estudo.

No segundo capítulo, escreveremos sobre a conceituação de movimento social, sobre movimentos de luta pela terra e sobre o Movimento de Mulheres Camponesas. E desenvolveremos as primeiras discussões sobre a construção da identidade do sujeito que enuncia identificado com esse discurso. Além de começarmos nosso processo de análise.

No terceiro capítulo, desenvolveremos considerações sobre formação social, formação ideológica, formação discursiva, forma-sujeito e posição-sujeito. Neste capítulo, a análise é tecida com o objetivo principal de observar a formação discursiva que materializa o discurso analisado.

No quarto capítulo, escreveremos sobre interdiscurso, memória discursiva e repetição. A discussão analítica é apresentada em dois recortes denominados de: “Recorte I – a mulher como objeto da ação do homem”; “Recorte II – a mulher e sua ação”.

No quinto capítulo, discutiremos a noção de *gesto* e os efeitos de sentido possíveis de serem produzidos a partir do *ato* das camponesas de posar para a fotografia. Essa análise foi dividida em três recortes: “Recorte I – corpo que fala”; “Recorte II – corpo que sofre”; “Recorte III – corpo que sorri”.

E, por fim, fecharemos este texto procurando atar alguns nós, mas, é bom que se diga, sem cortar os fios.

Passemos, então, ao primeiro capítulo.

## 1 OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste primeiro capítulo, apresentaremos a teoria que sustenta esta Dissertação, bem como teceremos os primeiros fios a respeito do quadro teórico que será mobilizado durante o texto. Explicitaremos também a metodologia, constituída durante a escritura, que possibilitou o desenvolvimento e a organização desta pesquisa.

### 1.1 A Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) teve seu início em fins da década de 60. Articulada por um grupo de pesquisadores liderados por Michel Pêcheux, a AD caracteriza-se, desde as primeiras formulações, por um viés de questionamento a vertentes que consideram o sentido apenas como conteúdo. A articulação a outras áreas das ciências humanas, especialmente, a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, que constituem o tripé que dá sustentação à teoria, foi determinante para constituir essa disciplina de interpretação, que põe a questão da leitura em suspenso e diante de qualquer materialidade de linguagem questiona-se “como este texto funciona?”.

Essa articulação com áreas vizinhas não faz da teoria auxiliar, nem independente, mas, segundo Orlandi (2007, p. 23), dá a ela a configuração de uma disciplina de *entremeio*. Nesse sentido, Leandro Ferreira (2005, p. 15-16) explicita que a constituição da AD “se dá às margens das chamadas ciências humanas, entre as quais ela opera um profundo deslocamento de terreno”.

Esse deslocamento é observado no modo como a AD compreende seu objeto de estudo. Entendido como um verdadeiro nó, o discurso “é o lugar teórico onde se intrincam [...] grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito” (MALDIDIER, 2003, p. 15).

O objeto de estudo da AD é, portanto, diferente do objeto da Linguística. A língua, nessa ciência, é compreendida como autônoma, transparente, imanente. Já, para o analista de discurso, a língua que interessa é a “da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade. É a língua da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência” (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 17).

A língua, considerada a base material dos processos discursivos, tem, na AD, sua ordem própria, mas sua autonomia é relativizada pela (re)introdução das noções de sujeito e

de condições de produção, que haviam sido deixadas de lado durante o desenvolvimento da ciência linguística.

Nesta disciplina de interpretação, o sujeito não é considerado origem de si, mas duplamente afetado pelo inconsciente e pela ideologia. Ideologia e inconsciente encontram-se materialmente marcados na língua. E as condições de produção de que tratam os analistas de discurso não são empíricas, mas linguístico-históricas.

Essas questões são basilares para a Análise do Discurso, que vai procurar compreender como os sentidos são produzidos, assumindo que os mesmos são uma relação determinada do sujeito - afetado pela língua -, com a história. Faremos outras considerações sobre sujeito, língua e condições de produção no decorrer de nosso texto, pois é no discurso que a relação entre essas noções pode ser observada.

Neste momento, é importante delinear o que entendemos como discurso, que é definido como *efeito de sentido entre interlocutores*. A noção de *efeito de sentido*, tão cara para nós nesta Dissertação, segundo Indursky (1998, p. 12), **não** é pensada como transmissão de informação entre interlocutores, pois isso implicaria entender que há um sentido prévio, verdadeiro, único. Os *interlocutores* estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de maneira estanque.

Na Análise do Discurso

o sentido sempre pode ser outro, e isto se dá na dependência do lugar em que os interlocutores se inscrevem. Ou seja, nada garante que um discurso produza o mesmo sentido, tanto para quem o formulou como para quem o interpretou. Entre os interlocutores há um intervalo que vai muito além do espaço físico que os separa (INDURSKY, 1998, p. 12).

Portanto, uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido único, literal, transparente, mas é determinado pelas posições sustentadas por aqueles que as empregam. Ou melhor, as palavras, expressões e proposições mudam de sentido dependendo da posição ocupada por aqueles que as empregam em determinadas condições de produção (PÊCHEUX, [1975<sup>2</sup>] 1988).

Destacamos que, ao considerarmos corretas as afirmações de que as **mesmas** palavras, expressões e proposições mudam de sentido dependendo da posição ocupada pelo sujeito, teremos que admitir que palavras, expressões e proposições literalmente **diferentes** podem, no

---

<sup>2</sup> Data da publicação francesa da obra de Pêcheux “Les Vérités de la Palice”. A edição brasileira foi publicada sob o nome de “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” no ano de 1988. A partir desse momento, a obra será referida apenas pela data da publicação brasileira.

interior de um mesmo domínio de saber<sup>3</sup>, *ter o “mesmo” sentido* atribuído a elas (PÊCHEUX, 1988, p. 161).

A partir disso, parece-nos produtivo relatar que a noção de metáfora acompanha Pêcheux em seu percurso, e é fundamental para o entendimento do modo como o autor compreende a produção dos sentidos. A fórmula da metáfora, desenvolvida por Lacan, é resgatada por Pêcheux: “Uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora”. A metáfora “se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non sens*” (PÊCHEUX, 1988, p. 262).

A metáfora é “um processo sócio-histórico que serve como fundamento da ‘apresentação’ de objetos para os sujeitos, e não como uma simples forma de falar” (idem, p. 132). Tendo em vista essa fórmula, Pêcheux assinala “que uma palavra, uma expressão ou proposição não tem um sentido que lhes seja próprio, preso a sua literalidade” (idem.). Por isso,

o **sentido** é sempre uma palavra por outra, uma expressão ou uma proposição *por* uma palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora) pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que ‘se revestem de um sentido’, não poderia ser determinada por propriedades da língua (...); isso seria justamente admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido, que têm primeiramente *sentido ou sentidos*, antes de ter *um* sentido (idem., p. 263).

O sentido, então, existe exclusivamente nas relações de metáfora e esta se realiza em efeitos de substituição, paráfrases, sinonímias. O sentido configura-se, portanto, nesse processo discursivo (de substituição, paráfrases, sinonímias etc.) que funciona entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em um domínio de saber dado (PÊCHEUX, 1988, p. 161).

A produção de sentido é parte da interpelação do indivíduo em sujeito e da identificação deste a um domínio de saber, entretanto, é necessário destacar que essa identificação não é plena, e comporta falhas. Ou seja, o sentido pode entrar em deriva, podem emergir, no discurso, lapsos, atos falhos, equívocos. Esses são, em AD, constitutivos do sujeito e da língua, e poderão configurar-se em deslizamentos de sentido. Parece-nos que aí reside o funcionamento da metáfora, que, segundo Pêcheux (2011, p. 160), “aparece fundamentalmente como uma *perturbação* que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do Witz ou do enigma”.

---

<sup>3</sup> Nesta Dissertação, domínio de saber refere-se à noção de formação discursiva, trabalhada no capítulo III.

Os deslizamentos de sentido permitem que observemos, no discurso, os atravessamentos de outras posições, de outros discursos, de outros domínios de saber. No encontro da história com a atualidade, os sentidos, aparentemente assentados e estabilizados, poderão “escorrer”, ir para outro lado, promover rupturas e enganos.

Em AD, os deslizamentos podem ser um dos lugares da ressignificação e oferecem lugar à interpretação, pois, como nos explicou Pêcheux (2008, p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”.

Essa possibilidade de o sentido de um mesmo enunciado se tornar outro, de uma mesma palavra poder significar diferentemente permite a reflexão sobre os discursos, sobre o trajeto dos sentidos, permite que observemos que os sentidos se repetem, se movem e se desdobram em outros.

Após passarmos pelas noções de discurso e de sentido, começaremos a puxar os fios discursivos de nosso objeto de estudo. Salientamos que entendemos a noção de fios discursivos como as pontas, nem sempre salientes, que constituem o discurso analisado e dão a ele sua especificidade heterogênea. São esses fios que possibilitam nosso acesso ao funcionamento do discurso das mulheres camponesas.

Postas essas considerações, na seção a seguir, apresentaremos os aspectos metodológicos que sustentam a estruturação da pesquisa.

## 1.2 Metodologia e objeto de estudo

Na introdução desta Dissertação, especificamos nosso objeto de estudo: o discurso do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC BRASIL). A partir de agora, trataremos das questões metodológicas, mais precisamente, da explicitação de como compreendemos a constituição do arquivo, do *corpus* e como entrelaçamos teoria e análise.

Os documentos disponíveis e representativos do discurso do movimento estão arquivados no endereço eletrônico [www.mmcbrasil.com.br](http://www.mmcbrasil.com.br). Neste *site*, encontram-se materiais de diversas ordens, tais como fotografias, imagens, áudios, vídeos, e documentos em texto no formato PDF, além dos textos de apresentação que podem ser acessados a partir dos *links* principais.

O *site* do MMC foi tomado como um arquivo. Justificamos esse gesto da seguinte maneira: o *site* na *web* não é um arquivo em si, ao modo como o entendemos na Análise do Discurso, é um endereço eletrônico onde o movimento torna visíveis suas práticas. Entretanto, nosso gesto analítico de olhar para o *site* e considerá-lo como tal, é que dá a ele esse estatuto. Não nos esqueçamos de que a construção de um arquivo não é pacífica, é sempre problemática (MITTMANN, 2008), pois a organização de qualquer discurso é conflituosa. Assim,

o arquivo não é visto como um conjunto de "dados" objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos. O material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de "comprovação", onde se suporia uma interpretação unívoca. (HORTA NUNES, 2007, p. 374).

Olhando para o *site* do MMC como materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos é que procuramos desfazer evidências e expor o olhar-leitor à opacidade do material analisado. É dever do analista de discurso apontar para os pré-construídos, observar as repetições e o que de mesmo e saturado, ou novo e lacunar existe no funcionamento discursivo.

A partir da definição do arquivo, o passo seguinte é a constituição do *corpus*, que é entendido como um conjunto de sequências discursivas (COURTINE, 2009). De acordo com Pêcheux (2011, p. 165), “um *corpus* é um sistema diversificado, estratificado, disjunto laminado, inteiramente contraditório e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas”. Orlandi (1999), por sua vez, explica que a delimitação de um *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos.

A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta que o organiza. Daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo momento para “reger” a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação (idem, p. 64).

A construção do conjunto de sequências discursivas (*sds*) que faria parte das discussões analíticas não se deu de uma única vez, nem mesmo, de imediato. O processo de ir à teoria, depois ir ao arquivo, ir novamente à teoria, observar a(s) *sd(s)*, voltar à teoria é permanente na construção de um trabalho filiado à Análise do Discurso, e não se fecha nunca, mesmo quando decidimos ou somos compelidos a decidir que o trabalho merece um ponto

final. É importante salientar que, no processo de construção deste texto, trabalhamos, na medida do possível, com a análise costurada com a revisão teórica.

Em nosso caso, temos um *corpus* heterogêneo, constituído de sequências linguísticas e imagéticas. Tanto a materialidade linguística quanto a materialidade imagética são observadas do ponto de vista de que qualquer materialidade é uma forma possível de textualização de um discurso.

Abrindo um parêntese, cabe, neste momento, destacar algumas considerações sobre o que se tem chamado de “novo”, em uma análise do discurso que Orlandi (2011) denomina de “generalizada”, pois, devido a um processo de adjetivação, muitas são as denominações que têm circulado, quais sejam: “análise de discurso *crítica*, análise *linguística* do discurso, a *nova* análise de discurso, ou *novos* objetos, *novas* abordagens” (ORLANDI, 2011, p. 54).

Para Orlandi (idem.), “tudo agora tem um novo”. Mas, segundo a autora, na perspectiva em que nos filiamos, o objeto é um só: o discurso. “A análise de discurso, sem adjetivo, tem instrumentos teóricos e metodológicos para trabalhar com objetos de análise, materiais de análise, *corpora*, textos de qualquer natureza material significante” (idem.). O que significa que o quadro conceitual da AD pecheuxtiana dá conta de analisar qualquer materialidade, considerando-a como meio para acessar ao discurso. Nossas *sds* imagéticas são, portanto, observadas sob esse ponto de vista.

Retomando, destacamos ainda que as *sds* foram transcritas do mesmo modo em que se encontravam nos textos do MMC. Não foram corrigidos possíveis erros de digitação e gramaticais. Cada uma das sequências é seguida de um *link*, que se refere ao texto, cartilha, panfleto etc. de onde a *sd* foi recortada.

Postas essas considerações, passamos, então, a tratar do *site*, que é representado pela primeira imagem a seguir. Esse *site* tem a cor lilás como um ponto marcante. O lilás é a cor símbolo do movimento feminista e é também um dos símbolos das mulheres camponesas. Trabalharemos com a questão da cor e dos símbolos no capítulo seguinte, mas, neste momento, parece-nos importante afirmar que a escolha dessa cor é, desde o início, a marcação de um posicionamento, pois, como já dissemos, a cor lilás tem em sua historicidade as marcas da luta das feministas do século XX.

**Movimento de Mulheres Camponesas**

Quem somos  
História  
Missão  
Organização  
Lutas  
Campanhas  
Galeria de Fotos  
Publicações  
Artigos e Textos  
Poesias e Músicas  
Áudio e Vídeo  
Entre em contato

ESPAÑOL | ENGLISH  
Clique aqui para receber o Boletim Eletrônico do MMC

**JORNADA DE LUTAS da Via Campesina**  
Pela soberania do povo brasileiro: **fora a terra**

Via Campesina mobiliza 17 estados na Jornada de Lutas. Governo demonstra estar disposto a negociar pauta de reivindicações dos movimentos

Confira imagens das atividades em alguns estados

**Movimentos sociais obtêm conquistas na Jornada Nacional de Lutas**  
Por mudanças no modelo agrícola: para que todos tenham terra, condições de produção, emprego e renda no meio rural. E alimentos saudáveis para toda a população

**Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina em Santa Catarina**  
No estado de Santa Catarina a Jornada de Lutas da Via Campesina aconteceu nos dias 22 a 24 de agosto com ações nos municípios de Chapecó e Florianópolis.

>> Mais notícias <<

WEBMAIL | La Via Campesina | GRANDES | MINCA/NUTRIÇÃO INFORMATIVA de Movimentos Sociais www.movimentos.org.br | Leia e assinse o Jornal BRASIL DE FATO

Secretaria Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil  
E-mail: secretaria@mmcbrazil.com.br | Fones: (54) 3045.1066 e (61) 4063.6520 | Passo Fundo-RS

Imagem do site do MMC – Fonte: <http://www.mmcbrazil.com.br/>

O nome do movimento está no cabeçalho do *site*, onde ainda podemos ver um plano de fundo com sementes e o *logo* do movimento. Os *links* da barra lateral esquerda funcionam como um meio de apresentação, pois traçam uma espécie de perfil em que os textos das seções “*quem somos*”, “*história*”, “*missão*”, “*organização*” etc. respondem a possíveis questionamentos de sujeitos que estiverem em busca de saber o que é o MMC. O centro e a lateral direita se destinam a postagens que sofrem atualização, tais como notícias e campanhas em que o MMC estiver envolvido.

Em nossos dias, a utilização de ferramentas tecnológicas ou TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) parece ser a tônica do “estar no mundo”. Para os movimentos sociais, a Internet, e, especialmente, o *site* possibilitam aquilo que na mídia tradicional (rádio e TV) não lhes é dado espaço: apresentar *voz própria*.

Indursky (2005), ao escrever sobre as práticas discursivas e não discursivas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), explica que elas podem ser

entendidas como atividades políticas. Estas, por sua vez, fazem parte de uma pluralidade, em que há diferenças muito fortes sobre o que se entende por uma política da/para a terra. Segundo a autora,

Para que suas demandas se tornem públicas, o sujeito do MST usa a ação para dar-lhes visibilidade e, através desta visibilidade, fazer circular seu discurso. Ou seja, em função da ausência de uma cena pública de interlocução, este sujeito necessita da mídia para se fazer ouvir pela sociedade e pelo governo (INDURSKY, 2005, p. 100).

Ainda de acordo com a autora, a grande mídia constrói espaços onde podem se manifestar a pluralidade, a diferença e o dissenso. Assim, a mídia funciona como um simulacro da cena pública onde se manifestam diferentes subjetividades, diferentes sujeitos sociais.

Por ocasião do V SEAD<sup>4</sup>, Indursky explicou que os Sem Terra, compreendidos a partir de Rancière (1996) como os *sem parcela*, e, por isso, não contados para fazerem parte da cena comum, forjam, por meio de suas práticas, uma cena outra. Conseguindo um espaço na mídia tradicional (rádio, televisão e jornais de grande circulação nacional) dão visibilidade para suas demandas. Fazem, portanto, seu discurso circular. Entretanto, a autora salientou que essa visibilidade tem um custo, pois aquilo que aparece são sempre fragmentos, ou seja, o que é mostrado pela mídia é quase sempre o discurso **sobre** o movimento e não o discurso **do** movimento. Isso implica sempre considerar os diferentes posicionamentos ideológicos e os interesses de classe.

Em um outro texto, a autora afirma que

o MST, por seu turno, sabe que sua busca por visibilidade tem um custo alto a pagar. Ao entrar no jogo do “falem mal, mas falem de mim”, é mais falado pela mídia do que propriamente fala. [...] a voz que a mídia atribui ao MST, frequentemente não é a voz do MST, mas a voz que se representa como a voz do MST. A consequência disso é que o imaginário que é posto em circulação sobre o MST – o MST de que a mídia fala – é um imaginário fabricado pela mídia (INDURSKY, 2011a, p. 185).

Para nós, no *site*, diferentemente do que acontece com a grande mídia, o movimento tem a possibilidade de expressar a sua resistência frente ao modelo de sociedade capitalista, de questionar ou apoiar as políticas públicas, as ações dos governos, de empresas que, especialmente, tenham relações com o campo. O MMC pode se contrapor à Comissão

---

<sup>4</sup> Mesa-redonda “O ideológico e o político em uma dimensão discursiva”, no V Seminário de Estudos em Análise do Discurso (V SEAD), Porto Alegre, 2011.

Nacional da Agricultura (CNA) e à União Democrática Ruralista (UDR), entidades que representam grandes produtores rurais, latifundiários, transnacionais da agricultura etc. No *site*, terá sempre a possibilidade de fazer circular o **seu** discurso<sup>5</sup>, e não o discurso **sobre**, como explicara Indursky (2011a).

O *site* do MMC é considerado nesta pesquisa como representativo do discurso desse movimento e, mais, representativo das relações contemporâneas proporcionadas pelas novas tecnologias. Desse modo, entendemos que os movimentos sociais, organizações que buscam inclusão na sociedade, apropriam-se do ambiente virtual, para nele também reivindicar mudanças na formação social capitalista.

Enquanto a grande mídia serve ao poder político-econômico como instrumento de controle da circulação de discursos, e, portanto, controle da interpretação para a perpetuação desse poder, a apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais – como movimentos à margem do sistema – tem sido um forte instrumento de enfrentamento às dominâncias, furando esse controle e provocando novas possibilidades de produção e circulação de discursos (MITTMANN, 2010, p. 91).

É necessário apropriar-se das tecnologias da informação e comunicação, tão representativas do capitalismo, para, a partir de um ponto de dentro do sistema, promover a transformação nas relações de exploração. Em outras palavras, a apropriação de uma ferramenta como a internet constitui a tentativa, de dentro do sistema capitalista, de buscar a transformação, pois não há como requerer mudança permanecendo inteiramente à margem daquilo que hoje “movimenta” o mundo.

Ao mesmo tempo, essa apropriação de ferramentas da rede mundial de computadores pressupõe a submissão a uma das facetas mais evidentes e mais estruturantes da formação social no século XXI: a internet e seus derivados. Portanto, na medida em que há apropriação também há submissão.

As mulheres camponesas precisam se submeter a um produto do capitalismo para terem condições de resistir, sabemos que esse não é o único meio de exercer resistência, mas tem se apresentado como um grande aliado, porque funciona como um registro, que fica na história e ao mesmo tempo circula, pode ser acessado por qualquer sujeito, a qualquer tempo, em qualquer lugar do mundo, desde que se tenha acesso à internet.

---

<sup>5</sup> O *site* é um espaço que os Movimentos Sociais têm para mostrar a sua voz. Não circula tanto como na grande mídia, pois compreendemos que a mídia tradicional ainda oferece maior visibilidade ao discurso desses movimentos, mas entendemos que o *site* possibilita o discurso **do**, sem manipulações, distorções ou apagamentos.

A circulação – antes limitada a redes menores, a pequenas comunidades – hoje é potencializada. E a possibilidade de entrar nessa grande rede de significantes, fazendo circular vozes outras que não as parafrazeadoras do discurso da ideologia dominante, tem permitido aos movimentos sociais a divulgação em grande escala de discursos de denúncias, as convocações ao internauta, o estabelecimento de relações de aliança com outros movimentos etc. (MITTMANN, 2010, p. 92)

No *site*, o MMC submete-se a uma nova ordem, mas, ainda assim, o discurso desse movimento materializa a luta de classes tal como ela acontece no campo. Mittmann (2010, p. 92) observa que “na rede, circulam os mesmos conflitos da história, as mesmas relações de dominância entre grupos ou classes sociais. Ocorrem os mesmos enfrentamentos entre a reprodução e a transformação dessas relações de dominância e, portanto, das condições de existência”.

Então, o *site* é o novo, é o meio que permite o “falar com o mundo”, mas, para que isso se dê, é preciso resgatar o já-dito, repeti-lo, em um movimento que vai da apropriação do novo à submissão ao sistema, da reprodução do velho à possibilidade de transformação.

### 1.3 Amarrando as pontas

Neste capítulo, desenvolvemos considerações sobre a teoria de Análise do Discurso, que sustenta nossa prática de análise, e apresentamos nosso objeto de estudo: o discurso do MMC. Explicitamos nosso gesto de definir o *site* do movimento como arquivo, e como, a partir disso, constituímos o *corpus*. E também afirmamos que o *site* é um espaço onde os movimentos sociais poderão fazer seu discurso “falar com o mundo”, perfurando a limitação imposta pelo discurso da grande mídia.

Passamos, a seguir, a escrever sobre movimento social, movimento de luta pela terra e Movimento de Mulheres Camponesas.

## 2 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo, situaremos as condições de produção do nosso objeto de estudo: o discurso do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil). Para tanto, julgamos necessário explicitar que a noção de condições de produção compreende fundamentalmente os sujeitos, as circunstâncias da enunciação, bem como o contexto sócio-histórico.

As condições de produção “estabelecem relações de força, de poder e de sentido no interior do discurso, mantendo com a linguagem uma relação necessária, não apenas aditiva. Portanto, não se trata de elementos simplesmente externos ao discurso” (GRIGOLETTO, 2005, p. 109). Considerando que os elementos: sujeito, situação de enunciação, contexto sócio-histórico são constitutivos do discurso, é que passamos a tratar da noção de movimento social.

### 2.1 Movimento Social

A sociedade moderna marca-se profundamente por um avanço extraordinário nas mais diferentes áreas do conhecimento. Com o final do feudalismo e a instauração do capitalismo como formação social, houve uma explosão de desenvolvimento tecnológico que proporcionou ao homem explorar com uma velocidade impressionante o planeta. A relação homem/planeta passou a ser apenas de exploração, como se o primeiro não fosse parte do segundo. A necessidade de cuidar foi relegada ao segundo plano.

Porém, existem sujeitos que acreditam em uma outra relação com a Terra, que não seja a de explorar com o único objetivo de obter lucro. Bem como, existem sujeitos que, excluídos *na* formação social, estão à margem do desenvolvimento tecnológico, do consumo, não têm direito à educação, e, na maioria das vezes, não têm direitos básicos respeitados como saúde, moradia, alimentação, água, energia, devido à exploração a que estão submetidos.

Esses sujeitos à margem, embora nas bordas, quando se organizam em movimentos, têm mais possibilidades de conseguir, com suas práticas, romper com os universos logicamente estabilizados e evidenciar a injustiça social, a exploração demasiada da terra e dos trabalhadores, as contradições do sistema capitalista, o desemprego, a miséria, a fome, a violência, a precariedade cultural e o déficit educacional.

No ponto de encontro entre o sistema capitalista e as práticas de denúncia de movimentos organizados, são produzidos discursos que significam em relação à história. É nesse ponto, onde se encontram sujeito e história, que queremos compreender as práticas discursivas de um movimento social.

A teorização sobre o conceito de Movimento Social (MS) não é única. Optamos por apresentar, de maneira breve, uma das perspectivas que consideramos pertinente nas Ciências Sociais, com o objetivo de situar as condições de produção de nosso objeto de estudo.

Partimos de questões próprias aos movimentos sociais do campo, especificamente, aqueles que lutam pela terra, mas salientamos que não é nem a questão agrária – bandeira de luta desses movimentos, especialmente, do MST – nem questões organizacionais do MMC, que constituem o ponto de investigação. Procuramos observar como no *(des)enrolar de fios discursivos* se costura a trama de dizeres que constitui o discurso do MMC.

*Movimento social* denomina um grupo de pessoas em busca de soluções para problemas em comum. Os MS “são sintomas de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos” (CASTELLS, 2008, p. 95). Na sociedade capitalista, que tem por princípio o lucro, a qualquer custo, não importando o que seja necessário para retirar do planeta tudo que ele pode oferecer, “os movimentos se constituem justamente na contracorrente das relações de dominação-subordinação” (GOHN, 2002, p. 244).

Os autores que trabalham com a temática dos MS procuram estabelecer certos parâmetros ou características que permitam denominar certas organizações de pessoas como sendo ou não movimento social. Para nós é importante a referência à conceituação porque entendemos que os efeitos de sentido que ressoam no discurso do MMC emergem a partir do lugar que o Movimento ocupa na sociedade. E o título de MS produz muitos efeitos de sentido.

Os MS brasileiros passaram por diferentes fases, no século XX. Conforme o que estamos entendendo, todos eles têm em comum a luta contra a opressão ou a omissão do Estado que, em diferentes momentos, negou direitos políticos, moradia, terra, trabalho etc. De acordo com Gohn (idem, p. 245), a definição de movimento social é construída a partir das manifestações concretas dos próprios movimentos, que são vistos como “processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito”.

A autora nos explica que para se definir um grupo de pessoas como sendo um MS é necessário estabelecer algumas diferenças.

– A primeira diferença é entre as denominações ‘movimento’ e ‘grupo de interesses’. Interesses comuns que mobilizam algumas pessoas são componentes de um movimento, mas não bastam para caracterizá-lo como tal. Para ser um MS, um grupo de pessoas deve estar caracterizado como um coletivo social e deve ter uma identidade em comum. Assim, “ser negro, ser mulher, defender as baleias, ou não ter teto para morar são atributos que qualificam os componentes de um grupo e dão a eles objetivos comuns para a ação. Há uma realidade em comum, anterior à aglutinação de seus interesses” (GOHN, 2002 p. 245). Compreendemos que, para ser movimento social, é preciso apresentar, na aglutinação de interesses particulares, uma realidade que seja comum aos sujeitos que se reúnem para reivindicar alguma mudança na formação social.

– A segunda diferença diz respeito ao uso da expressão “movimento social”. Designa-se MS a ação histórica de grupos sociais, como, por exemplo, o movimento da classe trabalhadora. A expressão é uma categoria dialética: a do movimento das coisas, grupos e categorias sociais em oposição à estática. Isso permite pensar, como ressalta Gohn (idem, p. 246), a classe em movimento e não um movimento específico da classe.

– Uma terceira diferença está na concepção de ‘ação coletiva’ e ‘movimento social’. As ações coletivas se apresentam sob a estrutura de uma rebelião, uma invasão etc. e poderão servir de estratégias para um MS, mas não são suficientes para elas próprias constituírem um.

– E, por último, a esfera onde ocorrem as ações coletivas é em um espaço não institucional, ou seja, o campo político criado com a ação está fora das instituições tanto públicas como privadas, é independente de governos, partidos políticos, sindicatos, associações ou outros. Ao institucionalizar-se, deixa de ser movimento social, o que não quer dizer que tudo que ocorre no espaço não institucionalizado possa ser considerado MS.

Os movimentos sociais além de representarem forças sociais com carências comuns, precisam se organizar de modo que essas carências sejam traduzidas em “demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva” (idem, p. 250). Um MS que tenha como demanda a busca por terra agricultável irá transformar essa demanda em reivindicação de que terras devolutas sejam redistribuídas para quem não tem terra alguma. Essa reivindicação será feita a partir de uma ação coletiva.

Nesse sentido, Gohn (idem, p. 257) afirma que “movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação”. Em determinadas condições sócio-históricas, sujeitos motivados por ideias de mudança política,

ambiental, cultural etc., agem por meio de procedimentos próprios a suas realidades com o objetivo de alcançar a transformação que desejam.

O que queremos destacar é que os movimentos sociais vão além de reunir pessoas descontentes com algum problema em comum. Eles são “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (idem, p. 251). Essa citação reafirma que os MS são sintomas da sociedade, ou seja, o modo como a formação social se estrutura promovendo o desequilíbrio de questões econômicas, culturais favorece o surgimento de grupos que vivenciam problemas, conflitos, litígios nessa sociedade. Os sujeitos, ao se identificarem nesses grupos, constroem ações que geram uma relação de força entre a ordem estabelecida e uma ordem pretendida.

### *2.1.1 Movimentos de luta pela terra*

Depois de termos discorrido sobre considerações que aglutinam uma definição possível para *movimento social*, trataremos, nesta subseção, de um ponto específico: dos movimentos que têm como demanda principal a luta pela terra. Essas considerações importam para esta pesquisa porque, fundamentalmente, ao tratarmos de *terra*, fazemos referência ao campo, à zona rural e, por extensão, aos camponeses.

As lutas pela terra são antigas no Brasil, desde a distribuição na sociedade colonial e escravocrata. Essas lutas se modificaram ao longo do tempo. Hoje, embora os latifundiários, os madeireiros e o próprio governo sigam expulsando os pequenos proprietários de suas terras, as lutas têm girado em torno da questão da distribuição ou divisão para os trabalhadores que buscam um lugar no campo. Em nosso contexto histórico, emergem movimentos sociais movidos pelo ideal de que é preciso fazer uma distribuição mais igualitária desses meios de produção agrícola, pois isso promoveria justiça social e melhoria nas condições de vida para muitos trabalhadores rurais.

O principal representante desses MS é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que surgiu a partir de 1979 e consolidou-se como principal promotor de discussões sobre o *direito à terra* no Brasil. Além deste movimento, ainda podemos citar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), cada um desses se relaciona de maneira

diferente com a terra, mas todos têm em comum o fato de serem movimentos que surgiram na tentativa de enfrentar as consequências negativas causadas no campo pelo avanço do sistema capitalista.

Indursky (2005) explica que o MST desencadeou uma discussão sobre lugares políticos que já estavam consolidados no espaço público nacional, tais como *propriedade rural, latifúndio*. Esses lugares “encontram abrigo nos discursos político e jurídico sobre o direito de propriedade à terra, e remetem a sítios demarcados, a territórios possuídos por sujeitos inscritos no espaço público e legitimados como proprietários rurais, latifundiários, fazendeiros e agricultores”(idem). Essa discussão põe em destaque um *não-lugar* e “remete àqueles que não encontraram para si um espaço entre os lugares políticos já existentes” (INDURSKY, 2005, p. 98). Ao se autodesignarem ‘movimento dos trabalhadores rurais sem terra’ instauram um processo de designação no qual *sem terra* passa também a nomear discursivamente um sujeito político, ao lado de ‘proprietários rurais’.

Esse sujeito político representa um segmento dos excluídos sociais, ou seja, representa aqueles que estão excluídos *da terra*, e passa, portanto, a enunciar em nome destes, reivindicando o direito à terra (cf. INDURSKY, 2005). Isso causa um embate com os outros sujeitos políticos mencionados – proprietários rurais e fazendeiros. Esse embate se dá no campo físico com ações, promovidas pelo MST, de ocupação de terras, prédios do governo ou marchas, junto ao embate no campo das práticas discursivas.

Já os latifundiários adotaram um modelo de agricultura do agronegócio. Nas extensas propriedades de terra geralmente predomina o monocultivo para exportação. Assim, o monocultivo de eucalipto ou pinus, a produção de laranja, a criação de gado de corte e o plantio de grãos, tem como objetivo a venda de madeira, celulose, sucos, carne e soja, respectivamente. O objetivo final é sempre o lucro. Não importa se para isso for necessário derrubar mais árvores ou usar mais defensivos agrícolas, prejudiciais à biodiversidade e ao ser humano.

No agronegócio impera a forma de produção capitalista. No capitalismo, a água, a terra, as sementes, o ar, as matas são recursos que devem ser explorados conforme os interesses econômicos. As empresas se apoderam dos recursos naturais utilizando-os como mercadoria descartável. Podemos citar como exemplos de empresas representativas do agronegócio Aracruz Celulose, Stora Enzo, Monsanto, Bünge.

No avanço do capitalismo, podem ser observadas uma série de consequências como degradação dos rios, das matas, dos biomas, extinção de animais. Nesse cenário, onde ressoam mais e mais discursos de que o ambiente está sendo degradado, lutar pela terra

produz diferentes efeitos de sentido, por exemplo, *lutar pela Terra*, lutar pelo planeta, para que a relação do homem com sua *casa* não seja somente com o objetivo explorar tudo que ela possa render. As tomadas de posição vão além de reivindicações de que as propriedades rurais tenham um limite no seu tamanho e sejam divididas entre mais sujeitos.

A *terra*, a *Terra*, uma mesma palavra e uma amplitude de sentidos assentados na memória (discursiva<sup>6</sup>) começam circular quando a relacionamos a *movimento*. Para *ter terra* onde trabalhar e para *proteger a Terra em movimento*, onde seja possível viver, é que alguns MS lutam. Observamos, como analistas de discurso, essa luta no espaço da linguagem, no qual podemos compreender as práticas desse sujeito interpelado ideologicamente e atravessado pelo inconsciente, na história.

É no Movimento de Mulheres Camponesas que vemos sementes de muitas espécies germinarem na luta pela *Terra*. Nas práticas discursivas do MMC observamos que ressoa, se faz discurso o eixo *mulher ↔ terra*. Neste eixo, encontramos uma luta por proteção e libertação da mulher, por proteção da terra em que trabalham, por proteção do planeta. É, pois, nesse sentido que consideramos o MMC um movimento social de luta pela terra, que, em suas práticas discursivas, se opõe deliberadamente ao sistema patriarcal e capitalista. Por meio do seu discurso, queremos compreender como a sociedade e seus dispositivos são (re)significados e também como o próprio movimento se significa.

## 2.2 Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil

Nesta seção, desenvolveremos considerações sobre o MMC Brasil. Citamos, na seção anterior, alguns movimentos de luta pela terra: o MST, o MAB, MPA e o próprio MMC. Para Ribeiro (2009, p. 423-424), é possível sintetizar todos esses movimentos sociais populares na unidade “movimento camponês”, pois embora sejam constituídos por uma diversidade de sujeitos, projetos sociais e formas de organização, eles têm em comum uma luta histórica pela terra, pela democracia e por uma vida digna para todos. Em síntese, os camponeses são trabalhadores da agricultura familiar. Eles têm uma produção diversificada dedicada, primeiro, à subsistência da família, e, depois, o excedente é comercializado.

O MMC, especificamente, denomina-se *camponês* e isso o diferencia dos outros movimentos, pois está marcando uma posição, a partir da qual vai enunciar. Diferentemente do MST, que é constituído, em sua maioria, por trabalhadores que não têm *nenhuma* terra, do

---

<sup>6</sup> Trabalharemos com a noção de memória discursiva no capítulo 4.

MAB que é constituído por trabalhadores que foram destituídos de suas terras para construção de hidrelétricas, e do MPA que é constituído por pequenos proprietários de terra, o MMC é constituído por *mulheres pequenas agricultoras*, que não encontraram espaço nos outros movimentos para uma de suas lutas: a libertação da exploração pelo homem e pelo capital a que a mulher é submetida.

O Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, articulado na Via Campesina<sup>7</sup> (articulação nacional e internacional de organizações camponesas), é uma força, dentre as organizações sociais, que está em crescimento e que vem se fortalecendo nos últimos anos, conquistando um espaço, cada vez maior, no cenário brasileiro das lutas por mudanças na relação entre os sujeitos e a vida, os sujeitos e o planeta e entre sujeitos.

As Mulheres da Via Campesina e o Movimento de Mulheres Camponesas estão em uma direção promissora, pois estão conseguindo se afirmar como integrantes da classe trabalhadora, “dando um sentido real para a luta específica” (PALUDO, 2009, p. 14). As mulheres “estão se tornando pela práxis que realizam, um componente fundamental da luta pela construção de um outro desenvolvimento do campo, no Brasil, e de um outro projeto de nação” (idem, p. 14).

O MMC quer resgatar o lugar da mulher do campo, pois, segundo o movimento, ela foi “apagada” pela historiografia oficial ao longo da história. “Nesta sociedade, onde a exploração, dominação, violência e discriminação de classe se entrelaçam com a de gênero e a étnico racial, a invisibilidade feminina na construção social é uma das características marcantes” (CONTE; et.al., 2009, p. 87).

As primeiras organizações camponesas de mulheres surgiram no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul (RS), a partir da década de 70. A Organização das Mulheres da Roça (OMR) surgiu, no final dos anos 70, e, mais tarde, a partir da OMR, surgiu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que se constituiu e se definiu como Movimento Social Popular, após a primeira Assembleia, em Passo Fundo (RS), no ano de 1989.

A OMR é o embrião do MMC no Rio Grande do Sul, e surgiu a partir de um grupo de mulheres ligadas a certas instituições como sindicatos e CEB's<sup>8</sup>, que perceberam a necessidade de uma outra leitura da realidade, “a qual deveria incluir a participação efetiva

---

<sup>7</sup> A Via Campesina foi fundada no ano de 1993 na Bélgica. É um movimento internacional que coordena organizações camponesas, indígenas, de mulheres da Ásia, África, América e Europa. É autônomo e pluralista. As organizações brasileiras que constituem a Via Campesina são: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Pastoral da Terra (CPT); Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). (Ribeiro, 2008).

<sup>8</sup> Comunidades Eclesiais de Base.

das mulheres” (CONTE, et.al., 2009, p. 95). As mulheres da OMR passaram a discutir a opressão de classe juntamente com a opressão de gênero. Estas questões, para essa organização, dizem respeito à estrutura patriarcal que representa e perpassa a estrutura capitalista.

Durante o processo de reabertura política do Brasil, após o fim da ditadura, que foi marcado por reivindicações por direitos e lutas populares no processo de Constituinte, as mulheres abriram caminhos importantes para sua luta ao discutirem, no ano de 1983, a Constituinte da Roça nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

No ano de 1985, ocorreu oficialmente a organização da OMR, no Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Porto Alegre. Entretanto, as influências político-partidárias dividiram as mulheres em três grupos: as margaridas - ligadas a políticos e partidos políticos; as mulheres vinculadas a sindicatos ligados à FETAG<sup>9</sup>; e as mulheres que se organizaram na OMR.

A OMR era diferente dos outros dois grupos. As mulheres dessa organização julgavam que o trabalho da FETAG e da EMATER<sup>10</sup> reforçava o papel de “rainha do lar”, de domésticas, que deveriam ser conduzidas por lideranças masculinas, partidos políticos, e outras instituições (idem, p. 96). Por isso, na OMR eram debatidos temas como o preço dos produtos agrícolas, o porquê de não terem direito à aposentadoria etc. Nesse período, as trabalhadoras rurais não tinham a profissão reconhecida, pois eram consideradas “do lar” ou domésticas.

A luta para ter direito à aposentadoria tornou necessária uma organização maior que culminou com a construção do MMTR. Em 1989, ocorre oficialmente a primeira Assembleia da OMR que, então, muda de nome e passa a se chamar Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Nessa assembleia foram definidos os símbolos do movimento (bandeira, logomarca, chapéu de palha, cor lilás) e foi eleita a primeira coordenação estadual.

As discussões eram pautadas na “necessidade de fazer lutas específicas [...] pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, direito à aposentadoria para trabalhadores e trabalhadoras rurais, salário maternidade, direito à saúde e acesso à documentação pessoal e profissional” (CONTE; et.al., 2009, p. 100).

O MMTR, em 1990, conseguiu que fossem garantidos direitos previdenciários como a aposentadoria do homem e da mulher do campo. Outras bandeiras de luta foram assumidas,

---

<sup>9</sup> Federação dos Trabalhadores da Agricultura.

<sup>10</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

como a busca por terra, crédito, moradia e saúde. A principal reivindicação, a partir de 1991, foi saúde, e, especialmente, a Lei do Salário Maternidade da Mulher Trabalhadora Rural. Conquista alcançada no ano de 1993.

Nos anos de 1993 e 1994, organizações dos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul reuniram-se e criaram a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIMTR-Sul). As organizações eram: MMTR/RS; Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA/SC); Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP/PR); MMTR/MS e MMTR/SP.

O elemento central de discussão do MMTR/RS e também da AIMTR-Sul era a transformação da sociedade capitalista e a construção de novas relações entre homens e mulheres. Já citamos vários temas referentes às lutas desse movimento, que vão, ao longo dos anos, se tornando centrais: agroecologia, saúde pública (luta pela implementação do SUS), direitos (exemplo: a ter documentos pessoais e profissionais) etc.

Em 1995, foi constituída a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que é composta pelos movimentos: MMA/SC, MMA/SP, MPMP/PR, MMTR/RS, AIMTR-SUL, FETAGRO<sup>11</sup>/RO, MMTR/NE, AMUTRES<sup>12</sup>/ES, CAMUTRA<sup>13</sup>/AC, APROSUR<sup>14</sup>/RR, MMTR/SE, CNMTR<sup>15</sup>/CUT.

Nos anos seguintes, foram realizados debates sobre o SUS, sobre o conceito de família, sobre o modelo agrícola (tentando negar o pacote agroquímico e as monoculturas). No ano 2001, aconteceu, em Porto Alegre, o Primeiro Fórum Social Mundial, cujo tema foi “Um outro mundo é possível”, e que conclamou os Movimentos a se organizarem. Desse modo, o Fórum tornou-se um marco na constituição da Via Campesina no RS que congrega os seguintes movimentos populares e pastoral: MAB, MMTR, MST, MPA, CPT<sup>16</sup>, PJR<sup>17</sup>.

De 2001 a 2004, intensificaram-se os debates contra a ALCA<sup>18</sup>, contra os transgênicos, contra os capitais internacionais. Nesse período também começou a se tornar forte a Constituição Nacional das Mulheres da Roça. Havia uma necessidade de unificação daquilo que começou a ser discutido na década de 70.

A necessidade de unificação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil encontrou combatentes nos próprios movimentos mistos do campo, pois os

<sup>11</sup> Federação dos Trabalhadores de Rondônia

<sup>12</sup> Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo

<sup>13</sup> Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre

<sup>14</sup> Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima

<sup>15</sup> Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

<sup>16</sup> Comissão Pastoral da Terra

<sup>17</sup> Pastoral da Juventude Rural

<sup>18</sup> Área de Livre Comércio das Américas

participantes achavam que a discussão das mulheres estava contemplada nos setores de gênero desses movimentos. No entanto, as mulheres insistiram:

com identidade feminista e classista de quem já havia aglutinado anos de história de luta, militantes e dirigentes, reafirmaram a necessidade de autonomia. Ficou explícito, no processo, que o patriarcado perpassa inclusive as organizações de esquerda. A resposta das mulheres foi de que elas superaram, há muito tempo, a ‘fase’ de necessitar pedir licença, ou favor: “quem sente e sabe do que as mulheres podem e devem são elas mesmas”, “quem sente e sabe da opressão patriarcal, além da opressão do capital, deve reagir contra ambos”. Eis que surge o MMC Brasil. (CONTE, et. al. 2009, p. 115).

Queremos com esse breve percurso histórico marcar que, embora recente, o MMC não surge repentinamente, pois é fruto de um amplo processo de discussões e aglutinação de ideias e ideais de mulheres do campo.

Em 2004, em Brasília, se deu a unificação dos Movimentos Autônomos de Mulheres da Roça. Essa unificação ficou conhecida como o Primeiro Congresso Nacional do MMC Brasil. Desse evento, resultaram os princípios que pautam a práxis do movimento (cf. CONTE et. al., 2009):

– a libertação da mulher é obra da própria mulher e fruto de organização, formação e luta;

– afirmação do caráter feminista e camponês (*feminista* porque o Movimento afirma a luta histórica das mulheres como instrumento de luta por direitos, comprometido com a transformação nas relações de gênero e classe; *camponês* porque o movimento se afirma com a identidade de mulheres que produzem sua subsistência com respeito à terra e ao ambiente como um todo e que resistem no campo);

– o MMC é um movimento autônomo, socialista, democrático e popular, classista, de luta e construtor de novas relações de igualdade;

– o MMC assume como valores: ética, solidariedade, companheirismo, comprometimento e engajamento, coerência e exemplo; criatividade e busca do saber, responsabilidade e disciplina, e honestidade.

Já as principais bandeiras de luta são: novo projeto de agricultura, ampliação dos direitos sociais, participação política da mulher na sociedade e projeto popular para o Brasil.

Este movimento procura afirmar as categorias de movimento camponês, popular e feminista. Por isso, olha para o campo “como lugar de movimento, inconformidade e reação das mulheres” (CONTE, et. al., 2009, p. 121). O termo “camponesa” substituiu o termo

“trabalhadora rural” no nome do Movimento, e marca, portanto, uma posição diferente do capitalismo industrial ou do agronegócio.

O termo “trabalhadora rural” foi utilizado nos primeiros anos de organização das mulheres para marcar o espaço e a profissão, mas com as discussões e a constituição do MMC, a escolha por “camponesa” marca um posicionamento, diríamos, um comportamento do movimento, já que o camponês é definido como aquele que produz para subsistência com respeito à terra, diferentemente, dos produtores adeptos ao agronegócio, por exemplo.

Quanto à perspectiva feminista assumida pelas mulheres do MMC, compreendemos que é uma tentativa de marcar que existem relações de poder, de exploração, de subjugação entre os gêneros, ou melhor, de um gênero sobre o outro.

O MMC postula que “a liberdade, dissociada da ‘igualdade substantiva’ na produção da vida, em todas as dimensões, é mera retórica” (PALUDO, 2009, p. 11). Portanto, a busca pela liberdade depende da conquista da igualdade, e isso passa por novas relações.

Para Paludo (idem, p. 11), “não há liberdade/emancipação, portanto, sob a hegemonia do capital, o que há são processos libertadores, processos que forjam pequenas conquistas, denunciam as injustiças e anunciam as possibilidades de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais: a possibilidade de emancipação humana”. O que está no cerne desta compreensão é o entendimento de que o questionamento à autoridade do capital sobre a vida dos sujeitos, é uma das maneiras de as mulheres alcançarem a libertação e emancipação em relação às variadas formas de exploração (do trabalho doméstico, do corpo etc.).

Faremos ainda referência a quatro dimensões da luta das mulheres do MMC, definidas por Paludo (idem, p. 12):

1ª- A dimensão da luta travada na subjetividade.

Em nossa sociedade, as mulheres sempre foram educadas para serem subservientes e submissas aos homens e para ocupar o espaço doméstico. A luta das camponesas pela emancipação exige, além da compreensão de que elas são dominadas e exploradas, um querer se inserir nos processos de transformação de forma efetiva.

2ª- A dimensão da luta travada no cotidiano.

A nova subjetividade pretendida na dimensão anterior só irá emergir a partir de ações efetivas no cotidiano, em espaços como trabalho, família, comunidade, círculo de amizades

etc. É em ações concretas (de fazer diferente, respeitar e fazer-se respeitar) que a reeducação vai acontecendo e as mulheres camponesas ganham confiança e conquistam espaços.

### 3ª- A dimensão da luta coletiva.

Para a organização da luta é fundamental que as mulheres do MMC participem do Movimento. Ou seja, é preciso encarar a participação no movimento como ‘fazer parte’, mais do que ‘participar’. Estar no movimento significa mais do que ter uma folga em afazeres domésticos ou qualquer coisa parecida. “Organizar a luta coletivamente representa a possibilidade de incidir para além da própria vida, na vida das outras mulheres e na sociedade como um todo” (idem, p. 13).

4ª- A dimensão da luta para além da mudança nas relações de gênero, para que as relações de gênero possam ser mudadas.

Nesta dimensão há a compreensão de que além da discriminação de gênero (de raça/etnia), as mulheres sofrem a exploração de classe, e a dominação política, juntamente com todos os empobrecidos, os trabalhadores, independente de serem homens ou mulheres. Assim, para transformar as relações de gênero são necessárias outras transformações na sociedade, que insiram as mulheres em um processo de liberdade contra qualquer forma de violência e discriminação.

Com a articulação dessas quatro dimensões, as mulheres do MMC propõem um novo Projeto de Sociedade. Este requer “homens e mulheres libertos de qualquer tipo de exploração, dominação, discriminação e de violência” (PALUDO, 2009, p. 14).

A partir da perspectiva em que nos inscrevemos, entendemos que essas quatro dimensões fazem parte de um processo discursivo em que começa a ser delineado um (re)direcionamento dos gestos de interpretação dos sujeitos identificados com esse discurso. Começa, assim, a ser forjado discursivamente um outro sujeito, que deverá contrapor-se à subserviência ao masculino, em um sentido estrito, e ao capital, em um sentido amplo.

### 2.2.1 Mulher camponesa: simbólico e imaginário

Interessa-nos, nesta subseção, observar como, ao ser afetado pelo simbólico – pelo sistema significante –, o sujeito do discurso do MMC projeta uma imagem de *si*, e constrói, desse modo, uma imagem, ou melhor, instaura-se um processo de construção da identidade<sup>19</sup> de mulher camponesa.

Primeiramente, é necessário estabelecer algumas ponderações sobre a concepção de sujeito da Análise do Discurso. Pêcheux recorreu ao sujeito da Psicanálise e o trouxe para o interior da teoria do discurso, ressignificando-o. Na Psicanálise o sujeito é descentrado, atravessado pela linguagem e associado aos conceitos de imaginário, simbólico e real. O traço que distingue as concepções de sujeito é o fato de que, em AD, há a associação à teoria das formações sociais (MORALES, 2008).

Pêcheux ([1969<sup>20</sup>] 1993a, p. 82) explica que funciona no discurso “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Estamos tratando de lugares determinados na estrutura de uma formação social, e não de sujeitos localizáveis empiricamente.

É via imaginário que o sujeito se relaciona com a realidade, mas essa relação não se dá de maneira direta. Ela é mediada pela linguagem, que é compreendida como prática simbólica. Mariani (1998, p. 88) nos explica que “enquanto estruturado por linguagem, o simbólico está relacionado ao processo do significante e do sócio-histórico na constituição do sujeito de tal forma que, posto em relação à experiência no mundo, possibilita que sentidos sejam sempre produzidos”.

O sujeito com que a AD trabalha “encontra-se irremediavelmente constituído e mediatizado pelo simbólico” (MARIANI, 1998, p. 88). Isso significa dizer que a AD tem uma postura crítica em relação às teorias idealistas, que compreendem o sujeito como origem dos sentidos. Discursivamente, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte e senhor do dizer.

O sujeito “submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (ORLANDI, 2001, p. 100). Para nós, o sujeito se submete à língua(gem) para poder significar e significar-se, pois “não se pode dizer se não afetado pelo simbólico, pelo sistema

---

<sup>19</sup> Identidade, nesta Dissertação, tem relação com a noção interpelação-identificação postulada por Pêcheux.

<sup>20</sup> Data da publicação do texto ‘L’analyse automatique du discours’, de Michel Pêcheux. A publicação brasileira saiu sob o título ‘Análise Automática do Discurso’, na edição do livro “Por uma análise automática do discurso”, organizado por Françoise Gadet e Tony Hak (1993). A partir de agora a obra será referida pela data da publicação brasileira.

significante” (idem, p. 100). Acrescentemos: não se pode *ser* sujeito sem submeter-se ao simbólico.

Afetado pelo simbólico, e relacionando-se com a realidade por meio de formações imaginárias, o indivíduo interpelado ideologicamente em sujeito (como veremos no capítulo seguinte) estabelece, embora isso não seja uma escolha plenamente consciente, movimentos de identificação, contra-identificação e desidentificação com determinados discursos constituindo/construindo assim sua identidade.

Para este trabalho, estamos considerando que o universo dos símbolos (instrumentos de trabalho, vestuário, ou logotipos) é integrante do sistema significante, e que produz um movimento de interpelação-identificação que confere ao sujeito do discurso em análise sua unidade/identidade imaginária. Salientamos que o universo simbólico próprio ao MMC é resultado das determinações históricas.

Queremos observar como os símbolos funcionam delimitando a identidade – enquanto unidade imaginária – do sujeito do discurso em análise. Pois, a imagem que esse sujeito constrói de *si* aponta para o lugar que o mesmo ocupa na estrutura da formação social, bem como delimita a imagem de outros sujeitos com quem o MMC entra em *interlocução*, como, por exemplo, ruralistas, políticos, e mesmo integrantes da sociedade civil apoiadores ou não de sua causa.

A projeção dessa imagem se dá por meio da construção e delimitação de um imaginário de identidade. Elegemos as sequências a seguir para observarmos como se dá essa construção.

*Sd 1.* A mística deverá nos levar a reconstituir uma cultura humana que acolhe, transforme e cuide da vida e que, pouco a pouco vai se cristalizando na nova mulher lutadora. ([http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem\\_somos.html](http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem_somos.html))

*Sd 2.* Queremos avançar no processo de formação e construção de nossa identidade enquanto mulher, enquanto camponesa e enquanto Movimento Social. Fortalecer e ampliar a história de luta das mulheres trabalhadoras do Brasil, América Latina e mundial. (<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>)

*Sd 3.* Trabalharemos para que nossa identificação enquanto camponesas militantes do MMC, expresse a Mística que dá origem ao nosso Movimento e nos motiva na continuidade de nossas lutas. A ponto de que quando olharmos para uma mulher camponesa militante de nosso movimento, nela visualizamos o MMC! ([http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem\\_somos.html](http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem_somos.html))

Nessas *sds*, ainda que não seja por meio da simbolização de objetos físicos, existem formulações que procuram delimitar, fazer o contorno de uma unidade (imaginária) de mulher camponesa identificada com o movimento.

Na *sd 1*, as formas verbais *reconstituir* e *cristalizando* direcionam o sentido para um efeito de *reconstrução*. Isso produz uma escala crescente. No início da escala, existiria uma mulher que se constituiu com as determinações que a história tem apontado, como, por exemplo, a submissão ao homem. Na medida em que avançássemos na escala, poderíamos observar uma mulher em fragmentos, estilhaçada enquanto sujeito, e, portanto, seria necessário reconstituir, reconstruir, para, então, chegarmos a uma mulher total, que, mesmo em falta, tenha uma ilusão (necessária) de ser plena enquanto sujeito.

No senso comum, uma das imagens atribuídas às mulheres é de que a possibilidade da maternidade as torna sensíveis, acolhedoras, delicadas, cuidadoras etc. Esse imaginário atravessa essa sequência, à medida que o objetivo é reconstituir e cristalizar *uma cultura humana*. Imaginário que passa a ser ressignificado por meio dos itens lexicais *nova* e *lutadora*, pois se produz aí um outro efeito de sentido, já que ‘nova’ está significando ‘outra’. No caso da identidade da mulher camponesa, a identificação não se dará a partir da imagem socialmente corrente, mas por uma outra imagem, a de que a mulher é *lutadora*.

Na *sd 2*, já há uma imagem delineada da ‘nova mulher lutadora’, que ganha, a partir disso, contornos diferenciados. Ou melhor: na *sd 1* há a preparação de uma forma, que faça o contorno, na *sd 2* essa forma começa a ser preenchida com elementos como *formação* e *construção*. Entretanto, o que mais nos chama a atenção nessa *sd*, é o jogo que se estabelece entre singular e plural: *queremos, mulher, as mulheres*.

O sujeito dessa oração na primeira pessoa do plural (nós - “as mulheres do movimento”) produz um efeito de unidade, de totalidade, de identidade de grupo. Essa identidade de grupo requer a construção de uma “identidade de mulher”, no singular. A marcação no singular, em nosso entender, faz emergir um já-sabido, pois todo mundo sabe *o que é ser mulher*, quais são as atribuições, funções, direitos do ser-mulher. No caso do Movimento é preciso conferir uma singularidade a essa mulher já simbolizada pela história.

Há ainda, nesta sequência, no plural, a denominação *as mulheres trabalhadoras*. Esta funciona de modo diferente do item *mulher*, no singular. No momento em que o primeiro item remete a um já-sabido sobre o que é ser mulher, a denominação *das mulheres trabalhadoras* remete a uma classe, observável na estrutura da formação social.

A partir dessa *sd*, notamos que a designação *mulher* produz efeitos de sentido diferentes, que ora reproduzem o “já-sabido” sem questionamento e, portanto, sem

ressignificação, ora remontam à luta de classes. Isso nos leva a concluir que o deslocamento operado na tentativa de singularizar uma (nova) imagem de mulher é muito pequeno, quase imperceptível, pois remete a discursos já estabilizados na memória do dizer. Aqui, podemos observar que há um imaginário de que pertencer a um movimento possa conferir legitimidade a um discurso. Esse é o caso da *sd 3*, na qual a imagem de ‘nova mulher camponesa lutadora’ é *colada* à imagem do Movimento, produzindo o efeito de que só pela identificação às práticas do MMC pode emergir um sujeito singular e (re)significado.

Assim, sob o efeito de evidência e de singularidade o sujeito vai se identificar com esses enunciados de que é preciso ‘reconstituir e cristalizar’, ‘formar e construir’ uma identidade que não é qualquer uma, mas aquela de mulher camponesa, mulher do campo e participante de um movimento social organizado em torno de uma luta específica.

Observamos que, ora circulando entre a denominação de mulher camponesa, ora entre a denominação de trabalhadora rural, ora de mulher trabalhadora, as mulheres buscam delinear suas raízes, para evidenciar aquilo que as identifica. Há, portanto, uma tentativa de tornar evidente uma luta e uma identidade de mulher e de movimento.

Julgamos que a construção dessa identidade se dá também pela simbolização de objetos físicos. Dorneles (2005, p. 16), ao analisar o universo discursivo próprio ao MST, explica que um movimento social tem também como parâmetro “um universo simbólico próprio, sobre o qual se instala a discursividade que atua delimitando identidades que se inscrevem como singulares no campo das lutas ideológicas”. Segundo a autora, a partir da terra, os Sem Terra constroem um universo simbólico em que instrumentos de trabalho, vestuário e palavras entrelaçam-se e constroem a imagem do trabalhador rural. “Empunhar a enxada ou a foice, colocar o chapéu de palha ou o boné vermelho na cabeça, ser chamado de colono, são gestos que ao resgatar raízes, estão apontando simbolicamente ao sujeito lugares aos quais pode assujeitar-se ou não” (idem, p. 16).

Consideramos que há, também no discurso do MMC, a construção de um universo simbólico que singulariza uma identidade de mulher camponesa. Os símbolos utilizados se fazem discursividade e ajudam a construir a imagem da mulher do campo e militante.

A sequência a seguir é o logotipo do Movimento, e está presente na bandeira e em todos os seus materiais de divulgação.

Sd 4. Bandeira – logo.



Podemos observar no logo do Movimento, representada pelo símbolo do feminino, uma tentativa explícita de deixar marcado que se trata de um movimento de mulheres. O mapa do Brasil na cor verde, também significa em relação àquilo que defende o movimento, pois o verde, nessa perspectiva, faz emergir os sentidos de campo e de florestas<sup>21</sup>, que necessitam ser preservadas.

Outra marca importante é a cor lilás, símbolo do feminismo, que é cercada de mitos. Apuramos que o lilás foi adotado pelas sufragistas inglesas (lutavam pelo direito ao voto) na década de 1910, juntamente com o verde e o branco. O lilás se inspirava na cor da nobreza inglesa, o branco simbolizava a pureza feminina e o verde a esperança da vitória. Na década de 1960, o lilás foi escolhido pelas mulheres do movimento feminista, em detrimento da cor vermelha, que lembrava muito as bandeiras das mulheres da Internacional<sup>22</sup>, ligadas aos Partidos Comunistas do Bloco Soviético. Estes, historicamente, deram pouco apoio às lutas específicas das mulheres, pois no movimento feminista havia uma forte crítica à prática da

<sup>21</sup> O biócoro campo é encontrado nos Biomas do Pampa, Pradarias e Estepes. Já o biócoro floresta é encontrado nos Biomas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica e da Taiga (Fonte: <http://ciencia.hsw.uol.com.br/biomas.htm>). Campo, neste momento, é entendido em relação ao verde e difere do campo enquanto região habitada, do qual temos tratado.

<sup>22</sup> Vermelhas eram as bandeiras de Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai, delegadas dos seus partidos, à 1ª Conferência das Mulheres Socialistas, em 1907; e da 2ª, na Dinamarca, em 1910. Fonte: <http://www.piratininga.org.br/memoria/mulheres-vito.html#datas>.

maioria dos partidos e sindicatos. De modo que, muitos movimentos de mulheres se organizaram de forma autônoma, lutando para garantir sua independência<sup>23</sup>.

De nossa parte, consideramos que, no caso do MMC, a escolha da cor lilás, por ser atravessada pela história das feministas, movimenta e questiona sentidos saturados a respeito da imagem da mulher. A cor lilás rompe com uma “ditadura cor de rosa”, na qual a mulher é considerada fútil, dócil, delicada, frágil e rainha do lar, e resgata a resistência empreendida pelas feministas, fortalecendo essa imagem de sujeito ressignificado.

### *Sd 5. Lenço lilás.*



[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=15814](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15814) acesso em 27/07/2010.

Procuramos elencar efeitos de sentidos para a escolha do lenço como símbolo. Um deles pode ser o de resgatar uma imagem de feminilidade. Outro efeito poderia ser de uma máscara que protege a respiração das mulheres dos agrotóxicos e outros produtos nocivos à saúde, ou mesmo, bombas de gás lacrimogênio, que são, geralmente, usadas pela polícia para dispersar manifestações. E ainda um outro efeito de sentido que nos parece bastante latente é o de que o lenço pode ser a marca de um silenciamento, ou seja, o lenço discursivamente pode produzir o efeito de sentido de que existem sujeitos *sem voz*.

Não podemos deixar de fazer referência à mão estendida da mulher, na *sd 5*, em um gesto de “Pare!”, na imagem acima, ao mesmo tempo em que deixa à mostra calos salientes,

<sup>23</sup> Fonte: <http://www.piratininga.org.br/memoria/mulheres-vito.html#datas>.

marcas que, associadas ao instrumento de trabalho carregado por ela, também delineiam a imagem da mulher camponesa.

*Sd 6. Chapéu de palha.*



Atividade em frente à Assembleia Legislativa de SC, durante a semana de luta das mulheres.  
<http://www.flickr.com/photos/76171891@N00/2333738494> acesso em 27/07/2010.

O chapéu de palha é o mais específico dos objetos simbolizados. Pois, não há melhor símbolo que represente um camponês. Ele reforça o imaginário da mulher do campo que trabalha na agricultura familiar, tendo como proteção, desde há muito tempo, o chapéu de palha.

**Sintetizando:** as sequências selecionadas produzem o efeito de sentido de que é preciso fortalecer a identidade como um *lugar*, para que, a partir desse lugar, a mulher camponesa possa assumir diferentes posições frente à sociedade. Esse fortalecimento do lugar da mulher camponesa se dá pela simbolização de elementos próprios ao seu cotidiano, ao mesmo tempo, essa simbolização, que já é parte do simbólico, sem o qual o sujeito não pode enunciar, afeta o sujeito, constituindo sua unidade imaginária e mediando sua relação com a realidade.

### 2.3 Amarrando as pontas

Propomo-nos, neste capítulo, apresentar as condições de produção do discurso do MMC. Traçamos um percurso que passou pelas considerações sobre movimento social,

movimento de luta pela terra, para, finalmente, trabalharmos com o discurso do Movimento de Mulheres Camponesas.

Nessas condições de produção, foi possível observar quem são os interlocutores aí presentes, ou seja, com quem o MMC dialoga, ou contra *quem* ou pelo que o MMC luta, e quais são as condições sócio-históricas em que esse discurso está emergindo, em uma sociedade profundamente marcada pelo capitalismo e seus derivados como, por exemplo, o agronegócio.

Ao tratarmos do universo de símbolos que faz parte da construção da identidade de mulher camponesa, estamos iniciando a construção teórica em torno de observarmos o sujeito que se configura no discurso do MMC, a partir de diferentes fios discursivos e diferentes posições.

Compreendendo que as condições de produção, aqui apresentadas, são constitutivas do discurso, passamos no capítulo seguinte a escrever sobre as formações social, ideológica e discursiva.

### **3 O CENÁRIO, OS POSICIONAMENTOS E A MATERIALIZAÇÃO EM LINGUAGEM: das formações social, ideológica e discursiva**

Neste capítulo, desenvolveremos considerações sobre a noção de formação social, que constitui o cenário no qual se desenvolvem as práticas discursivas; a noção de formação ideológica que designa a materialidade ideológica das posições de classe no interior da formação social; e a noção de formação discursiva, que representa na linguagem o modo como os sujeitos se relacionam com a ideologia vigente, em determinada conjuntura.

#### 3.1 Formação social

Começaremos a tecer nossas considerações sobre formação social (FS) pela afirmação de Dorneles (2005, p. 61): “a FS é o palco onde se tramam as lutas de classe”. A partir dessa citação, procuramos compreender como se organiza esse *palco* e em que lugar, na luta de classes, se inscreve o Movimento de Mulheres Camponesas.

A formação social não pode ser entendida apenas como grupo humano, mas, sim, “como espaço delimitado pelo conjunto de práticas, normas, princípios, tradições que organizam determinado grupo” (ibid., p. 52). Isso se constitui de maneira dialética, na medida em que a formação social é um espaço delimitado por práticas, e estas são delimitadas e reguladas pela formação social.

O palco onde se desenvolvem as cenas discursivas que estamos analisando é o da formação social capitalista. Esta, assentada sobre uma base econômica, rege o espaço e as trocas sociais. Dorneles (ibid., p. 60) enfatiza que é “no interior da formação social que a materialidade ideológica se gesta. Práticas sociais e ideias constituem tal materialidade”.

Na perspectiva de Althusser (1996), toda formação social para existir precisa ao mesmo tempo produzir e reproduzir as condições de sua produção, sendo que a reprodução é sua condição suprema. Portanto, as formações sociais são o efeito das relações de produção e reprodução (cf. Dorneles, 2005).

A reprodução das condições de produção se dá, principalmente, pela reprodução da força de trabalho, o que exige a qualificação dos trabalhadores. Essa qualificação pode ser garantida pela *escola*, que, segundo Althusser (1996), ensina regras de convivência em sociedade, normas de respeito à divisão técnica e social do trabalho, bem como garante a submissão dos trabalhadores às regras da ordem estabelecida e ao que o autor designa

“ideologia vigente”. E para os agentes da exploração e repressão, garante a possibilidade de assegurar “com palavras” a dominação da classe dominante.

Há, nesse cenário, um embate pelo poder, onde a classe dominante luta contra a classe dominada (e também contra suas próprias contradições) para permanecer no poder. Isso põe em cena posicionamentos antagônicos, ou seja, posições de classe antagônicas. No caso de nosso estudo, as posições de classe, que produzem tensão na formação social, entram em cena cada uma lutando para que suas questões se sobreponham.

De um lado está a classe dominante, os grandes proprietários de terra, grandes empresas multinacionais, e de outro, está a classe que almeja a libertação de relações de dominação e submissão, os trabalhadores e as trabalhadoras do campo. O contato entre essas duas posições em destaque se dá por meio de questões que a primeira posição quer perpetuar e a segunda quer transformar, como, por exemplo, o lugar da mulher nessa formação social e a concepção de família patriarcal.

Uma das maneiras que a classe dominante encontra para manter sua hegemonia é controlando instâncias no interior dessa FS, como o Aparelho de Estado, que administra a polícia, por exemplo. Esta tem, por meio da força, a possibilidade de reprimir tentativas de mudança e ascensão da posição dominada. Trataremos destas questões na subseção seguinte. De momento, cabe ressaltar que é nesse espaço de luta que se inscreve o Movimento de Mulheres Camponesas, que com suas práticas (discursivas ou não) irá questionar o modo como se organiza a formação social, e instaurar um embate no interior de instâncias que reproduzem a ideologia dominante. No entender de Althusser, essas instâncias são: o aparelho (Repressivo) de Estado (ARE) e os aparelhos ideológicos de Estado (AIE).

### *3.1.1 O Aparelho de Estado e a instância repressiva*

Althusser, em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* ([1970] 1996), afirma que o Estado é o aparelho (Repressivo) de Estado e funciona por meio da força e da violência. Em texto posterior, *Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado* ([s/d]1985), o autor escreve que o ARE compreende a presidência do Estado, o governo e a administração, instrumento do poder executivo, as forças armadas, a polícia, a justiça, os tribunais e seus dispositivos (prisões, por exemplo).

O ARE, então, não funciona somente pela força e violência, pois nele está incluído o *aparelho político de Estado*, composto pelo chefe de Estado e o governo que ele dirige

diretamente, e também a administração. Esta executa as ordens do governo, serve ao interesse *geral*, e desempenha o papel de *serviço público*. A partir disso, consideramos que a repressão não é o alicerce do ARE, mas é exercida por ordens do governo e executada pela administração, por meio de instrumentos de repressão como a polícia, as forças armadas, a justiça e os tribunais.

No Brasil, têm acontecido inúmeros episódios onde o Estado tem agido de maneira repressiva com relação aos movimentos sociais. Alguns desses episódios levaram à morte de militantes. No ano de 1996, uma ação da polícia militar do estado do Pará culminou com a morte de dezenove sem-terra, o episódio ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás. Recentemente, em 2009, durante a desocupação de uma fazenda no Rio Grande do Sul, a polícia militar assassinou um sem-terra, com um tiro nas costas.

Movimentos sociais como MMC e MST questionam a má distribuição das terras, o uso indiscriminado de recursos como solo, sementes, água, por empresas transnacionais. Isso mexe com a posição confortável de muitos latifundiários e empresários. Estes, pertencentes à classe dominante, com argumentos como, por exemplo, direito à propriedade privada, pressionam o Estado para que mantenha a “ordem social”. Sob a perspectiva de quem manda, “há ordem na sociedade porque uns mandam e outros obedecem” (RANCIÈRE, 1996, p. 31).

O Estado, por sua vez, sob o argumento de estar agindo para manter a ordem e para que se respeite o direito de propriedade, criminaliza trabalhadores que estão em busca de melhores condições de vida. E, então, para conter manifestações que evidenciam injustiça social, má administração, degradação do meio ambiente etc., reprime com violência.

Nas sequências discursivas a seguir, veiculadas no *site* do MMC Brasil, observamos a ação de uma das instâncias do ARE, a saber: a polícia. Destacamos que a primeira *sd*, que é uma fotografia, foi postada no *site* em 2008, a segunda *sd*, que também é uma fotografia, apresenta datação do ano de 2009. Já a terceira *sd* foi postada em 2010.

*Sd 7.*



8 de março de 2008 ([http://www.mmcbrasil.com.br/fotos/260809\\_foto2.jpg](http://www.mmcbrasil.com.br/fotos/260809_foto2.jpg))

*Sd 8.*



“Repressão contra quem luta” [http://www.mmcbrasil.com.br/fotos/260809\\_foto13.jpg](http://www.mmcbrasil.com.br/fotos/260809_foto13.jpg)

*Sd 9.* Na tarde da última terça-feira, 08, três militantes de movimentos sociais foram abordadas e revistadas por policiais federais. Maria do Socorro, Alexsandra dos Santos e Rosa Maria Rodrigues Barroso, respectivamente, representantes do MMC, MST e CUT afirmam que foram vítimas de abuso de poder por parte dos policiais. Segundo elas, em boletim de ocorrência, os policiais abordaram o carro e quando abriram o porta-malas, encontraram uma bolsa com o símbolo do MST. Frente a isso, passaram a utilizar agressões verbais, exigiram a apresentação da documentação pessoal de cada uma das mulheres e a documentação do veículo. Os policiais afirmaram que o MST promove baderna, arruaça e mortes na região e por isso dentro da bolsa poderia haver armas e drogas. Segundo Alexsandra, os policiais reviraram seus pertences, jogando-os no chão. ([http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/100610\\_abuso\\_poder\\_rr.html](http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/100610_abuso_poder_rr.html))<sup>24</sup>

Para iniciar a discussão, recorremos às postulações de Rancière (1996) sobre filosofia política. Interessam-nos as reflexões sobre a questão do desentendimento, para que possamos formular nossas discussões sobre a relação entre ARE e movimento social. Segundo o autor, o desentendimento “incide sobre a própria situação dos que falam” (idem, p. 13). E ainda: “a situação extrema do desentendimento é aquela em que  $x$  não vê o objeto comum que  $y$  lhe apresenta porque não entende que os sons emitidos por  $y$  compõem palavras e agenciamentos de palavras semelhantes aos seus” (idem).

Rancière expõe que a filosofia política começa sua existência, na *República*, pelo protocolo do desentendimento sobre o qual todos concordam: “a justiça consiste em dar a cada um o que lhe é devido” (idem, p. 13).

Todos concordam com essa formulação, hoje, ainda. Entretanto, há desentendimento, pois, embora sejam as mesmas palavras, o que é que garante que todos entendam a mesma coisa?

De acordo com Pêcheux (1988, p. 91),

o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso.

---

<sup>24</sup> Fato acontecido quando três representantes de movimentos sociais, CUT-RR, MST e MMC, respectivamente, voltavam da Venezuela, onde estavam organizando um evento. As mulheres foram abordadas por policiais federais brasileiros no Posto de Fiscalização de Pacaraima. A ação dos policiais foi denunciada à Corregedoria da Polícia Federal, ao Ministério da Justiça, às Secretarias Especiais das Mulheres e dos Direitos Humanos do governo federal e à Câmara Federal, pela deputada Ângela Portela (PT-RR). (fonte: <http://www.cut.org.br/destaque-central/28770/abuso-intimidacao-e-desrespeito>).

É neste ponto que há desentendimento “tomar as mesmas palavras dos outros para dizer uma coisa totalmente diferente” (RANCIÈRE, 1996, p. 13).

Para Rancière, o desentendimento não diz respeito às palavras, mas à situação dos que falam. “O desentendimento se refere ao que é ser um ser que se serve da palavra para discutir. As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão sobre a *condição* daqueles que o constituem como objeto” (idem, p. 13)

Tendo em vista nossas sequências, nos permitimos iniciar a reflexão: a discussão empreendida pelos MS, especialmente, sobre a reforma agrária, remete ao litígio da luta pela terra. Essa luta é o objeto principal de discussão entre os Sem Terra e as mulheres camponesas, com os latifundiários. Cada um desses sujeitos com seus argumentos sobre direito à terra preenchem essa disputa. Exemplifiquemos: os Sem Terra e as mulheres camponesas afirmam que é necessário fazer reforma agrária, porque existem muitas terras improdutivas que não cumprem a função social de, por exemplo, produzir alimentos (conforme Constituição Federal, Art. 184); já os latifundiários afirmam que a propriedade é um direito garantido por lei (conforme Art. 5 da Constituição Federal).

Os movimentos sociais questionam, então, o modo como as terras agricultáveis são distribuídas no Brasil, isso leva a um litígio, como já observamos, de um lado estão aqueles que desejam manter a posse da terra e do outro aqueles que requerem também para si a posse da terra. Entendemos que essa situação é de desentendimento, pois o objeto da discussão remete à condição dos sujeitos que também requerem a terra.

Consideramos que a situação extrema do desentendimento está em  $x$  não *entender*, ou não *ver* aquilo que reivindica  $y$ . Designaremos por  $x$  os representantes do ARE (os policiais), e por  $y$  as militantes dos movimentos sociais.

Então, qual é a condição desses sujeitos que questionam a “ordem social”?

Para responder a essa questão, podemos recorrer também à noção de formações imaginárias de Pêcheux (1993a). Qual é a condição, “o que é ser um ser” ou ainda quem é  $y$  para reivindicar alguma coisa? Quem são esses sujeitos que afirmam que há a necessidade de existir, conforme nosso exemplo, uma reforma agrária?

Em nosso entender, aqui está o ponto de desentendimento entre  $y$  e  $x$ . As mulheres camponesas, enquanto militantes de luta pela terra, ocupam um lugar não legitimado socialmente (imaginário de lugar não legitimado) e, por isso, ao se servirem da palavra para enunciar, suas reivindicações não são *entendidas* pelos representantes do ARE, já que o que elas falam não é compreensível e nem aceitável. Por isso, quando ocorrem mobilizações e

manifestações, o aparato repressivo do Estado é mobilizado para conter a ameaça que esse lugar não legitimado possa oferecer à ordem social.

Postas essas considerações, retornemos às sequências discursivas.

Na *sd 7*, representantes do ARE cercam uma das militantes do MMC, identificada com símbolos do Movimento - a camiseta e o chapéu de palha -, a mulher está rodeada por dois homens fardados com uniformes da polícia militar. Há também um outro homem, não identificado, que usa uma camiseta branca, e ainda uma outra pessoa observando a cena, segurando bandeiras na cor lilás, que está parcialmente encoberta por um dos policiais.

A legenda da foto especifica a data “8 de março de 2008”. Não conseguimos localizar com exatidão que manifestação é essa. Julgamos que essa legenda é o nome dado ao conjunto de manifestações realizadas pelo movimento na semana do dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher. Sabemos que houve uma manifestação na fazenda Tarumã, no município de Rosário do Sul (RS), e que ocorreu uma desocupação violenta, realizada pela polícia, no dia 4 de março de 2008<sup>25</sup>.

Uma mulher diante de dois policiais. Ela de estatura baixa, eles de estatura maior olham-na, de cima para baixo, evidenciando a relação de poder que se estabelece entre representantes do Estado e uma militante de um movimento social. A partir dessa imagem, é possível acionar os fatos, que relatamos acima, nos quais o Estado agiu de maneira repressiva. Um dos sentidos possíveis, para a sequência em análise, sob o ponto de vista do Estado, é o de que os movimentos sociais precisam estar cercados, bem vigiados, e isso é garantido pelos meios que usam da repressão e da força. Outro efeito de sentido, desta vez, sob o ponto de vista do MMC, é o de que a militante está sendo reprimida, coagida, impedida de se manifestar.

Na *sd 8* observamos uma mulher sentada no chão, possivelmente em uma calçada de cidade, o que é um indicativo de que a situação em que foi fotografada era de alguma manifestação. A mulher está com o pé direito descalço. Em suas pernas podem ser vistas lesões e sangue. A legenda da foto, que integra a sequência, é a seguinte: “repressão contra quem luta”. Recorrendo às condições de produção desse discurso, podemos afirmar que a formulação da legenda está colocando em evidência a ação da polícia. De maneira que o efeito de sentido é de que a mulher foi vítima da ação do Estado, e de que foi reprimida e levada ao chão devido à luta que representa.

---

<sup>25</sup> Fonte: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=2002>

Já a *sd 9* narra um outro encontro entre militantes de movimentos sociais e a polícia, desta vez no ano de 2010. Nela podemos observar como o MMC descreve a abordagem realizada por policiais federais. No relato, o MMC leva para dentro de seu discurso o lugar que o Estado atribui aos MS, ao expor a causa da repressão: “dentro da bolsa poderia haver armas e drogas”. O tempo verbal dessa formulação também contribui para o questionamento à atitude do Estado, pois produz um efeito de suposição, um efeito de que a abordagem feita pela polícia foi inadequada e aconteceu por causa do lugar social que ocupavam tais sujeitos revistados.

O lugar, um lugar não legítimo, que o Estado atribui aos movimentos sociais, se mostra não pelo fato de as mulheres serem abordadas e revistadas pela polícia, mas, sim, pelo modo como a revista acontece que, segundo relatam as mulheres, é desencadeado a partir do reconhecimento de que se tratava de militantes. A partir daí é que há o relato de que os policiais procederam com agressões verbais. É isso que desencadeia a repressão. Ou melhor: é a partir do momento em que os policiais encontram a bolsa com os símbolos do MST, que a repressão é desencadeada, pois há o imaginário de que militantes de movimentos sociais são criminosos. É esse imaginário de “baderna, arruaça e morte” que faz com que a justificativa para a repressão seja uma possibilidade de se encontrar armas e drogas.

A relação de repressão, que pôde ser observada pela discussão, se dá, portanto, por causa da condição dos que falam. Sob uma série de formações imaginárias, mediadas pelo simbólico, os agentes da repressão atribuem aos sujeitos que pertencem aos movimentos sociais a sua *condição*. Esta é a condição daqueles que não podem e não devem falar, pois não serão *entendidos*.

As considerações realizadas nos permitem observar uma das formas de relação existente entre o Estado e os movimentos sociais. Relação que se dá do seguinte modo: o primeiro não funciona somente pela repressão, tem também o trabalho de administrar os serviços públicos. Os segundos reivindicam acesso a esses serviços (educação, serviços de saúde e saneamento etc.), que, segundo eles, não são de qualidade e nem para todos. Na medida em que, não se tem acesso a serviços importantes, mas o aparato público da repressão está sempre pronto a agir e a conduzir *adequadamente* esses sujeitos, institui-se um ponto de contato entre os mesmos, e, mesmo que a *condição* desses sujeitos seja a de não poder falar, esse ponto de contato sempre tencionará os lugares do Estado e do Movimento.

### 3.1.2 *Aparelhos Ideológicos de Estado: o Aparelho Escolar*

Nesta subseção, faremos considerações, de acordo com a perspectiva de Althusser (1996), sobre Aparelhos Ideológicos de Estado, para, então, construirmos uma reflexão com respeito ao Aparelho Ideológico Escolar. Nosso objetivo é observar como a educação se constitui em um dos pontos centrais da luta empreendida pelos movimentos sociais camponeses, na busca por transformação na formação social, e como isso funciona e produz efeitos de sentido no discurso em análise.

Os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia e estão ao lado do Aparelho (Repressivo) de Estado sem se confundirem com este. Eles designam realidades que se apresentam sob a forma de instituições distintas e especializadas. São exemplos de AIE: o AIE religioso (o sistema de diferentes Igrejas), o AIE escolar (o sistema das diferentes “escolas”, públicas e particulares), o AIE familiar, o AIE político (o sistema político incluindo os diferentes partidos), o AIE sindical, o AIE da informação (imprensa, rádio e televisão etc.), o AIE cultural (literatura, artes, esportes etc.) (ALTHUSSER, 1996).

Sempre um AIE deterá o papel dominante entre os outros. Para Althusser seria a escola. Segundo o autor “é pelo aprendizado de saberes envoltos no repisar maciço da ideologia da classe dominante que são, em grande parte, reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, isto é, as relações dos explorados com os exploradores e dos exploradores com os explorados” (idem, p. 122).

É a escola, portanto, quem realiza a qualificação dos trabalhadores e o ensino de normas que garantem a submissão às regras da formação social. E, sendo um aparelho ideológico de Estado, reproduz a ideologia da classe dominante. Isso, obviamente, em determinado contexto social, já que não podemos afirmar, hoje, que todas as escolas reproduzem a ideologia dominante. Embora saibamos, conforme assinala Freitas (2009, p. 13), que “a atual forma de escola é um produto histórico e que, apesar de disputada em seus objetivos e conteúdos por nós, atende fundamentalmente aos interesses e ideais das classes dominantes para e pelas quais foi historicamente organizada”.

Diante da colocação de que não é possível afirmar que todas as escolas reproduzem a ideologia da classe dominante, mas concordando que ela é/continua sendo um AIE, procuramos analisar como o MMC (re)significa a escola/ o ensino/ a educação. Tomamos como referência a prática escolar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a saber: a Escola Itinerante (EI) do MST, que é aclamada (pelos movimentos sociais) como um outro modelo de escola.

Camini (2009) estudou as atividades pedagógicas da Escola Itinerante dos Acampamentos do MST, tendo como objetivo “apreender no processo os principais aspectos/elementos que podem ser tomados como evidência de que a prática da Escola Itinerante dos acampamentos é uma proposta capaz de se contrapor à escola capitalista” (idem. p. 18).

Esse tipo de escola se caracteriza não somente por estar em áreas de conflitos (entenda-se acampamentos do MST), mas também por apresentar práticas pedagógicas diferenciadas na tentativa de contrariar o projeto burguês de sociedade, que expulsa e exclui os filhos dos trabalhadores da escola, da terra e do trabalho. Ou seja, nas escolas itinerantes haveria um questionamento com relação ao formato e os métodos utilizados na escola pública tradicional que atende aos filhos dos trabalhadores do campo.

O que nos interessa, no momento, é o percurso realizado para sustentar as afirmações em relação à Escola Itinerante. Camini elaborou um percurso sobre o modo como se estrutura a escola capitalista, que

...se perpetua, no mundo e no Brasil, desde o século XV até os dias atuais. Um modelo de escola que está sendo questionado pela classe trabalhadora, à medida que são levantadas dúvidas sobre sua forma escolar e, principalmente, porque se mantém distante da vida, ignorando as contradições advindas da prática social que a cerca (2009, p. 45).

A autora procura mostrar como a educação – em nosso entender “educação pública”, embora isso não fique bem explicitado – vai sendo gestada a partir do século XV, e se desenvolve nos séculos seguintes, atrelada às questões religiosas. Tomando o Renascimento como o momento onde começa a ser gestada a educação liberal, Camini explica que esse período foi de grandes transformações políticas, sociais e culturais. Incorporado ao pensamento revolucionário, desenvolve-se o pensamento pedagógico renascentista caracterizado por uma revalorização da cultura grego-romana. Isso influenciou a educação da época, que, a partir desse momento, deveria preparar também o homem burguês, já que antes ela só atingia o clero e a nobreza.

Entretanto, “o Renascimento não modificou em nada a situação dos explorados, como também, em nenhuma oportunidade, deixou aparecer a mais tímida tentativa de educação popular” (CAMINI, 2009, p. 53). Ou seja, a educação não era ofertada à massa, e, sim, oferecida da burguesia para a burguesia.

Foi nesse período também que, liderada por Martinho Lutero, ocorreu a Reforma Protestante. Lutero, que era religioso agostiniano, se decepcionou profundamente com a

corrupção que dominava a cúria romana, o que o levou a afastar-se da Igreja Católica. Quando escreveu sobre os abusos e pretensões da igreja oficial, rompeu com o catolicismo e fundou a Igreja Protestante.

Em suas pregações afirmava que o cristão é o único responsável por sua salvação e não pode esperar para que o padre interprete a *Bíblia*. Para Lutero, qualquer pessoa poderia ler as escrituras. Isso trazia a necessidade de alfabetização, pois, caso contrário, não seria possível praticar os mandamentos para alcançar a salvação.

De acordo com Camini, essas considerações de Lutero foram fundamentais para sustentar a discussão sobre a liberdade do indivíduo. Essa liberdade era defendida amplamente pela burguesia e coincidia com os interesses do capitalismo. No entanto, para as camadas populares, as possibilidades de ler se restringiam às escolas dominicais que continuavam sob o controle das igrejas, agora protestantes.

Embora Lutero tenha convocado as autoridades para assumir a responsabilidade pela educação, que, portanto, deveria ser administrada pelo Estado, sua prioridade era a educação daqueles que viriam a dirigir a sociedade, ou seja, eclesiásticos, médicos, advogados. Logo, “as camadas populares continuavam excluídas do direito à educação” (CAMINI, 2009, p. 57), a essas era dado o ensino da doutrina cristã reformada, já que, em vez de professores, os filhos dos trabalhadores recebiam pregadores.

O objetivo dos protestantes quanto às camadas populares era claro: “grande cuidado com a educação da burguesia, sem abandonar as camadas pobres para que estas não retornassem ao domínio dos padres católicos. Havia um interesse de classe em ambos os lados” (idem, p. 57).

Tanto havia interesse de classe, que em seguida a Igreja Católica organizou a Contrarreforma, com o objetivo de recuperar seu espaço e sua influência. Foram apresentadas orientações no Concílio de Trento (1545-1564) com relação aos livros escritos e impressos na época, que deveriam passar pela aprovação de alguma autoridade da Igreja. Isso inibia qualquer tentativa de alguém publicar suas teses, como fizera Lutero, anos antes. Outra preocupação estava nas escolas, que foram reorganizadas de acordo com antigas tradições, sempre sob o controle de uma autoridade da Igreja, para impedir que a juventude fosse pelo “mau caminho”.

O apoio a essa última atitude fez com que surgissem algumas ordens religiosas como a Companhia de Jesus, uma das experiências educativas mais bem sucedidas da Igreja Católica contra o protestantismo. Porém, os interesses dessas companhias também não alcançavam as classes menos favorecidas financeiramente. “Comprometidos com a formação das elites

burguesas, a fim de prepará-las para hegemonia cultural e política, os jesuítas nunca se importaram com a educação da pequena burguesia ou com a das chamadas ‘camadas populares’” (idem, p. 61).

Até esse período as ideias religiosas ainda dominavam o mundo. A partir do século XVII, a burguesia ascende definitivamente ao poder. Desse momento em diante, a instauração de fábricas começa a mudar o objetivo da educação. A necessidade agora era de formação.

No século XVIII o regime feudal estava sendo substituído pela burguesia. “Produzir muito e conquistar novos espaços era a preocupação da classe triunfante, mesmo à custa do sacrifício de populações inteiras, inclusive crianças e mulheres” (idem, p. 67).

Nesse período havia a diferenciação entre as *grandes escolas*, onde era suficiente ensinar a ler, escrever e fazer contas, destinadas para as crianças das classes populares; e as *pequenas escolas* destinadas às crianças das classes superiores. “Àqueles destinados a servir à sociedade com seus braços, bastava formação básica” (idem, p. 68).

Na metade do séc. XVIII apareceu o desenvolvimento da fábrica, substituindo o trabalho artesanal e, conseqüentemente, isso abriu espaço para que surgisse a moderna escola pública, substituindo as formas populares de instrução. Ou seja, fábrica e escola nasceram juntas, pois as leis que criaram a escola de Estado vieram juntas com as leis que suprimiram a aprendizagem corporativa. Foi, então, nesse momento que ao Estado foi concedido o direito de controlar o ensino, e, portanto, a obrigação de instruir.

Já no século XIX, devido à necessidade de instrução dos trabalhadores das fábricas, que precisavam operar máquinas complicadas, foi sancionada a universalidade da educação, que passou a ser reconhecida como uma necessidade. Isso não se deu sem resistência da Igreja Católica que até esse momento ainda detinha a função de educar e instruir. Entretanto, pouco a pouco a educação passou a ser controlada pelo poder público.

Para Camini (2009), a Comuna de Paris<sup>26</sup> (1871) pode ser considerada o marco histórico que inaugurou o estatuto pedagógico da classe trabalhadora, pois a intenção era forjar uma nova força social. Embora a Comuna tenha durado pouco tempo, em relação à educação, os trabalhadores conseguiram apresentar sua oposição à lei que autorizava uma escola de nível inferior destinada a apenas ensinar a eles a ler, escrever e contar. A autora ainda salienta que esse episódio sequer é contado pela História da Educação.

---

<sup>26</sup> Em 1871 ocorreu a Guerra Franco-Prussiana. Em Paris, os trabalhadores se organizaram para defender a cidade da invasão do exército inimigo. Este episódio ficou conhecido como Comuna de Paris.

Por meio da leitura, percebemos que Camini apresenta o ponto de vista dos trabalhadores, que, desde o período pesquisado, não tiveram acesso à educação plena, lhes foi ofertada apenas instrução básica para atender às necessidades do trabalho que exerciam.

Do século XX, a autora apresenta o movimento Escola Nova ou escolanovismo, embora o mesmo tenha iniciado no século XIX. A concepção de educação desse movimento é apresentada como um contraponto à escola tradicional, pois defende uma pedagogia que apresenta como base a ação, ou seja, o ato educativo é fundamentado na ação, em oposição a um ensino centrado no professor e na memorização por repetição.

No Brasil, o escolanovismo repercutiu a partir da década de 1920, que foi considerada rica para a educação. No entanto, foi em 1932 que as discussões da década anterior culminaram no *Manifesto da educação nova para reconstrução educacional do Brasil*. “A Escola Nova significou um avanço em relação à pedagogia tradicional inspirada na visão jesuítica” (idem, p. 79), mas não resolveu os problemas educacionais da época, a ponto de alterar os sistemas escolares, por apresentar uma perspectiva atrelada aos interesses do capital e não das camadas populares.

Na metade do século XX, o movimento Escola Nova estava em decadência, o que instaurou novos debates sobre educação e ensino, fazendo surgir uma outra teoria educacional: a pedagogia tecnicista. Não é nosso interesse abordar essas formas pedagógicas, pois nosso foco é outro. Fazemos o registro, porque elas ressoam nas concepções sobre educação defendidas ou rechaçadas hoje pelos movimentos sociais camponeses. Então, para sintetizar, no Brasil, podem ser citadas pelo menos três pedagogias: a tradicional, a Escola Nova e a tecnicista.

Mesmo com diferentes modos de ensino ou de conceber a educação “ao longo de 500 anos de história do Brasil, nenhuma tendência educacional foi capaz de impedir ou fazer retroceder a barbárie a que o sistema capitalista submete tantos trabalhadores, independente deles frequentarem a escola por pouco tempo ou de nem chegarem a entrar nela” (CAMINI, 2009, p. 81-82).

Cabe destacar que, embora Camini esteja tratando de um ponto específico que é o questionamento ao modelo de escola pública estadual que corresponde à atual forma de ensino dispensada aos camponeses, a autora, por meio de um resgate histórico, toma todas as escolas desde o século XV como opressoras e excludentes, esquecendo-se de que elas correspondiam às concepções de educação de cada época. E não necessariamente podem representar a exclusão promovida pelo atual modelo econômico. Embora concordemos que existe uma construção histórica, que ressoa na atualidade.

O sistema de ensino brasileiro, na maioria das vezes, não permite o acesso de sujeitos das classes populares à educação em seus diferentes níveis, passando pela educação infantil, educação básica e chegando ao ensino superior. São milhões de analfabetos, milhões de crianças que não têm acesso à escola. Na contramão dessa realidade, se organizam alguns movimentos sociais, como o MST e o MMC.

As perspectivas relatadas sobre educação, como afirma Camini, não combinam com o projeto de educação popular dos movimentos sociais camponeses ou rurais, como, por exemplo, a Escola Itinerante, que foi o objeto de estudo da pesquisadora citada. Entretanto, a discussão que queremos apresentar não fica restrita à escola, já que o MMC não tem uma política educacional como a que apresenta o MST e suas escolas itinerantes. Por isso, a discussão que fazemos se constrói na direção de compreender os gestos de interpretação, que emergem do questionamento que esse movimento social faz da educação, da escola e do ensino público que é oferecido aos camponeses.

Os movimentos camponeses entram em cena para questionar o ensino que lhes é ofertado. Para isso, não ficam apenas no plano da discussão, mas criam um modelo de educação que atenda aos seus interesses, ou à sua realidade, que corresponde à agricultura, à pecuária, à pesca. Nessa perspectiva, não é possível conceber um processo educativo dissociado do dia-a-dia no campo.

Na perspectiva dos movimentos camponeses, que é anticapitalista, a educação vai além da “simples agregação da instrução tradicional com a educação profissional para um trabalho determinado” (RIBEIRO, 2009, p. 431). A proposta de movimentos como o MMC é voltada para uma educação do campo e não uma educação rural (tradicional), que é a que tem sido oferecida a eles. O desejo é de um ensino que dê afirmação aos sujeitos que trabalham com a terra, e não os anule com conteúdos que fogem às suas realidades cotidianas.

O movimento camponês contrapõe-se à maneira como a educação é historicamente realizada pelo AIE escolar. Uma educação que “não considera os agricultores e agricultoras como produtores sociais de vida e conhecimento” (RIBEIRO, 2009, p. 436). O objetivo é romper com velhas relações sociais, e gerar uma educação que seja para o trabalho, para a sobrevivência, a cidadania, mas também que traga implícita uma concepção de cooperação e não competição, de liberdade e não opressão e esquecimento, de emancipação e não de inculcação e reprodução de discursos próprios às classes dominantes.

A organização de uma educação popular que atenda as reivindicações dos movimentos sociais ainda é recente. O exemplo mais concreto e bem sucedido dessa mobilização é a escola itinerante, que, embora, enfrente toda a resistência do Estado e da sociedade, tem

suportado a todas as dificuldades estruturais, à falta de verbas, e apresenta um modelo de ensino diferenciado, pois caminha junto com os alunos que estão nos acampamentos do MST.

O trajeto que realizamos nos permite ter um suporte de como a educação, que não era ofertada a todos, passa a ser um direito universal. Entretanto, é um direito impregnado na luta de classes, já que a universalidade não corresponde à qualidade e igualdade no ensino. Ou seja, aos trabalhadores, a educação tem sido no sentido de lhes proporcionar qualificação profissional para que atendam às necessidades do mercado, do sistema capitalista. Não há uma política educacional que possibilite aos trabalhadores afirmação intelectual, autonomia, que forme sujeitos capazes de liderar, opinar com segurança, e, especialmente, reivindicar.

As mulheres camponesas, assim como o MST, têm em vista que a educação é um ponto central na luta que empreendem, por um lado, contra a dominação do capital, e, por outro, contra a sociedade machista.

A partir das *sds* recortadas, tendo como base as discussões empreendidas sobre o tema, queremos observar como as formulações sobre a educação funcionam no discurso do MMC. Vejamos:

*Sd 10.* [...] pelo direito e acesso à educação pública, de qualidade, libertadora, emancipatória e não sexista; voltada à realidade camponesa e de cada região; efetivada junto às trabalhadoras e trabalhadores que vivem no campo; com o princípio da construção da consciência emancipatória, valorizando e incentivando o saber popular. Isso é possível, através de programas de alfabetização de mulheres e homens no campo, garantia de escolarização com a criação de unidade infantil nas comunidades rurais, 1º e 2º graus, universidade pública do campo [...].  
(<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/lutas.html>)

A partir da *sd 10*, mobilizamos, para o item lexical *educação*, os seguintes efeitos de sentido:

- ➡ escola
- ➡ ensino

Esses efeitos de sentido marcam o lugar que, para o MMC, o Estado deve ocupar. Essa afirmação pode ser feita por meio da análise do funcionamento dos itens lexicais *pública* e *de qualidade*, que determinam o tipo de educação de que se está tratando.

Por meio desse processo de determinação discursiva<sup>27</sup>, observamos que o sujeito do discurso do Movimento de Mulheres Camponesas reivindica acesso à educação e interpela o Estado como o responsável pela mesma, já que é deste a obrigação de oferecer a escola pública (gratuita) e de qualidade. Fazendo uma relação com as observações de Camini, é possível observar um retorno de discursos que têm seu efeito de origem no século XVIII, quando ao Estado foi concedido o direito de controlar o ensino e, conseqüentemente, a obrigação de instruir.

Entretanto, neste discurso, está sendo exigido além do que o Estado tem ofertado, pois, o ensino *público* não pode contemplar conhecimentos incompreensíveis aos camponeses e não-aplicáveis à realidade dos mesmos. E esse efeito de sentido é possível porque ao substantivo *educação* juntam-se ainda outros determinantes discursivos como *libertadora*, *emancipatória* e *não-sexista*.

Esses três últimos itens marcam o lugar particular do MMC. *Libertadora*, *emancipatória* e *não-sexista* marcam, por um lado, a libertação da opressão ao capitalismo a que são submetidos os trabalhadores do campo, que, na maioria das vezes, mal remunerados, não conseguem acessar aos avanços tecnológicos e expandir suas produções. Isso se deve, em grande parte, pela falta de acesso a uma educação que dê condições de argumentação, emancipação intelectual e técnica e, portanto, possibilite aos trabalhadores reivindicar que as garantias e os direitos cheguem também ao campo. Por outro lado, marcam a libertação da opressão de gênero a que estão submetidas muitas mulheres, por seus pais, irmãos, maridos, filhos devido à cultura patriarcal da sociedade brasileira. Uma educação “não-sexista”, ou seja, que não tenha diferenciação dos sexos, em detrimento do feminino, poderia também dar liberdade, emancipação às mulheres camponesas.

Entendemos que há, com relação a isso, também o retorno de discursos gestados no curso da história. Atentemos para a discussão sobre a liberdade do indivíduo iniciada com a Reforma. Liberdade e/ou libertação, antes, amplamente, defendidas pela burguesia em ascensão, pois vinham ao encontro dos interesses do capital, agora, são reivindicadas, em

---

<sup>27</sup> Segundo Indursky (1997, p. 177), “a concepção de determinação discursiva consiste em um efeito de sentido onde intervêm conjuntamente fatores sintáticos, semânticos e ideológicos”. A autora explica que o adjetivo pode funcionar como um elemento capaz de saturar o substantivo, constituindo-se em um determinante discursivo, isto é, em uma das categorias que promovem a identificação do dito com a formação discursiva que afeta o sujeito da sequência discursiva. Indursky ainda acrescenta que a determinação discursiva não corresponde à expressão de vontade e liberdade do sujeito. Isso corresponderia a ser vítima da ilusão necessária de que o sujeito se reveste. O que acontece é que o sujeito é compelido, pela FD que o afeta a saturar o substantivo. A autora, então, entende que a determinação discursiva é de cunho ideológico e não de cunho individual, ou seja, “a determinação discursiva é ideológica e não estilística” (1997, p. 178).

Observação: no capítulo seguinte o estudo da determinação discursiva voltará ao nosso texto.

outras condições de produção, pelos sujeitos que fazem parte das camadas populares, e que, assim como no período de Lutero, têm seu acesso ao aparato de ensino restringido devido à relação contraditória entre as classes.

Podemos, ainda, acrescentar com relação à valorização do saber popular, que há o desejo de reconhecimento de que as práticas desenvolvidas pelos movimentos camponeses e, neste caso, pelo MMC, sejam consideradas também produção de conhecimento. Um conhecimento que se constrói no cotidiano de trabalho e vivência desses sujeitos do campo, indo, portanto, para além da escola. No entanto, essa dimensão de educação, que contemple o saber popular, não é muito explorada pelo MMC. Recebe maior destaque a *formação* (escolar) de suas integrantes, especialmente das lideranças. Como podemos observar nas sequências a seguir:

*Sd 11.* O movimento de mulheres camponesas – MMC, desde sua origem sempre dedicou esforços para proporcionar as lideranças momentos de formação. Este tempo dedicado ao estudo tem como objetivo contribuir no processo de capacitação das lideranças para compreender melhor seu papel na organização das mulheres. ([http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/informativo\\_sc\\_julhoagosto10.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/informativo_sc_julhoagosto10.pdf))

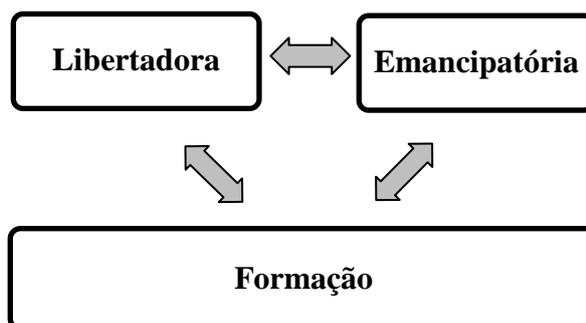
*Sd 12.* A construção da nova sociedade exige muita luta, organização e formação. Neste sentido para o MMC a educação sempre foi uma das bandeiras de luta e vem cada vez mais lutando para democratizar o acesso à educação. Direito de todos, dever do Estado. Direito este que historicamente foi negado para a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras e especialmente as mulheres camponesas. Dados revelam que de cada 100 jovens apenas 3,7% concluem um curso superior. Podemos nos perguntar destas quantas são jovens mulheres camponesas? ([http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/informativo\\_sc\\_maiojunho08.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/informativo_sc_maiojunho08.pdf))

*Sd 13.* É preciso valorizar a vida no campo e de modo especial à vida das mulheres camponesas. Por isso, o MMC, vem oportunizando as mulheres/jovens acesso ao estudo, com o objetivo de qualificar política e tecnicamente nossas militantes para fortalecer a luta em defesa da vida. ([http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/informativo\\_sc\\_maiojunho08.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/informativo_sc_maiojunho08.pdf))

Nessas sequências, linearizam-se outras possibilidades de sentido para a concepção de educação apresentada pelo MMC. Esses efeitos de sentido também marcam o lugar particular em que se inscreve o movimento.

Educação é  *formação*

O efeito de sentido *formação* determina discursivamente um dos tipos de educação almejada pelo movimento. Ou seja, não pode ser qualquer uma, pois é necessário formar lideranças capazes de organizar o movimento e não simplesmente oportunizar o acesso ao estudo. Isso tem estreita ligação com os adjetivos analisados anteriormente, como podemos observar a seguir:



Colocamos em um esquema os adjetivos *libertadora* e *emancipatória*, bem como o substantivo *formação*, para mostrar que estão inter-relacionados. Na base do esquema, *formação* é condição para a libertação e a emancipação e, conseqüentemente, para a permanência nessas condições. Nesse caso, duas possibilidades de sentido podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

- ➔ A educação permite a libertação e a emancipação da mulher camponesa, que, para permanecer nessa condição, precisa de mais formação técnica, intelectual, profissional.
- ➔ A educação como formação dá à mulher camponesa condições de libertação e emancipação.

Este segundo efeito de sentido se sobrepõe ao outro, pois, na *sd 11*, o substantivo *formação* é ainda *parafraseado* por um outro substantivo – *capacitação*. Este substantivo permite afirmarmos que a concepção de educação almejada pelo MMC constrói-se sob os efeitos de sentido de *instruir* e *capacitar*.

Mas o que nos leva a tal afirmação? Por que o item lexical *educação* desliza para os efeitos de sentido *instruir* e *capacitar*?

Temos afirmado durante o texto que o MMC congrega sujeitos que anseiam por mudanças na FS. Esta bandeira de luta – *educação* (*sd 12*) – para esse movimento, surge da necessidade de formar sujeitos mais independentes, reflexivos e de um ensino que atenda à

realidade do campo, historicamente, não valorizado pelo Estado. Essa necessidade delimita os efeitos de sentido na direção de *instruir e capacitar*, que poderiam ser descritos da seguinte maneira:

- ➡ *Instruir e capacitar* poderiam significar que é preciso oferecer às trabalhadoras e trabalhadores do campo formação técnica, escolar, acadêmica para que não fiquem distante do conhecimento científico.
- ➡ *Instruir e capacitar* produziriam o efeito de “oferecer condições intelectuais para a luta”, ou seja, ofertar às militantes - e, especialmente, às lideranças - condições de argumentar em favor das reivindicações do movimento.

Esses dois efeitos de sentido podem ser produzidos a partir da *sd 13*, por meio da mobilização da formulação *qualificar política e tecnicamente nossas militantes*. Expliquemos: o verbo *qualificar* sintetiza as possibilidades de sentido descritas acima, representadas pelos verbos *instruir e capacitar*, pois está sendo determinado pelos advérbios *politicamente e tecnicamente*. Ou seja: instrução política; capacitação técnica.

Ainda na *sd 13*, a educação aparece associada à valorização da vida, produzindo os efeitos de sentido de *reeducar e reconstruir*. Estes efeitos são possíveis na medida em que há a necessidade de “defender a vida”. Dito de outro modo: educação, para o MMC, é também reeducar e reconstruir relações perdidas com a vida. Esses, portanto, são outros efeitos possíveis, diferentes, por exemplo, de *capacitar*. Na medida em que este estava ligado ao ensino, à escola, aqueles estão ligados à dimensão cotidiana dos camponeses, que precisam *reeducar* o modo de ver a vida, e, a partir disso, *reconstruir* as relações humanas sob esse novo olhar.

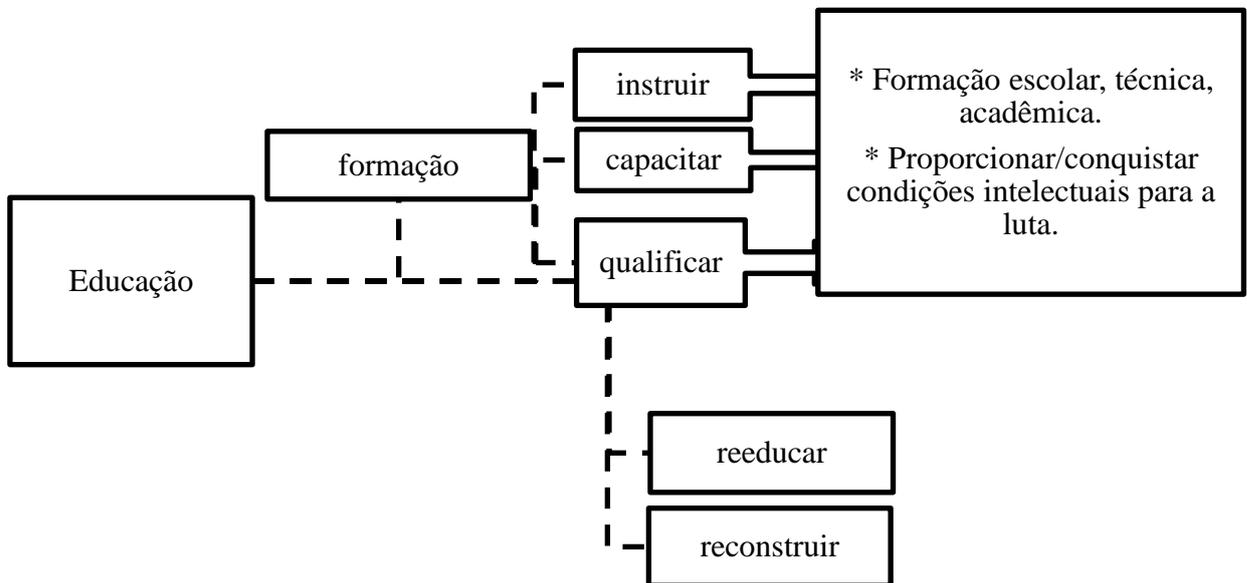
A discussão realizada até aqui deu conta de compreender o funcionamento de efeitos de sentido em torno daquilo que para o MMC é ou deveria ser *educação*.

A partir da análise que estamos costurando, podemos afirmar que discursivamente se constrói um processo de tomada de posição que passa a requerer mudanças do poder público em relação ao ensino, às escolas. Um ensino capaz de oferecer as camponesas o acesso ao conhecimento produzido na academia, mas também um ensino que leve à mudança de hábitos dos próprios sujeitos. Mudanças no modo de perceber as lutas, o trabalho, a terra, as pessoas à sua volta e, mesmo, poderíamos dizer, mudança na postura que deveria ser não de submissão, mas sim de enfrentamento e reivindicação.

Desde o início desta seção, estamos mostrando que há um conjunto de fatores históricos que determinam a exclusão dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo da

escola, ou, então, quando eles têm acesso, o ensino é precário, impossibilitando-os de se apropriarem da palavra, para, por meio dela, conquistarem melhores condições de vida.

Essas considerações estão sintetizadas no esquema a seguir:



Fizemos a esquematização da análise do discurso do MMC sobre *educação*. Do lado esquerdo, colocamos o item lexical, e, na sequência o substantivo *formação* que é um efeito de sentido possível para educação, e está significando formar, dar forma aos sujeitos identificados com esse movimento. O mesmo desliza para os efeitos de sentido *instruir* e *capacitar*, e ainda *qualificar*, que permitem duas outras possibilidades de sentido: formação que ofereça ao sujeito instrução, capacitação e qualificação para o trabalho; formação que *instrua* os sujeitos para a luta. Esses efeitos de sentido coexistem nas sequências, e sustentam outros como *reeducar*, *reconstruir*.

Para finalizar, vamos retomar o início da discussão, quando escrevemos sobre o lugar que o MMC atribui ao Estado. Dissemos que a este último cabe a tarefa de oferecer educação pública e de qualidade, e que o lugar do movimento se marca na exigência de uma educação libertadora/emancipatória/não-sexista. Essas questões têm ampla relação com a última análise desta seção, pois afirmamos que são possíveis pelo menos dois efeitos de sentido para educação: formação escolar, técnica, acadêmica que leve os sujeitos à autonomia; e formação que capacite para a luta que empreendem, especialmente, contra a dominação do modelo econômico.

Podemos, então, reiterar que ao Estado é atribuída a função de ofertar a educação pública e de qualidade, ou seja, a formação escolar, técnica, acadêmica. Mas isso não poderia vir dissociado de um ensino libertador, emancipatório, não-sexista, pois essa é a própria luta do MMC. E é aí que julgamos possível concluir que o Aparelho Ideológico de Estado Escolar, passa a ser ressignificado, já que, na concepção do MMC, o AIE Escolar pode não estar a serviço da ideologia da classe dominante. E, sim, seria o meio pelo qual se consegue romper com as exclusões, as marginalizações inerentes à formação social capitalista.

Diante dessa discussão, retornamos às referências que fizemos a respeito do modo como a educação foi compreendida no início da Revolução Industrial. Naquela época, em que foi sancionada a universalidade da educação, havia a necessidade de dar instrução aos trabalhadores para que soubessem trabalhar nas fábricas. Já conhecemos o desfecho disso, a educação para os trabalhadores limitava-se a uma formação que permitisse operar máquinas ou outros produtos do avanço tecnológico.

No discurso do MMC, notamos que há retorno a esse modo de compreender a educação como formação, instrução, capacitação. Portanto, o movimento “esquece” que, em outras condições de produção, o que hoje é reivindicado como um direito, já foi o máximo da oferta aos trabalhadores e atendia apenas às necessidades educacionais de qualificação da mão-de-obra.

Realizadas essas considerações, é importante dar um efeito de fecho para esta seção, na qual desenvolvemos uma discussão sobre a formação social capitalista, sobre o Aparelho de Estado e o AIE Escolar. Com relação ao Aparelho de Estado recortamos o funcionamento da repressão. E, com relação aos Aparelhos Ideológicos de Estado, procuramos observar como o MMC (re)significa o AIE Escolar, sendo que o movimento marca o seu lugar particular na exigência de mudança no modo como a educação é ofertada aos trabalhadores.

Queremos assinalar, com isso, que repressão e educação são pontos em que o Movimento de Mulheres Camponesas e o Estado se tocam, estabelecendo um jogo de forças no interior dessa FS. Não estamos, em hipótese alguma, ao apresentarmos essas duas possibilidades, descartando outras possibilidades de contato entre o MMC e o Estado como a política econômica, a destinação de financiamentos estatais, a política agrária etc. Entretanto, nosso recorte analítico recaiu sobre esses dois pontos. O sistema de repressão do Aparelho de Estado é mobilizado sempre que há alguma manifestação do movimento, e, muitas vezes, manifestações para reivindicar mudanças em pontos que poderiam ser de contato entre os mesmos; e porque a educação nos pareceu ser a outra via de contato entre Estado e

Movimento, já que, como vimos, é ela que poderá dar autonomia, qualificação, instrução etc., ou seja, poder de barganha.

Na seção a seguir, trabalharemos com a noção de formação ideológica. Esta permite que compreendamos o funcionamento dos diferentes posicionamentos, dos diferentes pontos de vista, dos embates ou as alianças no interior de uma mesma formação social.

### 3.2 Formação Ideológica

Nesta seção, queremos observar a passagem, realizada por Pêcheux, daquilo que Althusser concebe como Aparelhos Ideológicos de Estado para a noção de formação ideológica (FI). Isso requer, de início, uma breve distinção entre o que se entende por Ideologia e ideologias. A Ideologia em geral, segundo Pêcheux (1988, p. 151), não se realiza nos AIE, de modo que ela não pode coincidir com uma formação ideológica historicamente concreta. Não é também a realização da ideologia da classe dominante. Esta “é resultado de um conjunto, forma histórica concreta resultante das relações de desigualdade-contradição-subordinação que caracterizam, numa formação social dada, o todo complexo com dominante das formações ideológicas que nela funcionam. Em outros termos, enquanto as ideologias têm história própria, uma vez que elas têm existência histórica e concreta, a ‘Ideologia em geral não tem história’, na medida em que ela se caracteriza por ‘uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica’”.

Para Pêcheux e Fuchs, a instância ideológica ou Ideologia em geral “consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o *assujeitamento do sujeito* como sujeito ideológico” (1993, p. 165-166). Os autores explicam que o *assujeitamento* funciona de modo que cada sujeito é conduzido sem se dar conta, tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, *a ocupar o seu lugar* em uma ou outra classe social, categoria, camada etc. antagonista do modo de produção.

O sujeito tem a impressão de ser livre para fazer, de acordo com sua vontade, as escolhas que bem entender, como, por exemplo, escolher qual é a categoria a que pertence: operários, patrões, donos dos meios de produção, administradores etc. No entanto, ele é *conduzido* sem se dar conta “a ocupar o seu lugar” no modo de produção da formação social capitalista. É, por meio dos AIE de Estado, que entram em jogo “práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem a relações de classe” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166).

Assim, no interior dos AIE, as práticas que remetem a relações de classe se caracterizam pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas, “que não constituem a maneira de ser dos indivíduos, mas que se organizam em *formações* que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” (idem, p. 166). Estas relações, portanto, se organizam em diferentes formações ideológicas, que são a “materialidade concreta da instância ideológica” (PÊCHEUX, 1988, p. 146). As FIs se caracterizam por ser

um elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166).

A FI, por constituir um conjunto complexo de atitudes e de representações, é a materialidade ideológica de uma posição de classe existente no interior da formação social. Essa posição pode ser antagônica a uma outra, pode ser de aliança ou de dominação. Pêcheux e Fuchs (1993) explicam que as relações de classe se caracterizam pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas, e são essas posições que se organizam em diferentes formações ideológicas, por exemplo, a FI dos empregados da agricultura e a FI dos grandes produtores do agronegócio.

Cabe ainda uma ressalva, para, então, encaminharmos nosso processo de análise. Afirmamos que a Ideologia consiste no processo de interpelação (“a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”), entretanto, é importante destacar que, de acordo com Pêcheux (1975, p. 167), a realização da Ideologia nunca é “em geral”, mas “sempre através de um conjunto complexo de formações ideológicas”. Ou seja, quando dissemos que os sujeitos são conduzidos sem se dar conta a ocupar um lugar no modo de produção, estávamos tratando de um efeito ideológico que sempre estará sujeito a falhas, em função do confronto de posicionamentos antagônicos.

A partir desses pressupostos teóricos, queremos desenvolver uma análise com vista a observar a qual formação ideológica se filia o discurso do MMC. Já tivemos oportunidade de escrever que esse movimento integra um movimento maior: a *Via Campesina*. Isso significa que o Movimento de Mulheres Camponesas é um movimento originário do meio rural. Essas condições de produção são importantes, pois muitos dos posicionamentos ideológicos

observados no discurso desse movimento estão atravessados pelas questões do campo, da agricultura, da zona rural.

A seguir, listamos algumas sequências discursivas que sinalizam posicionamentos político-ideológicos.

*Sd 14.* Somos um Movimento de Mulheres Camponesas, organizado em dezoito estados brasileiros. Resistimos no campo às consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista e patriarcal que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres. ([http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem\\_somos.html](http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem_somos.html)).

*Sd 15.* O Movimento de Mulheres Camponesas, em seus 20 anos de história e construção, vem reafirmando a agricultura camponesa como forma de resistir, enfrentar e negar o modelo capitalista e patriarcal no campo. Construimos nossa luta no sentido de propor um Projeto de Agricultura Camponesa, fundamentado nos princípios da agroecologia, que garanta a soberania alimentar como direito, onde o povo possa produzir e comer seus próprios alimentos, respeitando as diferentes culturas, o ambiente e promovendo a vida. ([http://www.mmcbrazil.com.br/campanhas/alimentos\\_saudaveis.html](http://www.mmcbrazil.com.br/campanhas/alimentos_saudaveis.html)).

*Sd 16.* [...] temos o acúmulo necessário, obtido pela experiência do enfrentamento com o modelo neoliberal que produz, ao mesmo tempo, a opressão de gênero e a exploração de classe que fere a dignidade de mulheres e de homens, jovens e idosos, negros, brancos e indígenas; (<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>).

O que observamos, nas três sequências, é que a formação ideológica que sustenta o discurso do MMC se configura no enfrentamento/oposição a outras práticas ideológicas. Resta-nos, então, compreender como isso se marca linguisticamente.

O verbo ‘resistimos’, na *sd 14*, está marcando um posicionamento ideológico que põe em evidência uma oposição a um outro posicionamento. O verbo resistir e a desinência marcam um posicionamento político-ideológico de resistência ao que foi denominado de *consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista e patriarcal*.

Há, na mesma sequência, a delimitação de uma posição de classe quando se enuncia que são *trabalhadoras e trabalhadores*. Portanto, o posicionamento de resistência é atravessado pela luta de classes. Avancemos: a oposição se dá ao modelo capitalista e patriarcal e tem uma marca importante, pois se dá a partir da classe dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Na *sd 15*, o funcionamento é muito parecido com aquele que observamos na *sd 14*, pois a posição ideológica também aparece marcada, na medida em que há a presença de mais dois verbos: *enfrentar* e *negar*. Estes expõem o conjunto de práticas e representações que

dizem respeito à formação ideológica em que está inscrito o discurso em questão, mas, mais do que isso, marcam aquilo que ele não é, e não pode ser.

Assim como nas *sds 14 e 15*, o funcionamento da *sd 16* apresenta uma oposição a um modelo de desenvolvimento. No entanto, o *enfrentamento* se dá com o que se chama de *modelo neoliberal*. Este, segundo o MMC, promove a *opressão* e a *exploração*. Isso leva a mobilizar um efeito de sentido sobre as práticas desse modelo: a ofensa à dignidade. E a dignidade, por outro lado, é uma das práticas pertencentes à posição ideológica que sustenta o discurso do MMC.

As afirmações que precedem nos conduzem a nomear de **formação ideológica patriarcal capitalista (FIPC)** a FI a que o discurso em análise se opõe. No quadro abaixo, esquematizamos essas observações para melhor sistematizar nossa discussão.

<i>Ação do MMC marcada pelo verbo</i>	<b>FI Patriarcal Capitalista (FIPC)</b>	
	<i>Designação do que é da FIPC</i>	<i>Caracterização do que é da FIPC</i>
Resistimos	Projeto capitalista e patriarcal	Consequências econômicas, políticas, sociais e culturais Intensifica a exploração Aumentando a violência e a discriminação
Enfrentar	Modelo capitalista e patriarcal	
Enfrentamento	Modelo neoliberal	Produz opressão Exploração de classe Fere a dignidade

O quadro permite observarmos, à esquerda, a ação do MMC marcada pelo verbo e à direita, em duas colunas, as questões que são próprias a FIPC. Na coluna do centro, as *designações* indicam os modelos de desenvolvimento econômico que regem a organização da sociedade. Já na coluna da direita está a *caracterização* daquilo que é próprio desses modelos, ou seja, as implicações que trazem para a sociedade, especialmente, para os sujeitos que estão nas classes dominadas.

Assim, *exploração, violência, opressão, discriminação* são efeitos de sentido que marcam aquilo que não diz respeito à formação ideológica à qual pertence o MMC. Essa discussão nos permite afirmar que a formação ideológica que está sendo delimitada se

materializa na *oposição* a outros conjuntos de práticas, especialmente, oposição ao modelo econômico vigente na sociedade ocidental.

Com a análise das sequências abaixo, é possível delinear com mais consistência o que estamos afirmando.

*Sd 17.* O CNA e a bancada ruralista e todos os defensores do agronegócio brasileiro, pretendem flexibilizar a legislação ambiental, para que possam continuar a devastar o território nacional e promover a manutenção da sua hegemonia.

([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/projeto\\_tabloide.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/projeto_tabloide.pdf)).

*Sd 18.* Diante da violência histórica cometida contra as mulheres na sociedade patriarcal, não há como falar em igualdade de gênero. A igualdade, efetivamente, não existe. Não se pode aceitar, entretanto, que a situação das mulheres é tranqüila pelo fato da existência de uma lei que diz que “todos são iguais”. A igualdade não acontece repentinamente, muito menos numa sociedade desigual.

([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder\\_genero\\_2008.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder_genero_2008.pdf))

*Sd 19.* Cada vez mais se consagra o poder do capital sobre o trabalho, transformando a vida em “mercadoria”, negando os direitos humanos e de vida, solapando a democracia e agravando a dependência externa dos países pobres frente aos direitos fundamentais, como a questão da soberania alimentar, das sementes, da água, das plantas medicinais, colocando todos na lógica do mercado.

([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha\\_defesa\\_vida\\_2008.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_defesa_vida_2008.pdf))

*Sd 20.* Este modelo de consumo capitalista que a sociedade foi incorporando com base na exploração dos bens naturais e na produção de mercadorias descartáveis e não duráveis trouxe muitos prejuízos a saúde humana e ambiental.

([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha\\_defesa\\_vida\\_2008.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_defesa_vida_2008.pdf))

Em todas essas sequências, podemos notar quais são os agentes que pertencem à FIPC, quais são suas ações e quais as consequências das mesmas. Essas questões estão sistematizadas no quadro a seguir:

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3
Sujeitos inscritos na FIPC	Ação realizada por esses sujeitos	Consequência da ação
CNA – Confederação Nacional da Agricultura bancada ruralista defensores do agronegócio	flexibilizar a legislação ambiental	devastar o território nacional promover a manutenção da sua hegemonia
sociedade patriarcal	violência histórica contra as	sociedade desigual

	mulheres	
capital	transformando a vida em mercadoria negando direitos humanos e de vida solapando a democracia agravando a dependência externa	se consagra o poder do capital sobre o trabalho
modelo de consumo capitalista	exploração de bens e recursos naturais produção de mercadorias descartáveis e não duráveis	prejuízos à saúde humana e ambiental.

À esquerda observamos quais são os agentes que, no discurso do MMC, aparecem como *vilões*. Esses são negados, recusados, afrontados nesse discurso. Na coluna central, estão listadas as ações realizadas por esses agentes, que devem ser combatidas, já que suas consequências, listadas na coluna à direita, causariam danos aos sujeitos que, discursivamente, estão inscritos em outro lugar.

Aqui as designações que denominam os agentes, as ações e as consequências são parafraseadas, ou melhor, mudam as denominações, mas não muda a base ideológica.

Na coluna 1, colocamos junto ao item lexical *capital*, outros itens lexicais como *Confederação Nacional da Agricultura, bancada ruralista, defensores do agronegócio, sociedade patriarcal, modelo de consumo capitalista*, que estão substituindo o primeiro em outras formulações.

Na coluna 2, também há substituição da ação promovida pelos agentes referidos. *Flexibilizar a legislação ambiental, transformar a vida em mercadoria, negar os direitos humanos, agravar a dependência externa, exploração de bens e recursos naturais, produzir mercadorias descartáveis* são ações, na linguagem do capital, necessárias ao desenvolvimento, ao avanço da agricultura etc. Entretanto, para aqueles que não detêm o capital, isso pode representar uma ameaça às suas condições de sobrevivência no local onde residem. Já a formulação *violência histórica contra as mulheres* sinaliza para uma prática consolidada nas sociedades machistas, que representa um dos motivos que tornam a sociedade desigual, pois isso marca uma relação de poder, do gênero masculino sobre o feminino.

A coluna 3 apresenta as consequências que as ações, apresentadas na coluna 2, podem levar aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, especialmente, às mulheres. Há um conjunto de expressões daquilo que não pode ser aceito na formação ideológica que estamos

delimitando – *devastar o território nacional, manutenção de uma sociedade desigual, consolidação do poder do capital sobre o trabalho, prejuízos à saúde humana e ambiental.*

As três colunas apresentam um conjunto de formulações que, remetido às condições de produção do discurso em análise, materializa uma divisão histórica, pois as formulações são representativas da classe dominante e da FIPC.

Por outro lado, essa análise, desde as primeiras *sds* da seção, nos permite nomear de **formação ideológica camponesa (FIC)**, a FI que sustenta as posições políticas do discurso do MMC. A delimitação da FIC nos dá condições de observarmos uma posição da classe trabalhadora do campo em confronto com outras posições de classe representantes do patriarcalismo, do capitalismo e do neoliberalismo.

Enquanto que na FIPC as práticas correspondem ao capitalismo, à economia de mercado, que é posta acima da vida, dos direitos humanos, da democracia, da independência política, à superioridade do homem sobre a mulher. Na FIC, as práticas dizem respeito a um Projeto de Agricultura Camponesa, à agroecologia, à soberania alimentar, à dignidade, à igualdade, ao respeito às diferentes culturas, ao meio ambiente, à vida.

As práticas da FIC são materializadas em linguagem por meio da formação discursiva que abriga o discurso do MMC. Desse modo, outras considerações serão desenvolvidas na seção a seguir. É, portanto, da noção de formação discursiva (FD) que nos ocuparemos deste momento em diante.

### 3.3 Formação Discursiva

A definição da FIC nos permite avançar em nosso trabalho e compreender como se coloca a questão do discurso. Há uma estreita ligação entre ideologia e discurso, pois o discursivo é um dos aspectos da materialidade ideológica. Desse modo, a atividade discursiva, exercida por um sujeito interpelado ideologicamente, reflete a luta de classes e traz as marcas das condições em que foi produzida (cf. INDURSKY, 1997, p. 19-20).

É necessário destacar que a FI é materializada/discursivizada pela formação discursiva. De acordo com Pêcheux (1988, p. 161), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes”.

A noção de formação discursiva foi formulada por Michel Foucault na *Arqueologia do Saber*. Para Foucault ([1969] 1995), uma formação discursiva se estabelece a partir de

determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. As regras de formação determinam condições de existência, coexistência, modificações e desaparecimento de uma repartição discursiva dada. O autor, entretanto, não considera a ideologia como princípio organizador de uma repartição discursiva.

Tomada de empréstimo por Pêcheux, a noção de FD foi reformulada no interior da Teoria do Discurso, pois se entende que “as formações ideológicas [...] comportam como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas” (PÊCHEUX; FUCHS 1993, p. 166). Podemos notar, então, que, na perspectiva de Pêcheux, a ideologia é entrelaçada à questão do discurso.

Pêcheux define a noção de formação discursiva como “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (1988, p. 160). Para Indursky (2007, p. 165), nesse momento “percebe-se claramente que essa noção corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente”.

A partir dessas formulações, podemos observar que a FD não pode ser concebida sem a noção de ideologia, mas, de acordo com Pêcheux (1988), toda FD dissimula sua dependência ao “todo complexo das formações ideológicas”. Essa afirmação do autor levou à reflexão sobre a materialidade do interdiscurso<sup>28</sup>, instaurando também a discussão sobre a heterogeneidade e a instabilidade da FD.

Em 1981, com os estudos de Courtine, se operou um desenvolvimento importante sobre a questão da heterogeneidade da FD, quando o autor afirma que há “fronteiras que se deslocam”. Ao se deslocarem as fronteiras das FDs atravessam umas os domínios das outras. Salientamos que esse deslocamento/invasão não é tranquilo, pois há sempre uma relação de forças. As FDs resistem ao atravessamento, mas a movimentação dos dizeres, proporcionada pelo contato entre as fronteiras, encontra espaços onde as bordas estão perfuradas. Assim, a invasão de discursos de FDs diferentes torna essa FD heterogênea. Ou melhor, a presença do discurso do outro no interior de uma FD, permite considerá-la como heterogênea a si própria, sendo, portanto, a contradição um elemento constitutivo.

As palavras de Pêcheux, numa descrição do percurso da teoria, sintetizam a questão da heterogeneidade do seguinte modo: “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que

---

<sup>28</sup> Esta noção será desenvolvida no capítulo seguinte.

se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de pré-construídos)” (1993b<sup>29</sup>, p. 314).

Diante do que escrevemos, podemos sistematizar nosso entendimento da seguinte maneira: a FD corresponde a uma regionalização de enunciados discursivos, provenientes do já-dito, que materializam, na linguagem, o modo como os sujeitos se relacionam com a Ideologia.

Aqui queremos fazer uma pausa em nossas considerações sobre a heterogeneidade da FD, retornaremos mais à frente. Agora, partindo das questões já apresentadas, iniciamos a configuração da formação discursiva que abriga o discurso do MMC.

É tarefa que compete ao analista desenhar as linhas pontilhadas de uma FD. Ou, como enfatiza Cazarin (2005, p. 81), “nas práticas da AD, é consenso que uma FD não é da ordem da completude e, muito menos, algo delimitado *a priori* – uma FD se constrói e se configura como interpretação, funcionando, portanto, como um princípio de organização metodológica, resultado do olhar do analista”. É essa organização metodológica que desejamos construir.

Cabe reiterarmos que essa noção nos permite compreender como é o processo de produção dos sentidos, e como é a relação destes com a ideologia, bem como nos dá a possibilidade de analisar regularidades e também irregularidades no funcionamento do discurso.

Nesse sentido, selecionamos algumas sequências que nos permitem observar uma regularidade de formulações que pertencem ao discurso do MMC, para então, visualizarmos nessa regularidade qual é a FD na qual se inscreve esse discurso. Passemos, então, à análise das *sds*.

*Sd 21.* O meio rural brasileiro convive com a disputa entre dois modelos de desenvolvimento: de um lado, a lógica dominante do latifúndio e do agronegócio e de outro, a luta popular para mudar a estrutura agrária em favor dos camponeses, construindo um projeto popular de agricultura camponesa.

(<http://www.mmcbrazil.com.br/campanhas/estudo1.pdf>)

Na seção anterior, escrevemos que a FIC se manifesta na oposição a um conjunto de práticas da FIPC. Na *sd 21*, representativa da FD que queremos delimitar, há a presença de enunciados próprios da FIPC, pois um dos modelos de desenvolvimento no campo é justamente representante das práticas capitalistas: latifúndio e agronegócio, contra as quais

---

<sup>29</sup> Texto de Pêcheux: Análise do Discurso: três épocas. Edição brasileira publicada no livro “Por uma análise automática do discurso” (1993), organizado por Françoise Gadet e Tony Hak.

luta o MMC. A coexistência desses enunciados no discurso do movimento aponta para a contradição histórica.

Schons e Mittmann (2009) destacam que a concepção de ideologia, na perspectiva do materialismo dialético, permite admitir a contradição como elemento constitutivo, e consequentemente, admitir a transformação das formações ideológicas. E acrescentam que essas questões estão marcadas no discurso, e, portanto, é nas formações discursivas que são observados os movimentos do dizer.

Entendemos que, a partir da *sd* em análise, é possível observar o funcionamento da contradição histórica, elemento constitutivo do discurso, que pode ser apreendido por meio da movimentação dos dizeres nas FDs.

A *sd 21* marca a polaridade existente no meio agrário brasileiro. De um lado, os grandes proprietários de terras, latifundiários, grandes empresas que produzem em larga escala, de outro, os agricultores familiares, que são pequenos proprietários de terras e têm uma produção de subsistência. Essa polarização marca a existência de enunciados pertencentes à outra FD, no interior da FD que está sendo configurada. Enunciados que estão aí para serem negados. O que nos leva a admitir que

A contradição é o trabalho teórico-prático do discurso, isto é, intervém na representação do real histórico na medida em que as formações ideológicas constituem-se de modo desigual e contraditório. *Por isso uma FD não é 'um discurso para todos', mas deve ser pensada como 'dois (ou mais) discursos em um único'*. (SCHONS; MITTMANN, 2009, p. 303) (grifo nosso).

A FD precisa ser pensada em sua existência contraditória, e isso não significa opor dois mundos, como se eles fossem homogêneos e não se atravessassem, porque “a contradição não resulta do contraste de homogeneidades antagônicas, mas de *efeitos e sobredeterminação* das formações ideológicas” (idem, p. 299). Ou seja, não se trata aqui de conceber o discurso do MMC como se ele fosse homogêneo e não fosse atravessado por outros discursos, mas se trata de observar como em um único discurso, dois discursos coexistem, um delimitando a fronteira do outro.

Fizemos a passagem da formação ideológica para a formação discursiva, mostrando que a contradição é constitutiva da FD que estamos delimitando, pois nela ressoam enunciados pertencentes à FIPC. Esta, segundo o que estamos compreendendo, é representada na linguagem por uma **formação discursiva do capital (FDC)**. Assim, as fronteiras da FD

que comporta o discurso do MMC são delimitadas no encontro/atravessamento com as fronteiras da FDC.

Os enunciados pertencentes à FDC remetem à organização da formação social capitalista, que, baseada no lucro, está construída de forma que a terra seja apenas objeto a ser explorado em favor do crescimento econômico, não importando se, para isso, for necessário comprometer a vida. Esses enunciados, embora não pertençam, atravessam a FD que estamos configurando.

As sequências seguintes mostram ainda o contato com a FI/FD oponente, bem como práticas mais amplas e ações mais pontuais da formação ideológica camponesa, que é representada na linguagem pela FD na qual se inscreve o discurso do MMC.

*Sd 22.* A luta central do MMC é contra o modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos. Nesse sentido, assumimos como principal bandeira de luta o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico, com uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos.  
(<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/lutas.html>)

*Sd 23.* Pela participação, valorização e autonomia da mulher em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, as relações humanas, políticas e comunitárias; de maneira a garantir a manutenção e o avanço do campesinato, na construção de um projeto popular para o Brasil; (<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/lutas.html>)

*Sd 24.* Nós trabalhadoras rurais construímos a nossa própria organização. Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria...), participação política entre outras. (<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>)

Nas *sds 22 a 24*, as formulações remontam ainda a uma oposição à FD do Capital. A oposição à outra FD se marca na afirmação, presente na *sd 22*, de que *a luta é contra o modelo capitalista e patriarcal*. Na FDC as práticas são em favor do capitalismo, do agronegócio, do lucro etc. E na FD que estamos configurando as práticas dizem respeito a uma sociedade com igualdade de direitos, defesa da vida. Há um distanciamento entre essas práticas, de modo que a formulação *a luta é contra* marca o (efeito de) fechamento da borda da formação discursiva.

Também na *sd 22*, a formulação *igualdade de direitos*, remetida às suas condições de produção, permite que realizemos o seguinte questionamento: igualdade de direito para quem

e direito de quê? Esse questionamento nos leva a pelo menos um efeito de sentido: existe uma desigualdade entre trabalhadores (homens) e trabalhadoras (mulheres).

Abrindo um parêntese, esse efeito é proporcionado por alguns itens lexicais observados na *sd*, tais como *patriarcal e feminista*, por isso o efeito de sentido mobilizado não foi a questão da desigualdade entre latifundiários *versus* trabalhadores. Embora saibamos que seja possível, ainda que menos provável.

Retomando, o discurso do MMC faz retornar um dos lugares ocupados pela mulher nesta formação social: o lugar de mão-de-obra não valorizada, pois os efeitos da desigualdade entre trabalhadores *versus* trabalhadoras, geralmente, recaem sobre a mulher, por exemplo, com menores salários ou dificuldade de ascender a postos de comando. Isso responde ao nosso questionamento, na medida em que se materializa uma reivindicação de igualdade de direito *para* as trabalhadoras mulheres em relação aos trabalhadores homens. Já podemos, portanto, salientar duas práticas fundamentais: oposição ao sistema capitalista e luta por igualdade nas relações entre trabalhadores e trabalhadoras.

Na *sd 23*, as práticas, embora ainda sejam amplas, já são próprias à FD em análise. Ou seja, de oposição ao capital e de reivindicação de direitos, as práticas agora passam a requerer além de reconhecimento social da mulher do campo, também a *participação, a valorização, e autonomia* frente a situações consideradas masculinas, como o *cuidado com a produção, com o patrimônio e decisões políticas*. Essas questões vão exigir práticas mais específicas como: *reconhecimento da profissão de trabalhadora rural*, conforme observamos na *sd 24*.

Já tivemos oportunidade de comentar, no capítulo anterior, quando tratamos das condições de produção, que a profissão de trabalhadora rural não era reconhecida legalmente, portanto, as mulheres camponesas que trabalhavam a vida toda ao lado de seus pais ou maridos, não tinham direito à aposentadoria. Aliada ao não reconhecimento, estava à alienação nas próprias condições de vida, pois muitas dessas mulheres, submissas à família patriarcal, muitas vezes, sequer tinham documentos que comprovassem a sua existência junto a órgãos do governo e garantissem direitos básicos. A isso se juntam práticas sobre *libertação da mulher e das trabalhadoras, organização em sindicatos, busca por documentação, direitos previdenciários, participação política*.

Outros fios discursivos, de que já tratamos, circulam nessa FD, como, por exemplo, a questão da polícia e da ação do Estado frente aos movimentos sociais, e a questão da educação, do ensino e da busca por um sujeito emancipado.

Nomearemos, portanto, de **formação discursiva das mulheres trabalhadoras do campo (FDMTC)**, uma das formações discursivas que representam a FI camponesa.

Observemos o quadro a seguir:

FI Patriarcal Capitalista	FI Camponesa
FD do capital	FD das mulheres trabalhadoras do campo
Capitalismo	Oposição ao capitalismo
Agronegócio/Destruição ambiental	Projeto de agricultura ecológico
Machismo/subordinação da mulher	Igualdade de direitos para a mulher
Patriarcalismo	Maior participação da mulher na sociedade

A formação ideológica patriarcal capitalista comporta a formação discursiva do capital. Os discursos que fazem parte da FIPC e da FDC são todos representativos da formação social: capitalismo, agronegócio, destruição ambiental, machismo, subordinação da mulher, patriarcalismo, e podem ser observados no discurso das mulheres camponesas. Há, pois, atravessamento/invasão de discursos-outros no discurso pertencente à formação discursiva das mulheres trabalhadoras do campo. É esse atravessamento/invasão que nos permite afirmar que a FDMTC pode ser delimitada observando-se a *oposição* às práticas discursivas da FDC.

Entendemos que a oposição à FDC permite que sejam introduzidos discursos próprios à FDMTC, quais sejam: anticapitalistas, sobre a ecologia, sobre o reconhecimento social e maior participação da mulher na sociedade etc.

Ainda queremos apresentar algumas considerações sobre as formações ideológicas que estão em questão. Observemos a *sd*:

*Sd 25. Saúde não é negócio. É um direito nosso.*

([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/saude\\_mulher.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/saude_mulher.pdf))

A primeira formulação se apresenta sob a forma de negação, para que possa ser dita no interior da FDMTC, mas podemos transformá-la de modo a observar uma formulação possível na FDC: *saúde é negócio*. Essa afirmação apresenta um dizer representativo do capital. Já a segunda formulação é própria a FDMTC: *é um direito nosso*. Essa afirmação carrega as marcas do social. Há uma oposição de saberes, que nos permite ver aí um dos modos de atravessamento das fronteiras de uma FD, em que discursos vindos de fora, agem delimitando a fronteira da formação discursiva.

Essa definição das questões que são próprias à FDMTC, e das questões que não são, nos permitiu delimitar as fronteiras da FD que abriga o discurso do MMC. A partir disso, podemos retomar a revisão teórica sobre a noção de FD do ponto deixado em suspenso: a questão da heterogeneidade.

Entendida a relação da FD com a ideologia, vamos recuperar algumas questões sobre a noção de sujeito (realizadas nos capítulos I e II), pois ela é fundamental na formulação da noção de FD, já que, de acordo com Pêcheux, os indivíduos são interpelados em sujeitos de *seu* discurso pelas formações discursivas. Na seção anterior, ao escrevermos sobre a formação-ideológica, dissemos que a interpelação ou o assujeitamento funcionam de maneira que cada sujeito tem a impressão de ser plenamente livre para exercer suas escolhas.

Agora podemos acrescentar que desde os primeiros escritos de Pêcheux sobre a Análise do Discurso, o sujeito é concebido como “um lugar determinado na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 1993a, p. 82). Mas é nos textos de 1975 que a noção de sujeito ganhou traços essenciais. Pêcheux e Fuchs (1993, p. 164) abordam a Análise do Discurso como uma “teoria da subjetividade de natureza psicanalítica”, e Pêcheux (1988, p. 133) a caracteriza como “teoria não subjetiva da subjetividade”.

Para Indursky (2008), foi a partir dessa última afirmação que Pêcheux deu início à articulação das noções de inconsciente e de ideologia, que são fundamentais para compreender a reflexão sobre a *subjetividade* que autor estava propondo. Ou seja, a subjetividade que se busca não se centra

no indivíduo plenamente consciente de suas motivações e propósitos. Vale dizer: o sujeito que o fundador da Teoria da Análise do Discurso convoca é um sujeito que não está na origem do dizer, pois é duplamente afetado. Pessoalmente e socialmente. Na constituição de sua psiquê, ele é dotado de inconsciente. E, em sua constituição social, ele é interpelado pela ideologia (INDURSKY, 2008, p. 10).

O sujeito da AD, então, de acordo com Indursky (2008, p. 11), é “um sujeito histórico ideológico, mas ignora que o é, pois é igualmente afetado, em sua constituição, pelo inconsciente”. É, portanto, sob a articulação entre inconsciente e ideologia que observamos o modo como os discursos se produzem.

O sujeito não é o indivíduo, sujeito empírico, dono e origem de seu dizer, mas o *sujeito do discurso*, que carrega as marcas do social, do ideológico e do histórico, e tem a ilusão de ser a fonte do sentido. Entretanto, para poder enunciar, ele “esquece” desse duplo assujeitamento e se identifica com uma formação discursiva.

Destacamos que a noção de esquecimento foi apresentada por Pêcheux em duas formas. O esquecimento *número 1*, que é a instância do inconsciente, “dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1988, p. 173). De acordo com Orlandi (1999, p. 35), esse esquecimento produz em nós a ilusão de que somos a origem do que dizemos “quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes”, ou seja, ele resulta do modo com somos afetados pela ideologia.

Já o esquecimento número 2, “cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e é aí, precisamente, que se apoia sua ‘liberdade’ de sujeito falante” (PÊCHEUX, 1988, p. 175). Segundo Orlandi (1999, p. 35), o esquecimento número 2 é da ordem da enunciação e produz em nós “a impressão de realidade do pensamento” Ou seja, há uma impressão de que existe relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo. É essa impressão que nos faz acreditar que o que dizemos só poderia ser dito daquele modo e, portanto, não de outro. O sujeito, então, se acha dono de suas escolhas, mas suas escolhas já estão determinadas pela formação discursiva em que o mesmo se inscreve.

De acordo com Pêcheux (1988, p. 261), “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é ‘produzido como causa de si’”.

Essa interpelação/identificação com uma FD se dá pelo viés da *forma-sujeito* (cf. Pêcheux, 1988, p. 163 e Indursky, 2008, p. 11). É trabalho da forma-sujeito dissimular, para o sujeito do discurso, a dependência ao já-dito, de modo que o efeito de sentido sempre apareça como uma evidência.

Nas primeiras vezes em que aparece em *Semântica e discurso* (1988), a noção de forma-sujeito é dotada de bastante unicidade, o que não permitia, por exemplo, que houvesse lugar para a contradição e heterogeneidade de discursos no interior de uma mesma FD. A forma-sujeito mascarava plenamente o fato de o sujeito não ser a origem, nem ser totalmente livre para fazer suas escolhas.

Essa unicidade ficou mais perceptível teoricamente quando Pêcheux, na mesma obra, em uma tentativa de explicitar o funcionamento da forma-sujeito, introduziu a noção de *tomada de posição*, pois ela consiste em uma reduplicação da identificação. Nesse momento, só havia possibilidade de repetição daquilo que pode ser dito pelo sujeito identificado com determinada FD.

Indursky (2007, p. 166), ao referir-se ao processo de tomada de posição, explicita que o sujeito do discurso

identifica-se plenamente com seus semelhantes e com o Sujeito, reduplicando sua identificação com a forma-sujeito que organiza o que pode ou não ser dito no âmbito da Formação Discursiva. Em outras palavras, só há espaço para a reduplicação da identidade; por conseguinte, só há lugar para os mesmos sentidos.

O entendimento de que a tomada de posição consistia em uma reduplicação da forma-sujeito ia de encontro àquilo que se criticava em AD, pois aceitar isso seria considerar um sujeito idealizado e plenamente identificado. Dito de outra maneira: a tomada de posição era uma reduplicação da forma-sujeito e, portanto, não havia espaço para a movimentação do sujeito, que resultava em um sujeito plenamente assujeitado. Diante desse quadro, Pêcheux (1988) introduz, na mesma obra referida, a noção de *modalidades de tomada de posição*. São elas: identificação plena, desidentificação e contra-identificação. Indursky (2008, p. 12) explica que as modalidades relativizam a reduplicação da identificação e inserem definitivamente a questão do discurso na forma-sujeito.

A primeira modalidade de tomada de posição designa a superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal. Assim, “a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido’” (PÊCHEUX, 1988, p. 215). Isso caracteriza o que Pêcheux chamou de discurso do ‘*bom sujeito*’ (identificação plena), ou seja, o sujeito reflete espontaneamente a forma-sujeito, e sofre essa determinação da formação discursiva cegamente, julgando estar em plena liberdade para produzir seu discurso.

A segunda modalidade diz respeito ao que Pêcheux denominou de ‘*mau sujeito*’, ou seja, a tomada de posição se dá na medida em que o sujeito da enunciação questiona o sujeito universal. Essa tomada de posição “consiste em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o sujeito universal ‘lhe dá a pensar’” (PÊCHEUX, 1988, p. 215). O sujeito contra-identifica-se à forma-sujeito ao questionar a evidência dos discursos regulados por ela. Conforme Indursky (2008, p. 13), a contra-identificação “produz tensão na e sobre a forma-sujeito”, e evidencia a sua não unicidade. E isso permite que “diferentes modos de com ela identificar-se e subjetivar-se ocorram”.

A terceira modalidade de tomada de posição foi designada *desidentificação* e “constitui um trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 217). Podemos sintetizar o funcionamento desta modalidade do seguinte modo: o sujeito se

volta contra os saberes da forma-sujeito, com a qual estava identificado, e acaba se desidentificando plenamente dos mesmos. Entretanto, isso não se dá de forma livre, na medida em que o sujeito quando se desidentifica da formação discursiva que o interpelava, ele já está identificado com uma outra forma-sujeito.

Pensar, pois, no desdobramento da forma-sujeito introduz nesse domínio o espaço para a contradição, para o questionamento, mas é preciso ressaltar que isso só é permitido pelo viés da segunda modalidade de tomada de posição, é ela que põe em dúvida e questiona os saberes no interior da FD.

Courtine (2009), nos estudos sobre a FD, mostra que além do espaço para a movência na identificação do sujeito com a forma-sujeito, configurado, especialmente, pela contra-identificação, há espaço para compreendermos a formação discursiva como heterogênea, com fronteiras porosas, constituída por diferentes discursos e atravessada por diferentes FDs. A partir dessas afirmações, esse autor revisita Foucault ([1969] 1995) e também toma de empréstimo a noção de posição de sujeito. Reintroduzindo-a, ressignificada, no âmbito da AD pecheuxiana.

Uma posição-sujeito é “uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD” (COURTINE, 2009, p. 88). E o autor vai além, mostrando que nessa relação de identificação, cujas modalidades variam, há a produção de diferentes efeitos-sujeito no discurso.

Cabe aqui um destaque com relação à noção de efeito-sujeito. Em Pêcheux (1988, p. 163), o efeito-sujeito é designado como o resultado do funcionamento espontâneo da forma-sujeito, ou seja, a identificação à forma-sujeito funda uma unidade imaginária do sujeito: um efeito-sujeito. Courtine, por sua vez, mostra que a relação de identificação com a forma-sujeito apresenta modalidades variadas, portanto, teríamos diferentes efeitos-sujeito, ou melhor, diferentes modalidades de identificação à forma-sujeito fundam diferentes unidades imaginárias, por conseguinte, diferentes efeitos-sujeito.

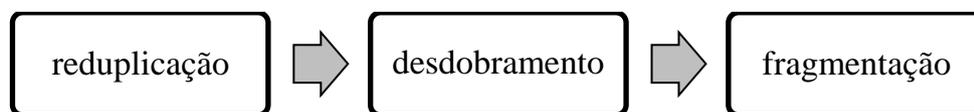
No interior de uma formação discursiva existem diferentes posições-sujeito. É a partir disso que o autor explica:

chamar-se-á domínio da forma-sujeito o domínio de descrição da produção do sujeito como efeito no discurso; isso equivale descrever o conjunto das diferentes posições de sujeito em uma FD como modalidades particulares da identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do saber e com os efeitos discursivos específicos que estão ligados a ele (COURTINE, 2009, p. 102).

A instauração de diferentes posições-sujeito no interior da FD foi nomeada por Indursky (2008, p. 16-18) de *fragmentação da forma-sujeito*. Desse modo, colocam-se aí algumas consequências. A primeira delas diz respeito às modalidades de tomada de posição apresentadas por Pêcheux, que sofrem um deslocamento nas formulações de Indursky. Se existe um conjunto de diferentes posições-sujeito, a autora nos mostra que apenas uma dessas posições remete ao chamado “bom sujeito”, aquele que se identifica plenamente com a forma-sujeito ao ponto de reduplicar seu saber, essa posição seria “uma *posição-sujeito dominante* em relação às demais posições em que a forma-sujeito se fragmenta” (INDURSKY, 2008, p. 18).

Isso, de acordo com a autora, estabelece uma segunda consequência: “o sujeito do discurso, ao identificar-se com uma FD, não mais o faz a partir de sua identificação com a forma-sujeito, pois esta é heterogênea e fragmentada” (idem, p. 19). Assim, o sujeito se identifica primeiramente com uma das posições-sujeito em que se divide a forma-sujeito. Segundo Indursky (idem, p. 19), o sujeito do discurso, ao identificar-se com a posição-sujeito dominante, instaura aquilo que Pêcheux designou de *efeito sujeito*.

Resumindo: a mudança de concepção da noção de formação-discursiva, no percurso da AD, segue o seguinte eixo:



Primeiro, a FD comportava somente a forma-sujeito, de modo que, o sujeito se identificava diretamente com esse “sujeito universal”, não havia espaço para o questionamento, apenas para a *reduplicação* do dizer. Depois, com a introdução das modalidades de tomada de posição, houve um *desdobramento* da forma-sujeito, pois com a possibilidade de questionamento instauraram-se diferentes modos de identificação. Os diferentes modos de identificação com a forma-sujeito foram denominados de posição-sujeito, constituindo-se no processo nomeado de *fragmentação*.

Diante dessa compreensão de que, no interior de uma FD, existem várias posições-sujeito, Cazarin (2007, p. 112) nos explica que a heterogeneidade pertence não só ao âmbito da FD, mas pode estar presente também na posição-sujeito. Para a autora, no interior de uma posição-sujeito existem diferentes sujeitos enunciativos que se relacionam com os saberes da

mesma, ou seja, existe uma não homogeneidade que “ocorre no interior da posição-sujeito, marcando as diferenças existentes em seu interior” (idem, p. 115).

Essas diferenças, no interior da posição-sujeito, são concebidas como *diversidade*, “variedade de pontos de vista, que não são iguais, mas convivem em uma mesma posição-sujeito” (idem, p. 115). Portanto, há que se distinguir diversidade de divergência. A “*divergência* é tomada como discordância, ou seja, como posições-sujeito que progressivamente se afastam e que, embora convivam no interior de um mesmo domínio de saber, isto é de uma mesma FD, marcam essa convivência pela tensão” (CAZARIN, 2005, p. 60). Diferentemente da divergência que se dá entre diferentes posições, no interior da FD, a diversidade de pontos de vista instaura a heterogeneidade também no interior da posição-sujeito.

Tendo em vista essa fundamentação teórica, passamos, a seguir, a delimitar as posições-sujeito a partir das quais os sujeitos irão enunciar o discurso em análise.

### 3.3.1 *Das posições-sujeito*

Como dissemos anteriormente, com base em Indursky (2008), a fragmentação não permite mais ao sujeito do discurso identificar-se diretamente com a forma-sujeito, pois há no interior da FDMTC distintas posições-sujeito, das quais recortamos estas: *posição-sujeito de exclusividade na luta da mulher camponesa*, *posição-sujeito da conciliação para a luta* e *posição-sujeito da luta pelo reconhecimento*. Essas vão se identificar de diferentes modos com a forma-sujeito.

#### ***Posição-sujeito de exclusividade na luta da mulher camponesa***

A posição-sujeito “materializa-se e pode ser apreendida no discurso pelos saberes da FD que o sujeito mobiliza para enunciar” (CAZARIN, 2007, p. 114). Conforme apresentamos, a plena identificação do sujeito com a formação discursiva se dá pelo viés de uma posição-sujeito dominante que poderá recobrir e reduplicar os saberes da forma-sujeito, mas poderá também apresentar a diferença em seu interior.

O discurso inscrito na FDMTC é atravessado por muitos outros discursos, no entanto, predomina a afirmação de que o MMC é um movimento *de* mulheres, organizado e construído

por mulheres com o objetivo de libertarem-se da opressão a que estão submetidas pelo sistema capitalista e também pelo outro gênero.

As formulações *lutar, a luta pela libertação, a libertação da mulher, a luta das mulheres* parecem ser dominantes nessa FD. E se constituem na *posição-sujeito de exclusividade na luta da mulher camponesa*. A nomeação dessa posição se deu após observarmos como se constrói o efeito de que a luta pela libertação é exclusividade das mulheres, de acordo com a discussão que segue:

*Sd 26. Lutar sempre foi nossa condição. Desta forma, construímos nossos movimentos autônomos de mulheres.* ([http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem\\_somos.html](http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem_somos.html)).

Silva (2011, p. 3-5), ao analisar o tempo discursivo no discurso da CUT, expõe que formulações construídas com o presente gnômico podem estabilizar discursividades no imaginário linguístico dos sujeitos e são propícias “à construção de uma história eterna, com anulação das mudanças temporais”. Na *sd 26*, não é o caso de observarmos o presente gnômico, pois a formulação foi construída com um verbo conjugado no passado. Mas entendemos que, do mesmo modo que as análises de Silva, a formulação *sempre foi* produz um efeito de eternidade para a luta das mulheres.

Nessa *sd*, o verbo *foi*, determinado pelo advérbio *sempre*, marca um efeito ideológico, pois ao assumir essa posição-sujeito e formular que *lutar sempre foi condição*, o sujeito não questiona *o sempre foi assim*, e não percebe que as relações humanas e sociais são diferentes em cada conjuntura. *Sempre foi* embaça todos os períodos da história em que a concepção cultural era diferente da conjuntura atual. Ficam esquecidas as outras possibilidades referentes ao sujeito mulher, como se em todas as situações, em todas as conjunturas histórico-sociais as mulheres necessitassem da “luta” como forma de afirmação.

Por outro lado, *sempre foi* marca um processo de luta que não é *privilégio* das mulheres camponesas, mas rememora a luta pela sobrevivência de todas as mulheres e homens desde o início da humanidade. Entretanto, nas condições de produção do discurso em análise, *sempre foi* produz o efeito de sentido de que só a mulher é, desde sempre, destinada à luta. Esse efeito de sentido é sustentado pelo imaginário dos acontecimentos históricos em que as mulheres lutaram, como por exemplo, para ter o direito ao voto<sup>30</sup>.

Podemos fazer uma relação da análise de *sempre foi* e do efeito de sentido de que só a mulher é destinada à luta, com a análise da sequência discursiva seguinte:

---

<sup>30</sup> É possível, por exemplo, remontar à luta das sufragistas inglesas, no início do século XX.

*Sd 27.* Constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta” [...]. (<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>)

Nessa *sd*, já podemos observar com mais consistência como vai se delineando a *posição-sujeito de exclusividade na luta da mulher camponesa*, pois a evidência, proporcionada por *sempre foi*, na *sd 26*, de que a mulher é condicionada à luta, materializa-se na formulação *a libertação da mulher é obra da própria mulher*, na *sd 27*. O item lexical *libertação* permite que mobilizemos pelo menos um efeito de sentido: “quem precisa de libertação está com sua liberdade cerceada”. O complemento *da mulher*, por sua vez, age delimitando a extensão de *libertação*. Então, é a mulher que tem sua liberdade cerceada. Tendo isso em vista, podemos afirmar que nessa posição-sujeito não há espaço para outras formulações, como, por exemplo, *a libertação dos trabalhadores*, que englobaria, além das mulheres, também os homens, pois, na mesma sequência, há um outro complemento – *da própria* – que novamente delimita a extensão da ação que vai promover a libertação. Esta formulação, *obra da própria mulher*, exclui qualquer possibilidade de que homens, independente do lugar social que estejam inscritos, sejam parte dessa ação de libertação da mulher.

Essas considerações nos levam a dois questionamentos: de qual liberdade esse discurso está tratando, e quem ou o que é o responsável por retirar *a liberdade das mulheres*? Parece que parte dessas questões já foi respondida, quando observamos que é o homem que não faz parte da ação de libertação. E isso nos faz considerar que nesta posição-sujeito parece não haver espaço para o diferente, ou melhor, para o outro, que concluímos, seja o homem.

A partir da *sd* abaixo, então, avançaremos nessa discussão, procurando compreender como vão se delimitando os saberes da FD mobilizados por essa posição:

*Sd 28.* Em nossa trajetória, temos reafirmado a luta das mulheres pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora. Dessa forma, nos identificamos pela produção de alimentos saudáveis, pela construção de um projeto de agricultura ecológico e pela luta pela libertação da mulher. ([http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem\\_somos.html](http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem_somos.html)).

Chama nossa atenção, de imediato, a formulação *a luta das mulheres*. Durante o texto, temos escrito sobre a luta das mulheres sem nos ocupar de analisar o funcionamento dessa expressão no discurso. Primeiramente, podemos examinar a ocorrência do artigo definido “a”. Na maioria das sequências analisadas, o item lexical *luta* é acompanhado do artigo *a*. O artigo

definido está marcando o que pode ser dito e delimitando o que não pode ser dito, pois ao definir que *é a luta* e não uma luta, umas lutas ou as lutas, o artigo, no singular, satura e restringe os efeitos de sentido possíveis.

Do mesmo modo, o artigo definido em *das* também exige uma análise mais criteriosa. Em nosso entender, esse item sedimenta aquilo que pode e deve ser dito por essa posição-sujeito, ou seja, pode o sujeito enunciar que há uma luta – a luta –, mas que essa luta, não sendo qualquer uma, não é também de qualquer um, é uma luta das mulheres (todas as mulheres), e, portanto, por não ser uma questão de um único indivíduo, constrói-se o efeito de que é uma luta necessária.

Nessa mesma esteira passaremos a discutir a sequência discursiva 29:

*Sd 29. A luta pela libertação das mulheres é tarefa de todos. Mas acreditamos que nós mulheres, somos as principais responsáveis por esta conquista.*  
([http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem\\_somos.html](http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem_somos.html)).

Na *sd 29* novamente aparece o verbo “ser”, desta vez conjugado no presente. “É” produz o efeito de inscrever na atualidade essa luta das mulheres, ou melhor, mantém atual a luta das mulheres, que, nessa sequência, é restringida pelo complemento *pela libertação*. Retorna, então, nosso questionamento: as mulheres lutam para libertarem-se de quem/do quê? Relacionando as *sds 28 e 29*, observaremos que, na primeira, há a seguinte formulação *pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora*. Assim, retornando à *sd 29*, compreendemos que a *luta das mulheres, pela libertação*, vai por dois caminhos: um deles diz respeito ao homem, e àquilo referente ao masculino. O outro caminho diz respeito a uma questão mais ampla, pois, ao relacionarmos a formulação *classe trabalhadora* com os itens lexicais *opressão* e *exploração*, observaremos que há algo próprio ao sistema de produção, o que nos faz concluir que essa luta também é pela libertação do modo como se organizam as relações de trabalho na atual conjuntura histórico-social.

Queremos discutir, ainda, um outro ponto da *sd 29*. O predicativo, *tarefa de todos*, parece ir de encontro àquilo que estamos formulando sobre essa posição-sujeito, pois produz o efeito de que não são somente as mulheres as responsáveis pela libertação, mas também os homens. Orlandi (2007, p. 20) salienta que “a linguagem é um sistema de relações de sentidos onde, a princípio, todos os sentidos são possíveis, ao mesmo tempo em que sua materialidade impede que o sentido seja qualquer um”. Nesse mesmo viés, Rasia (2008, p. 155), ao tratar do

pronome indefinido, registra que há um embate constante entre a abertura e o fechamento do sentido, em um movimento que vai da indeterminação à determinação.

O caso do pronome indefinido, *todos*, nos parece apresentar esse processo que vai da indeterminação à determinação. Vejamos: a partir da designação *luta* se constrói uma discursivização em que o pronome está indefinindo quem seriam os sujeitos envolvidos nessa luta, produzindo um efeito de sentido de que haveria uma luta geral, ou seja, de homens e de mulheres, de todas as classes sociais, ou ainda, que a luta independeria de gênero e situação econômica.

Entretanto, a oração seguinte àquela em que aparece o pronome *todos* é introduzida pelo conector *mas*. Este marca o ponto de encontro da indeterminação com a determinação, pois delimita, contorna, cerceia a possibilidade de abertura dos sentidos. Expliquemo-nos: a formulação *mas nós mulheres* está determinando os sentidos possíveis para o pronome indefinido *todos*, ou melhor, está funcionando como uma restrição, “não são todos, só as mulheres”. *Todos* produz a ilusão de uma generalização, em que homens e mulheres poderiam lutar juntos por uma causa específica. Essa ilusão é o resultado da inscrição, na posição-sujeito, dos dizeres que não podem ser ditos. Os dizeres que generalizam a luta não podem aí ser enunciados, e são interditados pelo funcionamento do conector *mas*.

Parece-nos que aqui ocorre aquilo que Cazarin definiu como posição-sujeito heterogênea. Há uma diferença interna, que aparece sobre o efeito de homogeneidade no modo de enunciar, ou melhor, “o efeito de homogeneidade discursiva de uma posição-sujeito apresenta-se como uma ilusão necessária que permite a seu sujeito enunciator organizar a discursividade representativa da mesma” (CAZARIN, 2007 p. 117).

Em nosso entender, a *posição-sujeito de exclusividade na luta da mulher camponesa* é heterogênea, por apresentar a diferença sob o modo da indefinição. Ou melhor, consideramos essa posição heterogênea a partir da análise do funcionamento do pronome indefinido *todos*, pois ele permite que sejam mobilizados saberes outros, diferentes daqueles próprios a essa posição. No entanto, é preciso destacar que os sujeitos que aí se inscrevem organizam a discursividade de modo que o efeito de homogeneidade se sobressaia, como observamos com o caso do conector *mas*.

Isso significa que existem, de um lado, efeitos de sentido permitidos e, de outro, efeitos de sentido que são interditados para os sujeitos que irão enunciar a partir dessa posição-sujeito. No quadro a seguir, produzimos uma sistematização dessas questões:

<b>Formulações produzidas na posição-sujeito de exclusividade na luta da mulher camponesa</b>	<b>Efeitos de sentido possíveis de serem produzidos a partir da posição-sujeito de exclusividade na luta da mulher camponesa</b>	<b>Efeitos de sentido interditados de serem produzidos a partir da posição-sujeito de exclusividade na luta da mulher camponesa</b>
Lutar é condição da mulher	Luta é <i>coisa</i> de mulher	Homens também lutam por libertação
A libertação da mulher é obra da mulher	Só pelas mãos das mulheres a mudança vai acontecer	Mudança também pode acontecer pelas mãos dos homens
A luta pela libertação das mulheres é tarefa de todos Mas as mulheres são as principais responsáveis	Todo mundo pode lutar, independentemente de gênero.	Os homens também são responsáveis pela libertação

Na coluna à esquerda do quadro, listamos formulações que entraram na discussão para a configuração dessa posição-sujeito. No centro, relacionamos aquilo que pode ser dito pelos sujeitos enunciativos que se inscrevem nessa posição. As formulações *luta é coisa de mulher*, *só pelas mãos das mulheres a mudança vai acontecer*, *todo mundo pode lutar independente de gênero* dão conta de evidenciar que o sujeito-mulher é o agente de luta e de mudança e não há espaço para o outro gênero como aliado. Aqui *os homens* são os responsáveis pelos problemas que levam à luta e à necessidade de mudança. Assim, ficam interditados efeitos de sentido como os apresentados na coluna à direita: *homens também lutam por libertação*, *mudança também pode acontecer pelas mãos dos homens*, *os homens também são responsáveis pela libertação*. Estas formulações constituiriam aquilo que não pode ou não convém ser dito.

Os sujeitos que passam a enunciar a partir da *posição-sujeito de exclusividade na luta da mulher camponesa*, formulam que *a luta é das mulheres*, portanto, não haveria espaço para os sujeitos que se identificam com enunciados em que não seriam somente as mulheres as responsáveis por essa luta. Entretanto, também a posição-sujeito é heterogênea e, pela diferença existente no seu interior, há espaço para a formulação de que *todos* são responsáveis por lutar. Essas formulações não são livres e sim assujeitadas aos dizeres de que só a mulher é quem pode lutar por sua libertação, pois, no processo discursivo, o uso do pronome indefinido

“todos” ao produzir o efeito de indeterminar de quem é a luta, permitiu que predominasse o efeito de sentido de que só as mulheres são responsáveis, levando à determinação dos dizeres.

Resumindo, existiria uma única luta, que seria de muitos sujeitos, ou melhor, seria de todas as mulheres, de todo um gênero que se sente oprimido pelo outro, e isso a justificaria e a tornaria necessária.

As *sds* materializam linguisticamente as práticas discursivas possíveis para os sujeitos identificados com essa posição-sujeito, na medida em que, ao enunciar a partir dela, se está plenamente identificado aos enunciados de oposição à repressão pelo sexo oposto, e ao modo como se organizam as relações de trabalho, conforme discussão a partir da *sd* 28.

Realizada a delimitação da posição-sujeito, cabe ainda retornarmos brevemente às considerações realizadas no Capítulo II. Naquele momento do trabalho, analisamos algumas *sds* que representavam objetos físicos simbolizados pelo MMC. Dissemos que o funcionamento desses símbolos contribui para delinear uma imagem de mulher-militante identificada com o movimento. Entendemos que *a posição-sujeito de exclusividade na luta da mulher camponesa* é a mais representativa dessa identificação, ou melhor, os saberes mobilizados pelos sujeitos que enunciam a partir dessa posição-sujeito dominante representam mais fielmente a imagem da mulher camponesa militante do MMC.

Retomando, nesta posição-sujeito dominam enunciados em que a *mulher* é entendida como a única responsável e, especialmente, a única capaz de transformar as relações sociais existentes. O caso de *todos*, que poderia redirecionar a configuração da posição, está na fronteira com outra posição-sujeito, mas permanece na mesma posição por causa da restrição imposta pelo conector *mas*.

As formulações que possibilitam observar uma aliança entre mulheres e homens configuram uma outra posição-sujeito, como veremos a seguir.

### ***Posição-sujeito da conciliação para a luta***

A partir de outras sequências discursivas, observamos que no interior da FDMTC não circulam apenas formulações que se cristalizam em efeitos de sentido de que só a mulher é quem luta, e só a mulher é quem pode mudar sua situação. O outro gênero é chamado a participar da construção dessa libertação da mulher, bem como está incluído na classe dos trabalhadores.

As *sds* a seguir representam enunciados que não negam o gênero oposto e que buscam ressignificar as relações humanas.

*Sd 30.* A mística nos leva a crer que quando as mulheres e homens se unirem na luta por justiça no Brasil haverá grandes mudanças sociais.  
([http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem\\_somos.html](http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem_somos.html)).

*Sd 31.* Consolidar o MMC, a partir da ótica feminista e camponesa é fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras. (<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>)

As duas sequências são formulações de um mesmo enunciado, que para efeitos de análise pode ser o seguinte:

*a luta das mulheres camponesas também pode ser realizada pelos homens*

Esse enunciado nos permite afirmar que, ao enunciar a partir dessa posição, o sujeito já não está plenamente identificado aos saberes feministas, que consideram a mulher como a única em condições de promover mudanças à sua realidade e à realidade das relações humanas. O conector “e” funciona como um operador de aceitabilidade, ao inserir no discurso o outro gênero.

Recorrendo às condições de produção desse discurso e ao que analisamos até aqui, podemos concluir que há um modo de se relacionar com a posição-sujeito dominante e, conseqüentemente, com a forma-sujeito da FD, que aceita o *outro* sexo como promotor de mudança, entretanto, esse outro sofre as determinações da formação discursiva, pois não seriam todos os homens e, sim, os homens trabalhadores do campo.

Diante disso, nomeamos de *posição-sujeito da conciliação para a luta*, essa posição fragmenta o sujeito histórico da FD. Ao enunciar que se quer *fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras*, essa posição abarca os enunciados que aceitam que o gênero oposto também é submetido à exclusão e violência.

Essa posição-sujeito se distancia um pouco da posição-sujeito dominante, analisada anteriormente. Há a possibilidade de os sujeitos enunciarem que tanto homens, como mulheres, são responsáveis pela mudança. Entretanto, essa posição não se configura como um ‘mau sujeito’, pois não questiona os saberes da FD.

### ***Posição-sujeito da luta pelo reconhecimento***

Essa posição-sujeito foi configurada a partir de formulações que apresentam diferentes funcionamentos. Em comum, essas formulações têm a afirmação da luta das camponesas em busca do reconhecimento pela sociedade.

Começaremos a discussão analisando marcas linguísticas de negação. Assim, é necessário destacar que, por meio de seu funcionamento, a negação “estabelece fronteiras entre discursos ideologicamente antagônicos” (INDURSKY, 1997, 216), e “é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos” (idem., p. 213), ou seja, ela evidencia a presença do discurso-outro.

Marcas de negação explícitas no discurso, como *não*, *jamais*, *nunca*, ao transformarem uma afirmação em negação, permitem que um dizer antes interditado na FD, seja, então, possível de ser dito.

Nas formulações a serem analisadas, não há a explicitação de um discurso-outro, mas é possível “transformar metodologicamente a negação em afirmação” (idem, p. 218), e, dessa maneira, observar aquilo que é proveniente de um outro domínio de saber. É preciso referir que, de acordo com Indursky (idem, p. 219), a transformação metodológica de formulações que se apresentam sob a forma da negação, para a forma de afirmação, não reproduz as formulações efetivamente realizadas na FD antagônica, mas, sim, formulações “similares” que circulam nesses domínios de saber.

Tendo isso em vista, mobilizamos também a noção de enunciado dividido. Para Courtine (2006) construções que se apresentam sob a forma do enunciado dividido não são aleatórias, elas são reguladas pela formação discursiva na qual são ditas. Ou seja, no caso deste trabalho, essas construções são dependentes da FDMTC.

A expressão  $P\{x/y\}$  é o modelo do enunciado dividido, “Px e Py representam duas formulações que pertencem a discursos antagônicos, apresentando um contexto (P) comum e dois elementos (palavras, sintagmas, proposições, ou frases) que não podem ser substituídas uma pela outra, pois essa incomutabilidade é marcada pela barra que separa x e y” (COURTINE, 2006, p. 74).

Essa forma do enunciado dividido materializa entre discursos antagônicos no interdiscurso a linha divisória entre o que pode ser formulado e o que não pode.

Cazarin (2000, p. 177-178) destaca que discursos em confronto convivem no mesmo enunciado. E que é possível observar esses discursos antagônicos por meio de distintas marcas linguísticas, como: *não é x..., mas é y, não... frase afirmativa, jamais... frase*

*afirmativa, nunca... frase afirmativa etc.* Ainda de acordo com a autora, “esses enunciados se formam na tensão que liga os processos discursivos inerentes a duas FDs antagônicas” (idem, p. 178), e materializam linguisticamente contradições e fronteiras entre domínios de saber.

Essas questões poderiam bem servir para configurarmos a formação discursiva com que estamos trabalhando, pois afirmamos que ela tem suas fronteiras delimitadas/invasas pela FDC, entretanto, julgamos que esse confronto de discursos antagônicos está marcando um modo de se relacionar com a forma-sujeito da FD e, portanto, é possível trabalharmos na configuração de uma posição-sujeito. Ou melhor, nas formulações materializam-se discursos antagônicos que representam posições-sujeito, de FDs distintas, em confronto.

As seguintes *sds* representam antagonismos ideológicos, e foram divididas conforme a marca linguística que materializa o confronto. Consideramos que *x* corresponde à FDC e que *y* corresponde a FDMTC. Abaixo de cada sequência, faremos a representação esquemática da forma do enunciado dividido e posteriormente a análise.

### **Marca linguística (1)**

*Não é x... é y*

*Sd 32.* O campo não é o lugar de quem não teve oportunidade na vida. Estar no campo hoje é acima de tudo uma opção e uma missão de produzir alimentos saudáveis, preservando os bens naturais comprometidos com a vida, a saúde e a justiça para todos. ([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha\\_defesa\\_vida\\_2008.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_defesa_vida_2008.pdf))

X As pessoas sem oportunidade é que moram no campo

-----

Y No campo moram pessoas que escolheram estar ali

### **Marca linguística (2)**

*Não é x... mas sim (é) y*

*Sd 33.* O 8 de março não é um dia de comemoração, festividades, entrega de presentes, mas sim um dia de luta e resistência na busca de uma vida com mais dignidade para as mulheres e para a classe trabalhadora.

([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/panfleto\\_rua\\_080306.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/panfleto_rua_080306.pdf))

X O 8 de março é um dia para festejar

-----

Y O 8 de março é um dia de luta e resistência

Notemos que nessas sequências o enunciado apresenta-se sob a forma da negação do discurso do outro. O operador de negação – *não* – é a marca do discurso da outra FD, ou melhor, é uma marcação de que em um outro domínio de saber há um enunciado afirmativo.

Já a formulação que segue à primeira é própria à FDMTC. Com isso é possível mostrar o antagonismo existente entre as FDs. Então, à medida que nega o discurso de *fora*, o sujeito que enunciar a partir dessa posição irá, em sequência, afirmar o que é *interno*.

Na *sd 32*, ao negar que o campo é lugar de pessoas que não tiveram oportunidade na vida, instaura-se uma interlocução discursiva com uma posição-sujeito pertencente a uma outra FD em que essa formulação é afirmativa. Há, então, uma negação que rompe com o enunciado de que os sujeitos que vivem nas regiões onde não há centros urbanizados estão lá porque não encontraram um lugar melhor para si.

A marca linguística *não é x...é y* permite que se instaure uma discussão sobre os lugares sociais dos sujeitos que vivem no campo. Ao negar e posteriormente afirmar, na *sd 32*, os sujeitos desse discurso procuram desqualificar um saber universalizado e que não pode ser aceito na FD em que estão inscritos, pois essa universalidade produz o efeito de sentido de que o lugar social de camponês tem valor menor na formação social em que ele existe.

Já na *sd 33*, a marca linguística é diferente - *não é x...mas sim (é) y*. Nessa *sd* não é possível identificar um enunciado de desqualificação dos lugares sociais ocupados por quem vive no campo. A negação está incidindo sobre práticas de comemoração do Dia Internacional da Mulher, que são generalizadas a todas as mulheres. Ao negar que o 8 de março seja um dia para comemorar, as mulheres camponesas estão marcando sua posição ideológica, que é apresentada a partir da introdução da formulação “o 8 de março é um dia de luta...”, redirecionando, desse modo, o efeito de sentido de maneira a inscrevê-lo *adequadamente* em seu discurso.

As marcas linguísticas 1 e 2 permitem, por meio da negação, que reconheçamos o discurso-outro, ou seja, o discurso que precisa ser negado por esta posição-sujeito. No quadro a seguir separamos as representações, que fizemos depois de cada *sd*, conforme o funcionamento discursivo do enunciado dividido.

Afirmações oriundas de outra formação discursiva	Negações discursivizadas na FDMTC	Afirmações próprias à FDMTC
<ul style="list-style-type: none"> <li>• As pessoas sem oportunidade é que moram no campo</li> <li>• O 8 de março é um dia para festejar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O campo <i>não</i> é o lugar de pessoas que não tiveram oportunidade na vida</li> <li>• O 8 de março <i>não</i> é um dia de festejar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No campo moram pessoas que escolheram estar ali</li> <li>• O 8 de março é um dia de luta e de resistência</li> </ul>

1- Quadro adaptado a partir de CAZARIN (2000, p. 180).

O *não* funciona como marca de que no já-dito existe um enunciado afirmativo, que, no caso desse discurso, seria próprio de uma FD de oposição, como, por exemplo, a FDC.

De maneira geral, nessas *sds*, a negação produz o efeito de sentido de refutação das ações do outro lado. E as afirmações produzem tanto o efeito de busca pelo reconhecimento de que estar no campo é uma escolha, e não uma fatalidade, quanto o efeito de que o Dia Internacional da Mulher é um momento luta, um dia para que a luta seja reconhecida, ou ainda, um dia para reconhecer que as mulheres estão lutando.

Nas sequências seguintes, também é possível observar o funcionamento de marcas linguísticas de negação, no entanto, algumas diferenças se impõem, pois apresentam o Movimento como *aquela que faz, aquela que conquista, aquela que consegue o que deseja*.

*Sd 34. Nós não queremos favores, nossa história a gente faz!*

([http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/panf\\_previdencia05.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/panf_previdencia05.pdf))

*Sd 35. Nós nunca conseguimos nada de graça, tudo foi com muita luta, muitas vezes fomos agredidas, mas nunca desistimos. Já conseguimos muitas coisas, mas a caminhada continua. Pois na luta não dormimos nunca.*

([http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/informa\\_set\\_out\\_08.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/informa_set_out_08.pdf))

As duas *sds* são formulações de um mesmo enunciado que é negado. Esse enunciado pode ser formulado da seguinte maneira: *as mulheres afirmam a luta por oposição a um imaginário de que elas ganham coisas de graça*. Vejamos:

<b>Formulação possível em uma posição-sujeito antagônica</b>	<b>Formulação discursivizada na FDMTC</b>	<b>Formulação própria à posição-sujeito da luta pelo reconhecimento</b>
o MMC quer receber favores	o MMC não quer favores	nossa história a gente faz
o MMC recebe coisas de graça	o MMC não recebe coisas de graça	tudo foi com muita luta
a violência pode levar o MMC a desistir da luta	a violência não faz o MMC desistir da luta	mas nunca desistimos
o MMC já recebeu o que queria, pode parar a luta	o MMC não conquistou tudo que deseja, por isso a luta continua	não dormimos nunca

As formulações presentes na coluna esquerda são possíveis de serem formuladas por uma posição-sujeito antagônica. Já as formulações presentes na coluna central são possíveis de serem discursivizadas na FDMTC. E as formulações da coluna à direita são próprias da *posição-sujeito da luta pelo reconhecimento*. Podemos observar que há sempre um discurso que diz que as mulheres do MMC não devem lutar. E também que há uma (re)afirmação das conquistas, da luta, da história.

As primeiras duas formulações da coluna central e da direita contrapõem-se às formulações possíveis em uma outra posição antagônica, em que se afirma que as mulheres camponesas recebem favores e suas conquistas são de graça, ou melhor, não são conquistas. Remetendo às condições de produção, podemos mobilizar discursos referentes às políticas governamentais para as minorias. Essas políticas sociais visam sanar de maneira imediatista algum déficit que exista entre populações vulneráveis, por exemplo, déficit de geração de renda. No caso do Brasil, existem vários programas nessa linha, o mais conhecido, talvez seja o Programa Bolsa Família, que distribui uma quantia em dinheiro para famílias em situação de extrema pobreza.

Parece-nos que há, nas formulações da coluna central, uma tentativa de negar os efeitos de sentido que poderiam remeter ao assistencialismo governamental. E isso pode ser observado a partir da formulação *tudo foi com muita luta* (coluna direita), já que essa permite mobilizarmos o processo explicitado, no segundo capítulo, de que houve um extenso período de organização do movimento para que alguns objetivos fossem alcançados, como, por exemplo, o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural. Portanto, a partir da *posição-*

*sujeito da luta pelo reconhecimento*, o sujeito enunciará que conquistou seus direitos e não deverá admitir que recebeu/recebe qualquer tipo de benefício estatal ou não, pois isso seria aceitar os dizeres que dizem que as mulheres não precisam ou não devem lutar.

As formulações presentes nas duas últimas linhas do quadro remetem para momentos em que o movimento se mobilizou com o objetivo de reivindicar e terminou sofrendo agressões verbais e/ou físicas, seja de representantes do Estado, como referimos no início deste capítulo, seja de representantes da sociedade em geral, tais como formadores de opinião. É isso que dá a possibilidade de o movimento afirmar que *nunca desiste, nunca “dorme”*, pois, mesmo sendo agredido, reafirma que continuará a exercer resistência.

De um modo geral, há nas *sds* uma polarização em que: de um lado, as primeiras formulações dizem respeito ao outro que precisa ser contestado e negado, entendemos que esse outro corresponde a um imaginário de mulher camponesa que recebe tudo de graça. Imaginário que precisaria ser desconstruído. E, de outro lado, as formulações assumem o posicionamento de que o movimento é aquele que consegue, conquista, não desiste, não dorme, não recebe de graça.

A essa discussão, desejamos acrescentar a análise de uma outra formulação que também mostra a luta pelo reconhecimento, desta vez, do lugar da mulher camponesa na sociedade. Há uma tentativa de deslocamento de um lugar de invisibilidade para um lugar de visibilidade. Vejamos como isso aparece no fio do discurso:

*Sd 36. Sem documentação não somos consideradas pessoas! Não somos reconhecidas como gente! Não somos identificadas como seres humanos! Sem documentação não existe cidadania.* ([http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha\\_documentacao.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_documentacao.pdf))

Nessa sequência, o sujeito não nega o discurso-outro para refutá-lo, com o objetivo de redirecioná-lo para sua própria FD (Cf. Indursky, 1997, p. 222). Na *sd 36*, a negação está funcionando como afirmação, ou seja, os efeitos de sentido produzidos, a partir dessas formulações que negam, são de afirmação. Observemos:

Formulação	Efeito de sentido
Sem documentação não somos consideradas pessoas	Com documentação somos consideradas pessoas
Não somos reconhecidas	Somos reconhecidas
Não somos identificadas como seres humanos	Somos identificadas como seres humanos
Sem documentação não existe cidadania	Com documentação somos cidadãs

Esses efeitos de sentido permitem que acionemos a discussão sobre a interpelação do indivíduo em sujeito e a maneira como o mesmo é *conduzido* a ocupar um lugar na estrutura de uma formação social. Ao nascer, um indivíduo entra no curso das práticas sociais, e a documentação configura-se como um símbolo material de que se está apto a fazer parte daquela sociedade. Por outro lado, estar despojado de documentação convoca o sujeito a um *não-lugar*, de modo que sua relação com a realidade, mediada pelo simbólico, limita-se a uma enunciação que produz apenas *eco*. Então, seu imaginário de sujeito não se completa, e ele (o sujeito) vai permanecer à margem *na* formação social, como um resto.

No caso dessa *sd*, o sujeito à margem pode ser apreendido pelas terminações das formas verbais *reconhecidas* e *identificadas*. A marca de gênero não deixa espaço para uma outra leitura que não a de que esse sujeito convocado a um não-lugar é a mulher. Isso nos leva aos seguintes questionamentos: o que significa não ser considerada pessoa, não ser reconhecida como gente, não ser identificada como ser humano? E, mais, quem é que não considera, não reconhece e não identifica? É o símbolo material, e o que ele representa em termos de registro, que fornece para um indivíduo sua condição de pessoa, gente ou humano? De posse desse símbolo, o sujeito deixa o não-lugar e passa a ocupar um *lugar* na estrutura da formação social? E isso é cidadania?

De acordo com Rancière (1996, p. 40)

aqueles que não tem direito de ser contados como seres falantes, conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundo alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada.

O não-lugar ao qual nos referimos pode ser compreendido como o mundo em que as mulheres camponesas estão, ou seja, o mundo onde não se é pessoa, não se existe, não se é considerado cidadão. O pertencimento a um não-lugar é um dano, que, ao ser colocado em comum, por meio das reivindicações das mulheres, faz com que se estabeleça um enfrentamento com aqueles que não as reconhecem como cidadãs, um enfrentamento com aqueles que nada mais são do que os sujeitos pertencentes às classes dominantes e que lutam para permanecer nessa condição de dominância. Desse modo, esse enfrentamento mostra a contradição histórica, estabelecida pela relação entre as classes, existente entre aqueles que podem reconhecer alguém como pessoa e aqueles que não são reconhecidos.

Entendemos que o documento estabelece simbolicamente a fronteira entre o não-lugar, entre os não-cidadãos e aqueles que podem se considerar reconhecidos e pertencentes de fato e de direito a uma classe. Por isso, esse símbolo configura-se como um elemento importante para que o imaginário de que as mulheres são sujeitos integrantes da formação social se complete, ou seja, é importante para que se imaginem reconhecidas pelos outros integrantes da sociedade.

Nomeamos de *posição-sujeito da luta pelo reconhecimento*, esse modo de relacionamento com a forma-sujeito da FDMTC. Entendemos que, entre os saberes mobilizados por essa posição, há em comum com as outras posições a afirmação da luta, mas que a diferença está naquilo que é (re)afirmado: uma luta pelo reconhecimento da sociedade. Enquanto na primeira posição, que é dominante, há a (re)afirmação de que a luta pertence às mulheres, e na segunda posição há a admissão de que a luta também pode ser realizada pelos homens, nesta posição há a afirmação daquilo pelo qual se luta.

### ***Sobre as posições-sujeito e a forma-sujeito da FDMTC***

Entendemos que a *posição-sujeito de exclusividade na luta da mulher camponesa* é a que mais representa os saberes a FDMTC, por isso, consideramos que ela é dominante no interior desse domínio de saber. Essa posição olha para “dentro”, ou seja, refere-se ao “quem nós somos” e por que a luta pela libertação deve ser uma exclusividade das camponesas. A *posição-sujeito da conciliação para a luta* convive com as outras posições, está próxima à dominante e também próxima da *posição-sujeito da luta pelo reconhecimento*. Esta, por sua vez, estabelece um diálogo com a sociedade, ou melhor, ao questionarem-se “quem nós somos para a sociedade?”, os sujeitos que enunciam a partir dessa posição afirmam aquilo que

é interno à FDMTC, para que possam construir, no processo da luta, o reconhecimento da mulher camponesa.

Diante dessas questões, é necessário ainda tratar do modo como as posições-sujeito se relacionam com a forma-sujeito. No discurso em análise, parece-nos que há uma convergência para a forma-sujeito, que se dá no sentido de que, no interior da FDMTC, muitas formulações perpassam a todas as posições-sujeito e são constitutivas do modo de enunciar dos sujeitos inscritos nessa FD.

A sequência a seguir é uma formulação representativa dos enunciados regulados pela forma-sujeito da FDMTC.

*Sd 37.* Porque entendemos que é necessário avançar na continuidade das lutas específicas e gerais, enfrentando o sistema neoliberal e ao machismo que explora as mulheres e a classe trabalhadora;

Deter-nos-emos no jogo binário representado pelo conector *e*. Vejamos as formulações em que ele aparece:

Lutas específicas e gerais  
Enfrentando o sistema neoliberal e ao machismo  
Que explora as mulheres e a classe trabalhadora

Observando a correspondência respectiva<sup>31</sup> de cada item lexical, teremos o seguinte:

lutas específicas correspondem ao combate ao machismo que explora as mulheres
lutas gerais correspondem ao combate ao sistema neoliberal que explora a classe trabalhadora

São próprias, portanto, da FDMTC e da regulação exercida pela forma-sujeito, duas lutas diferentes. Uma específica correspondente à mulher e outra mais geral que diz respeito à classe trabalhadora, onde podem ser incluídos os trabalhadores homens.

<sup>31</sup> Se fôssemos observar a correspondência literal das formulações teríamos o seguinte: “lutas específicas corresponderiam ao sistema neoliberal que explora as mulheres”, e “lutas gerais corresponderiam ao combate ao machismo que explora a classe trabalhadora”. No entanto, tendo em vista o funcionamento do discurso analisado, consideramos que esse lapso não interfere na discussão que desejamos empreender, pois não estamos no plano da literalidade.

Em nosso entender, mesmo a forma-sujeito estando fragmentada em diferentes posições, existem enunciados que são transversais a todas, ou seja, a fragmentação não significa que cada posição-sujeito seja independente da forma-sujeito e das outras posições. Esses enunciados em comum representariam o princípio da inscrição em determinada FD, e, desse modo, a não identificação à outra.

Na *sd 37*, está inscrito linguisticamente o ponto que liga as posições-sujeito umas às outras e à forma-sujeito, trata-se da compreensão de que existe um ponto presente nas posições-sujeito que é a luta. E, mais, existem duas lutas diferentes que não se excluem, pelo contrário, se completam mutuamente. É a partir desse fio discursivo, que as diferentes posições-sujeito particularizam as formulações no interior da FD.

Para nós, as posições-sujeito analisadas não são divergentes, pois a convivência das mesmas converge para os saberes da forma-sujeito. O que não significa dizer que elas tratam das mesmas coisas. Julgamos que a convivência se dá pela diferença, pois assumir a palavra sob a perspectiva da mulher produz efeitos de sentido diferentes daqueles produzidos ao assumir a palavra sob a perspectiva das trabalhadoras e trabalhadores, ou ainda das mulheres e homens.

### 3.4 Amarrando as pontas

Neste capítulo, construímos um percurso com relação às formações social, ideológica e discursiva. Em cada momento procuramos mostrar, por meio da análise, como funcionam as relações estabelecidas por essas formações.

Passamos pela formação social capitalista e observamos a relação estabelecida entre o MMC e uma das instâncias do aparelho de Estado: a polícia. Bem como, observamos o questionamento ao AIE Escolar. A partir daí, avançamos em nosso estudo no intuito de compreender a afirmação, já citada de Dorneles (2005), de que é no interior da formação social que a materialidade ideológica se gesta. Assim, observamos a passagem daquilo que se compreende por Aparelhos Ideológicos de Estado à noção de formação ideológica. Esta é, portanto, a materialidade concreta da instância ideológica. Por meio da análise, explicitamos que a formação ideológica camponesa se materializa na oposição às práticas da formação ideológica patriarcal capitalista.

As práticas da FIC são materializadas em linguagem pela FDMTC. Esta comporta em seu interior, reguladas pela forma-sujeito, a *posição-sujeito (dominante) de exclusividade na*

*luta da mulher camponesa, a posição-sujeito da conciliação para a luta e a posição-sujeito da luta pelo reconhecimento.*

Procuramos desenvolver as discussões de modo que pudéssemos observar como vai se construindo o funcionamento do discurso em análise. E, até o momento, nossa principal consideração a fazer é que o discurso do MMC é atravessado de duas maneiras diferentes: pela negação do discurso-outro, estabelecendo, desse modo, a fronteira da FD; e pelo acolhimento de dizeres outros, estabelecendo a porosidade das fronteiras da FD e sua conseqüente heterogeneidade, resultando diferentes modos de o sujeito desse discurso se relacionar com a forma-sujeito da FDMTC.

Esse discurso, ao opor e negar o exterior que o atravessa, abre espaço para afirmar o que é interno à FD, e também para o acolhimento de dizeres que são próprios às suas práticas. Isso nos faz concluir que as margens da FDMTC são porosas, e é por aí que entram discursos vindos de outros lugares, que embora não pertençam à FD, atravessam o discurso do MMC. *Fios discursivos* vindos de outros lugares constituem o discurso desse movimento social.

No capítulo seguinte, escreveremos sobre os já-ditos que sustentam o discurso em análise.

## 4 O JÁ-DITO QUE SUSTENTA O DISCURSO E A REPETIÇÃO NECESSÁRIA

No capítulo anterior tratamos, entre outras noções, de formação discursiva, a qual está atrelada às noções que abordaremos neste capítulo. Desenvolveremos considerações sobre interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva. Na medida em que sustentam *o* e ressoam *no* discurso do Movimento de Mulheres Camponesas, interdiscurso e memória discursiva são indispensáveis na mobilização teórica e na discussão que estamos empreendendo. Passamos, portanto, a tratar de interdiscurso.

### 4.1 Interdiscurso

Caracterizado por Malidier (2003) como um conceito chave para a obra de Pêcheux, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da AD, o interdiscurso é uma categoria da ordem do irrepresentável e do ininterpretável discursivamente, pois não temos acesso ao seu todo, e nem podemos fazer representações do mesmo. O que podemos é acessar os discursos provenientes do já-dito.

O interdiscurso é o lugar onde se constituem os objetos de saber (os enunciados) de que os enunciadore se “apropriam” para deles fazer objetos de seu discurso, ou seja, é constituído pelos enunciados já-ditos e pelos enunciados a dizer. Sobre esta afirmação, cabe aqui ressaltar, de acordo com Malidier (2003, p. 51), que o interdiscurso “não é nem a designação banal dos discursos que existiram antes, nem a ideia de algo comum a todos os discursos”.

Foi definido por Pêcheux (1988, p. 162) como o “todo complexo com dominante das formações discursivas”. Sendo que este complexo está intrincado em um outro, o das formações ideológicas. Portanto, é o interdiscurso que disponibiliza saberes que constituem uma formação discursiva. Nele estão todos os dizeres possíveis, todas as possibilidades de produção de sentidos.

O interdiscurso é “regionalizado” em formações discursivas quando submetido à lei de desigualdade-subordinação-contradição que caracteriza o complexo das formações ideológicas. Ou, conforme a afirmação de Malidier (2003, p. 51), o interdiscurso designa “o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas, em função das relações de dominação, subordinação e contradição”.

Esse funcionamento não se dá de maneira tranquila, como bem sabemos, pois é próprio das formações discursivas dissimular sua dependência à objetividade material contraditória do interdiscurso, “objetividade material que reside no fato de que ‘algo fala [...] sempre’ antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1988, 162).

Essa explicação de que a FD dissimula sua dependência em relação ao interdiscurso, fazendo parecer que o sentido se constituiu nela, é que permite a Pêcheux (1988) afirmar que algo fala antes em outro lugar e independentemente. E é isso, também, que nos permite escrever que o interdiscurso é, ao mesmo tempo, o *exterior* de uma formação discursiva, “sempre algo fala antes”, e o seu *interior*, pois a mesma regionaliza parte deste já-dito (e a dizer). Afirmamos isso sem esquecer que não há dicotomia entre exterior e interior da FD, já que a FD tem fronteiras porosas, fluidas, e é, dessa maneira, constantemente invadida por dizeres outros.

Ao encontro dessas afirmações, trazemos considerações de Courtine (2009), para quem é possível pensar o interdiscurso como um domínio de saber (articulação contraditória de FDs e de FIs) próprio a determinada FD.

O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (determina “o que pode e deve ser dito”), assim como um princípio de exclusão (determina “o que não pode/não deve ser dito”).

Ele realiza, assim, o fechamento de uma FD, delimitando seu interior (o conjunto dos elementos do saber) de seu exterior (o conjunto dos elementos que não pertencem ao saber da FD); esse fechamento, entretanto, é fundamentalmente instável: não consiste num limite traçado, de uma vez por todas, mas se inscreve em diversas FD como *uma fronteira que se desloca*, em razão dos jogos da luta ideológica, nas transformações da conjuntura ideológica de uma dada formação social. (COURTINE, 2009, p. 99 -100).

Os enunciados regionalizados na formação discursiva constituem-se como aquilo que pode e deve ser dito, ao mesmo tempo em que aquilo que não faz parte da FD, funciona como o que não pode e não deve ser dito, mas está lá, como uma ausência que se faz presença pelo exterior. Assim, **“o interdiscurso de uma FD**, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras” (idem, p. 100).

Faz-se necessária uma explicitação, a parte em negrito da última citação tem sido questionada por alguns pesquisadores da Análise do Discurso. Para Cazarin (2010), o interdiscurso não admite plural, nem adjetivações e “é concebido como uma multiplicidade

heterogênea irrepresentável e não-interpretável como um todo, daí sua determinação – o interdiscurso” (CAZARIN, 2010, p. 104). A partir desta afirmação, a autora contesta a ideia de que haveria um interdiscurso para cada FD, tal como se apresentaria na parte grifada em itálico, pois o interdiscurso é da ordem de um já-dito e pode, então, determinar a configuração de diferentes FDs.

Para nós, a afirmação de Courtine, neste caso, não se apresenta como uma formulação de que haveria um interdiscurso para cada FD, mas refere-se à explicitação de que há um exterior específico, que age delimitando as fronteiras de uma formação discursiva, e também age na constituição, já que ela é continuamente invadida por elementos que vêm de fora.

Na mesma citação, Courtine delimita aquilo que chama de interdiscurso de uma FD: “instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber **dessa** FD”. Sabemos que o interdiscurso é o **todo** complexo das FDs, porém, nem todas as FDs que constituem esse todo complexo delimitam as fronteiras umas das outras.

No caso de nosso trabalho, são algumas FDs que estão no entorno da FDMTC, como é o caso da FDC, e também podemos fazer referência a uma FD patriarcal, a uma FD do agronegócio, a uma FD ambientalista, a uma FD da luta feminista, a FD da defesa da vida, que estão à volta da FD de referência. Essas FDs são um pedaço do interdiscurso, são aquilo que é denominado de um interdiscurso ou interdiscurso de uma FD.

Entendemos que, embora exista um incessante deslocamento/invasão/atravessamento de dizeres outros, há um exterior específico – um conjunto de formações discursivas –, que é um regime de necessidade regulado pelo complexo das formações ideológicas. Nem mesmo os analistas de discurso têm acesso a esse todo (real exterior). Consideramos, então, que, ao fazer referência ao interdiscurso de uma FD, estaremos tratando do todo complexo das FDs, o todo do dizer, que ao funcionar como regulador das fronteiras de uma FD, não se apresenta e não é acessível em sua totalidade.

Na medida em que regula o deslocamento das fronteiras da FD, o interdiscurso também regula o trabalho da forma-sujeito.

*L’interdiscours consiste en un processus de reconfiguration incessante dans lequel une FD est conduite, en fonction des positions idéologiques que cette FD représente dans une conjuncture déterminée, à incorporer des éléments préconstruits produits à l’extérieur d’elle-même, à en produire la redéfinition ou le retournement, à susciter également le rappel de ses propres éléments, à en organiser la répétition, mais aussi à en provoquer*

éventuellement l'effacement, l'oubli ou même la dénégation (COURTINE e MARANDIN, 1981, p. 24)<sup>32</sup>. (grifo nosso).

À parte grifada, ou melhor, à afirmação de que a FD é levada a incorporar, em função das lutas ideológicas, elementos pré-construídos produzidos no exterior, queremos acrescentar que, embora *levada a*, a FD também *resiste a*, pois se ela aceitasse tudo, não haveria fronteira, talvez nem FD, e esse trabalho de resistência é realizado pela forma-sujeito, como explicitamos no capítulo anterior.

De acordo com o que compreendemos, a partir daquilo que temos apresentado e, especialmente, desta última citação de Courtine e Marandin, o interdiscurso é/constitui-se em um processo de reconfiguração incessante do dizer, que regula as fronteiras das FDs. Isso vai ao encontro da citação de Malidier, na qual a autora explica que não podemos tratar dessa noção como a simples designação dos discursos que existiram antes ou como algo comum a todos os discursos. É, pois, o interdiscurso que torna possível o retorno, a incorporação, a repetição, o apagamento, o esquecimento, a negação de discursos já-ditos no interior de uma FD, em determinadas condições de produção.

O entendimento sobre a noção de interdiscurso nos permite avançar em nosso estudo. Para isso, voltaremos às noções de enunciado e formulação, que, no capítulo anterior, foram associadas à noção de FD, e agora serão associadas ao interdiscurso, de acordo com as considerações de Courtine (2009, p. 100).

O *enunciado* [E] designa os elementos de saber próprios a uma FD. O enunciado é concebido como “uma forma ou um esquema geral que governa a repetibilidade no seio de uma *rede de formulações*”. Estas são grafadas como R[e]. Uma R[e] consiste em um “conjunto estratificado ou desnivelado” de *formulações* [e]. Assim, as [e] são (re)formulações possíveis de [E].

Aquilo que Courtine (2009, p. 100) chama de “conjunto estratificado ou desnivelado” de formulações remete à dimensão *vertical* de um [E] (ao interdiscurso) como R[e]. O [E], portanto, é a forma geral, aquilo que pode ser repetível, e é por meio dele que se pode descrever “uma rede de um conjunto de formulações dispersas e desniveladas no seio da FD” (idem, p. 101), ou seja, percorrendo-se uma R[e], a partir de um [E], pode-se chegar a um conjunto de reformulações possíveis.

---

<sup>32</sup> “O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante em que uma FD é conduzida, em função das posições ideológicas que essa FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dela mesma, e a produzir a redefinição ou o retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a repetição, mas também a provocar eventualmente o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação”. (tradução nossa).

Em um outro texto do autor, encontramos a seguinte explicação:

o nível do enunciado, no qual se verá, num espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos, que eu chamaria *interdiscurso*, séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, *domínio de memória*, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciador na formação dos enunciados “pré-construídos”, de que sua enunciação apropria-se. (COURTINE, 1999, p. 18) (grifos do autor)

É no nível do enunciado, como espaço estratificado e desnivelado, que podem ser observadas séries de formulações distintas e dispersas. Este espaço pode ser denominado de domínio de memória, pois constitui a exterioridade daquilo que o sujeito apropria-se para enunciar.

A formação discursiva é responsável por correlacionar esses dois níveis distintos – do enunciado e da formulação - que constituem dois modos de existência do discurso.

→ O nível de um sistema de formação dos enunciados ou o nível do enunciado:

Cabe ressaltar que esse sistema de formação foi proposto por Michel Foucault na *Arqueologia do Saber*. Courtine (2009), aproximando as considerações de Foucault, daquilo que escreve Pêcheux, observa que o sistema funciona como uma regra, e refere-se ao que pode e deve ser dito por um sujeito falante, a partir de uma posição determinada no interior de uma FD, sob a dependência do interdiscurso. “O nível de um ‘sistema de formação’ faz com que a constituição da ‘matriz do sentido’<sup>33</sup> seja inerente a uma FD determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados no campo do arquivo” (COURTINE, 2009, p. 83).

→ O nível de uma sequência discursiva concreta ou o nível da formulação:

Esse nível é entendido como o estado terminal do discurso, na medida em que manifesta uma certa “coerência visível e horizontal dos elementos formados”, ou seja, um intradiscurso (idem, p. 84). Toda formulação existe no interior de um sistema de formação. O nível da formulação implica que as sequências discursivas devam ser apreendidas sempre

---

<sup>33</sup> Compreendida por Pêcheux e Fuchs (1993) como a própria formação discursiva.

tendo em vista o processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma dada FD (idem, p. 84).

A dimensão vertical e a dimensão horizontal são indissociáveis dos dois modos de existência do discurso como objeto. Ou seja, não podemos dissociar nosso objeto de estudo da dimensão vertical, nem da dimensão horizontal, pois ele (o discurso) é constituído de enunciados que se constituem no eixo vertical – o nível do interdiscurso –, mas que só integrarão o discurso quando sofrerem a determinação da formação discursiva, já no nível do eixo horizontal.

Após essas considerações, é ainda necessário retomar Orlandi (1999, p. 31) para quem o interdiscurso “é o saber discursivo que torna possível todo o dizer [...], é o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de posição. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. É preciso que algo já tenha sido dito para que o sujeito possa (re)dizer, é preciso que as palavras já façam sentido para que o sujeito possa tomar posição e a partir disso enunciar.

Considerar que há um já-dito que sustenta a possibilidade do dizer “é fundamental para compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia” (ORLANDI, 1999, p. 32). Essas afirmações nos conduzem a remeter o discurso do MMC ao interdiscurso e observar as filiações dos dizeres, a historicidade<sup>34</sup>, sua significância, de modo que seja possível compreender os compromissos políticos e ideológicos que constituem a especificidade desse dizer.

Faz-se necessário apresentar também uma outra distinção, realizada por Pêcheux, com relação ao interdiscurso, e fazermos a passagem para o nível da formulação, apresentando a noção de intradiscurso, tal como definida pelo mesmo autor.

#### *4.1.1 Do pré-construído e do discurso transversal ao intradiscurso*

Pêcheux (1988) apresenta dois tipos de elementos do interdiscurso, a saber: pré-construído e articulação.

---

<sup>34</sup> Para Orlandi (1999, p. 68), historicidade não é a história refletida no texto em sua materialidade, é, ao contrário, o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele.

A noção de *pré-construído* é definida como o “‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 1988, p. 164). Esse termo designa aquilo que toma uma forma de universal, como se já estivesse posto, e é da ordem do “todo mundo sabe o que é”. Ou como escreve Maldidier (2003, p. 85), ao parafrasear um manuscrito de Pêcheux, “a presença-ausente de um ‘não-dito’ sem fronteira assinalável”.

Courtine (2009, p. 74) explica que o pré-construído designa uma “construção anterior, exterior, independente”. E remete “às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em uma dada situação”. Em nosso entendimento, há aí uma relação com a forma-sujeito da FD, ou melhor, há uma relação entre o pré-construído (‘o que cada um sabe’, as evidências de sentido universal) e a interpelação/identificação do sujeito ao sujeito universal (forma-sujeito) que impõe saberes como evidentes, universais. É essa relação que dá a evidência de ser sujeito, bem como, fornece a evidência de que o sentido só poderia ser aquele produzido pelo sujeito.

A *articulação* ou processo de sustentação “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 164). Essa noção tem relação com uma outra denominada de *discurso transverso*, uma vez que a articulação “provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso transverso no fio do discurso” (PÊCHEUX, 1988, p. 166). Para Maldidier (2003), o discurso transverso é aquele que “sintagmatiza” a relação entre os substituíveis.

Courtine destaca que “o interdiscurso, enquanto lugar de constituição do pré-construído, fornece os objetos dos quais a enunciação de uma sequência discursiva se apropria, ao mesmo tempo em que (ele) atravessa e conecta entre si esses objetos” (2009, p. 75). Assim, o interdiscurso “fornece” o já-sabido que emerge no discurso do sujeito, e também, ao mesmo tempo articula, conecta e atravessa os enunciados que farão parte da enunciação.

A articulação, portanto, provém da linearização do discurso transverso no eixo do *intradiscurso*. Este é definido da seguinte maneira: “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois)” (PÊCHEUX, 1988, p. 166).

O intradiscurso é compreendido “como o lugar onde se realiza a sequencialização dos elementos do saber” (COURTINE, 2009, p. 101), ou seja, é o lugar onde a dispersão interdiscursiva, regionalizada em FD, lineariza-se em uma superfície de enunciados

articulados. “O desnivelamento interdiscursivo dos [E] está linearizado, colocado em uma superfície única de [e] articuladas” (op. cit.). O intradiscurso é “o lugar onde se manifesta o *imaginário* no discursivo, isto é, onde o sujeito enunciador é produzido na enunciação como interiorização da exterioridade do enunciável” (idem, p. 102). Malidier (2003, p. 54), por sua vez, explicita que o intradiscurso só pode ser pensado em relação ao interdiscurso, e que ele não designa a realidade empírica do encadeamento discursivo.

O interdiscurso seria o eixo vertical – do nível do enunciado, da dimensão histórica do discurso – onde os enunciados se encontram dispersos, de modo que ao serem, pelo funcionamento da formação ideológica, regionalizados em FDs, podem vir a emergir como formulações no eixo horizontal, o intradiscurso – o nível da formulação, do sequenciamento – , linearizando-se no discurso.

#### 4.2 Memória Discursiva

Nesta seção, trabalharemos com a noção de memória discursiva, que nos permitirá observar as redes de dizeres, que circulam e deixam rastros quando os discursos se atualizam.

A noção de memória discursiva foi amplamente trabalhada por Courtine (2009), depois da releitura que realizou de Foucault (op. cit.). Essa noção está ligada ao eixo vertical, à repetição, ao esquecimento, ao apagamento e à denegação, conforme aponta Malidier (2003).

Para Courtine (2009, p. 103), “toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – *faz circular* – formulações anteriores, já enunciadas”. Toda a produção de um discurso, em determinada conjuntura histórico-social, põe em movimento enunciados anteriores, outras formulações que foram produzidas em outras conjunturas sob outras condições. Essas formulações irrompem/retornam como memória na atualidade dessa produção.

“A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]” (COURTINE, 2009, p. 106). No interdiscurso está todo o saber: o já-dito e o a dizer, que estão em uma dispersão, onde não é possível observar qual efeito de sentido predomina em relação aos outros possíveis. Na memória discursiva, os saberes já são próprios a determinadas práticas, ou melhor, os saberes já têm uma existência histórica, eles já significaram em relação às práticas

discursivas regradas por formações ideológicas correspondentes, não fazem mais parte de uma dispersão, daquilo que não podemos acessar e nem mesmo representar.

Conforme Agustine (2007), o interdiscurso é recortado em unidades significantes ao se fazer discursividade e assim constitui-se em memória discursiva.

[...] dizer ‘se tornar discursividade’ significa tornar-se discreto e fazer sentido. Para fazer sentido é preciso que outros sentidos (possíveis) permaneçam não-ditos e, assim, se apaguem para o sujeito. Esse processo de discretização se dá na e pela enunciação, no acontecimento do dizer que (re)atualiza as relações entre o linguístico e a história, nas redes de memória face ao não-dito. É assim que o interdiscurso se faz memória discursiva e produz uma ‘mexida’ nas redes de memória, instaurando o efeito de diferente, de outro dizer (AGUSTINE, 2007, p. 305).

A memória seria, então, constituída pelos sentidos possíveis de se tornarem presentes no acontecimento de linguagem. Na afirmação de Courtine: “a memória irrompe na atualidade do acontecimento” (1999, p. 103).

Pêcheux (2007, p. 52), por sua vez, explicita que “a memória discursiva seria aquilo que [...] vem reestabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. Articulando as explicações de Pêcheux, Courtine e Agustine, entendemos que a memória discursiva é constituída de enunciados historicizados próprios a determinadas práticas e possíveis de se fazerem discursividade, tornando-se uma das condições para a produção dos discursos.

Conforme um outro texto de Courtine (1999), conceber a existência da memória permite remeter a questões familiares à prática dos discursos. As análises realizadas nesta Dissertação, até o momento, nos permitem observar questões familiares à prática (política) dos movimentos sociais que lutam pela terra, como, por exemplo, inclusão social, cumprimento de leis que garantem direitos dos trabalhadores, educação, saúde etc.

Discutir sobre essas questões familiares à prática dos discursos torna o seguinte questionamento profícuo para a nossa pesquisa: “como o trabalho de uma memória coletiva permite, no interior de uma FD, a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento desses elementos de saber que são os enunciados?” (COURTINE, 2009, p. 106). Como, então, o trabalho da memória discursiva permite a lembrança, a repetição, a refutação de discursos-outros sobre a mulher ou sobre a terra, por exemplo? Como esses discursos retornam e quais efeitos produzem no discurso do MMC?

Consideramos, pois, que o trabalho da memória, no interior da FDMTC, faz movimentar diferentes fios discursivos que historicizados significam em relação à prática dos movimentos sociais. No entanto, devemos ter sempre em vista que

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos e de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 2007, p. 57).

Assim como o interdiscurso não é a mera designação dos discursos que existiram antes, a memória também não é. E isso é reiterado/marcado na afirmação de Pêcheux que precede. Discursos possíveis de se fazerem discursividade, em determinadas condições de produção, não são determinados por um invólucro fechado e pré-definido, antes, constituem um espaço de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos e de regularização, que dão à memória sua dinâmica discursiva.

Faz-se necessário retornar à explicitação realizada sobre o eixo do enunciado e eixo da formulação, para compreendermos uma outra noção relacionada a de memória discursiva, a saber: efeito de memória.

os objetos que chamamos ‘enunciados’ na formação dos quais se constitui o saber próprio a uma FD, existem *no tempo longo de uma memória*, ao passo que as ‘formulações’ são tomadas *no tempo curto da atualidade de uma enunciação*. É então, exatamente, a relação entre interdiscurso e intradiscurso que se representa neste particular efeito discursivo, por ocasião do qual uma formulação-origem<sup>35</sup> retorna na atualidade de uma “conjuntura discursiva”, e que designaremos como **efeito de memória** (COURTINE, 2009, p. 106).

A afirmação que precede pode ser relacionada com aquilo que estamos construindo neste capítulo. Uma formulação-origem proveniente do interdiscurso, ao ser historicizada no seio de determinadas práticas, passa a fazer parte da memória discursiva, e torna-se, portanto, possível de se fazer discursividade, e a cada nova atualização/formulação emerge como efeito de memória.

---

<sup>35</sup> A noção de formulação-origem não atribui, de modo algum, um “começo” ao processo discursivo, mas constitui o lugar onde se pode determinar, no desenvolvimento do processo discursivo, o surgimento de enunciados que figuram como elementos de saber próprios a uma FD (COURTINE, 2009, p. 112).

Para efeitos de análise, julgamos necessário eleger uma sequência discursiva como uma formulação-origem, e observar como a mesma retorna na atualidade do discurso do MMC. Essa discussão poderá ser observada nas seções que seguem.

#### 4.2.1 Memória e repetição

É de interesse para nossa pesquisa observar como a memória retorna no discurso do MMC. Já é célebre a frase de Courtine e Marandin (1981, p. 28) na qual afirmam que “les discours sont répétés ou plutôt il y a des répétitions qui font discours”<sup>36</sup>. Entretanto, repetir sem operar deslocamentos ou inscrever esse outro dizer na história é permanecer no mesmo. Para que exista produção de efeitos de sentido é necessário um jogo entre o mesmo e o diferente, a repetição e o deslocamento.

Recorremos novamente às afirmações de Courtine e Marandin (1981) e Courtine (1999). Os autores explicam que pode ser concebida uma dupla modalidade da repetição, a saber: de elementos em extensão, e vertical.

*A repetição de elementos em extensão* é da ordem de uma memória cheia, saturada. Éléments que nous repérons quand nous considérons un fragment de séquence discursive comme déterminé par un énoncé et y prenant place<sup>37</sup> (COURTINE e MARANDIN, 1981, p. 29).

Orlandi (2001, p. 181) denomina a repetição em extensão de *rede horizontal*, e apresenta o exemplo da Televisão. Nesta, as formulações se estendem sobre outras, tudo se dá no “nível da formulação e não atinge o nível da constituição do sentido de modo que não se sai do mesmo. Só se produz a variedade e não a mudança”. Assim, se uma formulação se transforma em várias outras, sem que se toque o domínio da constituição (que é onde um sentido poderia vir a se tornar outro), não haverá espaço para a interpretação, os sentidos não se filiam, só se estratificam, o sentido não desliza só se multiplica (cf. Orlandi, 2001, p. 182).

*A repetição vertical* que n’est pas celle de la série des formulations formant énoncé mais ce à partir de quoi ça répète, un non-su, un non-reconnu déplacé et se déplaçant dans l’énoncé<sup>38</sup> (COURTINE e MARANDIN, 1981, p.29). Em um outro texto, Courtine (1999, p. 21) acrescenta que esse tipo de repetição é ao mesmo tempo ausente e presente na série de

<sup>36</sup> “Os discursos são repetidos, ou melhor, há repetições que fazem discurso”. (tradução nossa).

<sup>37</sup> “Elementos identificados quando se trabalha com um fragmento de sequência discursiva como determinado pelo enunciado e aí tomando seu lugar”. (tradução nossa).

<sup>38</sup> “Não é aquela da série de formulações que formam enunciado, mas o que se repete a partir disso, um não-sabido, um não-reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado”. (tradução nossa).

formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma memória lacunar ou com falhas”.

Consideramos possível aproximar esses dois níveis da repetição à distinção realizada por Orlandi entre memória histórica e memória metálica.

→ A *memória histórica* seria aquela em que se considera “a língua com falha” e que “embora limitada em seus meios, não o é em seu funcionamento, produzindo o possível” (ORLANDI, 2007, p. 16). Esse funcionamento tem uma forte relação com a repetição vertical, que é da ordem de uma memória lacunar e com falhas.

→ A *memória metálica* seria uma memória (formal), pois ela “‘lineariza’, por assim dizer, o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições” (idem, p. 15-16). De acordo com Orlandi, a memória metálica se apresenta como ilimitada em sua extensão, só produz o mesmo, em sua variação, em suas combinatórias, seria aquela que não falha. Portanto, a memória metálica seria da ordem da repetição em extensão, cheia, saturada, sem espaço possível para falhas.

Essa relação entre a repetição vertical e a memória histórica, e entre a repetição em extensão e a memória metálica tem estreita ligação entre os níveis de paráfrase – o mesmo – e de polissemia – o diferente, ou seja, há uma ligação entre apenas repetir e/ou deslocar.

#### 4.2.2 O processo de repetição-paráfrase

Nos trabalhos de Orlandi, são várias as considerações sobre polissemia e paráfrase, pois, segundo a autora, é no jogo que se estabelece entre o processo parafrástico e o processo polissêmico que a produção da linguagem acontece. O processo parafrástico é aquele pelo qual em todo dizer há algo que se mantém. A paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços de dizer, ou seja, são produzidas diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. Há uma estabilização. Já na polissemia há um deslocamento, uma ruptura de processos de significação.

A paráfrase é considerada a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo. A polissemia, por sua vez, é considerada a fonte da linguagem, já que ela é a própria condição de existência dos discursos. “Se os sentidos não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (Orlandi, 1999, p. 38).

Há uma relação necessária entre esses dois processos, pois é na relação entre eles que a produção da linguagem vai acontecendo. O dizer se sustenta naquilo que já foi dito, e ao mesmo tempo opera deslocamentos devido à possibilidade de os sentidos serem múltiplos. Contudo, se a paráfrase, em determinada conjuntura, se sobressai, ficar-se-á muito mais no âmbito da repetição de elementos em extensão e da memória metálica, mas se a polissemia tiver maior espaço estar-se-á muito mais no âmbito da memória histórica e da repetição vertical.

Essa repetição vertical pode ser relacionada à paráfrase e à ressonância. Conforme os estudos de Serrani (1993), “uma das principais condições de possibilidade da análise do discurso radica-se na repetição. E um dos modos exemplares da repetição é a paráfrase” (idem, p. 13).

Nesses estudos, Serrani introduziu a noção de *ressonância de significação*. Ela afirma que há paráfrase “quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância – interdiscursiva – de significação que tende a construir a unidade imaginária de um sentido” (idem, p. 47).

A partir da noção de ressonância, a autora destacou que “para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua”. Ou seja, há ressonância entre os elementos mobilizados no processo de *repetição-paráfrase*, de modo que essa ressonância permite construir a realidade (imaginária) de um sentido. Ainda, a noção de ressonância permite considerar o sujeito da linguagem, já que “as unidades ressoam sempre para alguém” (SERRANI, 2003, p. 119).

A paráfrase é distinta de noções afins, tais como reformulação, glosa e anáfora, pois correspondem a níveis de análise diferentes. Conforme Serrani, a reformulação corresponde ao nível do intradiscurso. A glosa situa-se na passagem entre o intradiscurso e o interdiscurso. E a paráfrase é do nível do interdiscurso, pois “para definir como ressoam as unidades envolvidas, é fundamental que na descrição regrada de montagens discursivas [...] sejam postos em jogo discursos outros, como espaços virtuais de leitura do enunciado ou sequência descrita” (idem, p. 119).

As paráfrases, então, tal como explicita Serrani, ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações linguísticas.

#### 4.2.3 A repetição-paráfrase no discurso do MMC

O processo analítico deste capítulo leva em conta a fundamentação teórica até agora desenvolvida. Notadamente, selecionamos sequências discursivas que têm relação com a formação discursiva de referência delimitada no capítulo anterior (FDMTC). O modo como estamos mobilizando a teoria nos impõe, de imediato, que tenhamos clareza sobre um ponto importante: a necessidade de delimitarmos uma sequência discursiva de referência (*sdr*). É a partir da *sdr* que organizaremos os outros elementos desta parte do *corpus*.

*Sdr*. O Capital e o Patriarcado se entrelaçam para dominar e explorar.

([http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/folder\\_tbase2007.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/folder_tbase2007.pdf))

A escolha da *sdr* teve como suporte as análises empreendidas na definição da formação discursiva de referência, quando afirmamos que as margens da FDMTC são delimitadas na oposição e na refutação do discurso-outro: o discurso do capital, e da sociedade patriarcal e machista. Para nós, essa sequência de referência funciona conforme a noção de formulação-origem, explicitada por Courtine (2009). Ela não é o “começo”, “mas constitui o lugar onde se pode determinar, no desenvolvimento do processo discursivo, o surgimento de enunciados que figuram como elementos de saber próprios a uma FD” (idem, p. 112). A cada (re)atualização da formulação-origem temos um novo ressoar do já-significado.

Há no discurso do MMC um processo de reformulação-paráfrase, em que as (re)formulações retornam, via memória discursiva, por meio do processo parafrástico para se atualizarem como efeitos de memória no fio do discurso. O que nos inquieta nesse processo de reformulação-paráfrase, contingente ao discurso, é entender em qual dos eixos se inscrevem as formulações do MMC: o eixo vertical da memória histórica ou o eixo horizontal da memória metálica?

Sabemos que a repetição de elementos sem inscrição na história permanece no nível da memória metálica, pois simplesmente lineariza o interdiscurso, e reduz os discursos-outros a uma mera reformulação/acomodação de já-ditos. É posto que o discurso do MMC repete discursos-outros, constituindo-se fortemente heterogêneo, entretanto, há espaço para o deslocamento, para questionamentos, rupturas ou somente há repetição em extensão, com acomodação de já-ditos?

A partir da escolha da *sdr*, organizamos as sequências discursivas em recortes. Lagazzi (2009) explica que o gesto analítico de recortar visa ao funcionamento discursivo, e a compreensão do estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes. Visando, portanto, analisar o funcionamento discursivo, dividimos as análises deste capítulo em dois recortes. No primeiro, desenvolvemos uma discussão sobre a repetição-paráfrase e o retorno de pré-construídos. E, no segundo, observamos a determinação discursiva, discutindo como seu funcionamento permite que enunciados provenientes de outras regiões de saber possam ser (re)inscritos no discurso do MMC.

#### 4.2.3.1 Recorte I – a mulher como objeto da ação do homem

Neste recorte, analisaremos o processo de nominalização como uma maneira possível de pensar a manifestação do que é do nível do interdiscurso, na forma de pré-construído, no eixo intradiscursivo. Listamos as *sds* em bloco com o objetivo de observar o processo de repetição-paráfrase e como, neste processo, manifesta-se o pré-construído.

*Sd 38.* O Movimento de Mulheres Camponesas afirma a luta feminista, popular na perspectiva socialista e agroecológica, construindo uma nova sociedade com novas relações. Estas novas relações supõem compartilhar o poder, as riquezas e o saber, superando a dominação, a opressão, a exploração e a violência, cultivando o respeito e preservação entre os seres humanos e deste com a biodiversidade, a natureza. ([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha\\_defesa\\_vida\\_2008.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_defesa_vida_2008.pdf))

*Sd 39.* O contexto em que as mulheres camponesas e indígenas estão inseridas demonstra o quanto o respeito à vida, aos direitos humanos, ao acesso a terra e às políticas sociais como a saúde e a educação ainda estão longe de serem efetivadas. Ao contrário, observa-se como vai se acentuando a opressão, exploração, discriminação, dominação e violência sobre as mulheres. Estas acabam sentindo com mais intensidade as marcas da sobrecarga que constituem o cotidiano de suas vidas. ([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder\\_tbase2007.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder_tbase2007.pdf))

*Sd 40.* Lutar contra todas as formas de violência, opressão e discriminação é nosso dever enquanto mulheres e companheiras de luta! Combater a violência cometida contra as mulheres é uma tarefa de toda a sociedade. Basta de violência contra as mulheres. ([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/241110\\_25\\_novembro.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/241110_25_novembro.pdf))

*Sd 41.* Na esfera da cultura, a opressão e a discriminação sobre as mulheres sustentam-se pela ideologia burguesa machista, que, quando não consegue a hegemonia pelo convencimento das mulheres de que sua condição é esta e que deve ser assim, vale-se da repressão e da violência para oprimi-las. ([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha\\_defesa\\_vida\\_2008.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_defesa_vida_2008.pdf))

*Sd 42.* O processo de saúde-adoecimento está intrinsecamente relacionado com as condições de vida das pessoas, com o trabalho, o ambiente, ou seja, há um conjunto de questões que determinam e/ou condicionam os processos de saúde e de adoecimento das pessoas. No caso específico das mulheres e da população negra e indígena, além disto, pesa as marcas da opressão, dominação, exploração e violência que foi sendo imposta pela sociedade de classes e sustentada pela cultura racista e patriarcal.

([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha\\_defesa\\_vida\\_2008.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_defesa_vida_2008.pdf))

Nas sequências repetem-se substantivos: dominação, opressão, exploração, discriminação, repressão, que derivam de verbos indicativos de ações. Junto a esses ainda aparece, reiteradamente, o substantivo *violência* formando um processo de repetição-paráfrase de elementos que retornam aos mesmos espaços de saber, pois os substantivos relacionados pressupõem ação de alguém que causa dano sobre um outro alguém.

Embora na *sd 38* não localizemos na materialidade linguística o sujeito ou os sujeitos que sofrem a ação, a única marca é a referência ao discurso feminista, o que pressupõe que o gênero sobre o qual a ação se dá seja o feminino, nas *sds 39, 40, 41* pode-se observar que as ações de dominar, oprimir, reprimir, explorar, discriminar e violentar se dão “sobre as mulheres”, ou “contra as mulheres”. Isso acontece também na *sd 42*, mas nesta há o acréscimo de duas minorias étnico-raciais: a população negra e indígena, e nesta *sd* pressupõe-se que não se incluam somente as mulheres, mas também os homens: são as mulheres e as minorias raciais (nas quais se incluem os homens), portanto, que sofrem a ação. Essas considerações nos levam a questionar quem é esse sujeito que domina, oprime, explora, discrimina, reprime e violenta?

Entendemos que *a mulher* é uma marca presente na materialidade discursiva, e esta marca vai funcionar como pista para identificar o outro sujeito, que é “o homem”. Na sequência do nosso texto procuramos observar como determinadas marcas funcionam como pistas para identificarmos esse outro.

Começamos analisando as marcas linguísticas *mais* na *sd 39*, e *além disto* na *sd 42*. Essas marcas emergem como uma cicatriz do retorno do pré-construído, pois este, quase imperceptível – a presença-ausente –, impõe a realidade e a universalidade do sentido. O primeiro item – *mais* – amarra um discurso da ordem do “todo mundo sabe” que as mulheres têm tripla jornada de trabalho (filhos e marido/casa/emprego) e, por isso, *mais* marca uma diferença em relação a um outro sujeito, já que esse outro sentiria “menos” a intensidade do trabalho. Aqui, como analistas, associamos o efeito de sentido produzido pela marca *mais* ao efeito produzido pela marca *além disto* (na *sd 42*), pois, para nós, *além disto* diferencia as

mulheres e as minorias do outro<sup>39</sup>, produzindo o efeito de que a mulher e o outro sofrem, mas a mulher sofre mais e além do que o outro.

Nas *sds 41 e 42* as formulações *ideologia burguesa machista, e imposta pela sociedade de classes e sustentada pela cultura racista e patriarcal* carregam as marcas da FI em que o discurso em análise está inscrito, e apontam para o modo como se estrutura a formação social nas condições de produção desse discurso: uma sociedade de classes, sob a sustentação de uma família patriarcal.

O discurso do MMC ao fazer retornar o modo como se organiza a formação social aponta para o sujeito dos verbos listados. É por meio da nominalização que se constrói o efeito naturalizador do pré-construído. As formulações *cultura patriarcal* e *machista* permitem acessarmos a memória desse dizer e observar que a sociedade patriarcal tem o homem como o responsável pela família, ou seja, pelos filhos e pela mulher. No senso comum, é atribuída ao homem a responsabilidade de prover a alimentação, vestuário, educação, segurança. Às mulheres foram atribuídas as funções de cuidar dos filhos, da casa, do marido etc. Essas práticas de diferenciação daquilo que é competência masculina e o que é atribuição da mulher cristalizaram-se ao longo da história.

No discurso em análise, as práticas discursivas referentes à relação homem x mulher materializam-se sob a forma do pré-construído de que o homem é o responsável pela família e é ele também que, ao ocupar os lugares sociais de marido e de pai, impõe a dominação, a opressão, a repressão etc. É, portanto, próprio ao funcionamento do pré-construído, que não seja necessário dizer quem é o outro, pois isso é da ordem do “já-sabido”.

Tal é a força do pré-construído, que, ao percebermos seu funcionamento, conseguimos observar a relação, já referida anteriormente, entre ele e a forma-sujeito da FD, pois é essa relação que dá ao sujeito sua evidência de ser, e a evidência do sentido. Ou seja, o pré-construído são as evidências de sentido, e a forma-sujeito impõe essas evidências de sentido como universais.

Essa evidência de sentido que se impõe, pelo funcionamento da forma-sujeito da FD, como universal, pode ser observada na análise da *sd 43*.

*Sd 43*. Temos que compreender que a violência é sempre uma demonstração de poder contra outra pessoa, grupo, comunidade e com conseqüência danosa para a humanidade. A violência é tudo o que nos impede de liberdade, é todas as formas de

---

<sup>39</sup> A ambiguidade de nossa formulação “diferencia as mulheres e as minorias do outro” funciona de duas maneiras: no primeiro caso “as minorias” não fazem parte do “outro”, no segundo caso “as minorias” fazem parte do “outro”. Quem são as minorias? E quais são as minorias pertencentes ao outro? Não precisamos desfazer essa ambiguidade, pois esse efeito é, para nós, interessante.

proibição do agir e pensar, que nos oprime e explora, é não ter o direito de decidir por nós e sobre nós mesmas; são também, todas as ações que nos causam dor, sofrimento, doenças provocadas por alguém, podendo tanto, ser pessoa ou estrutura de poder como governos, igrejas associações diversas, etc....

([http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/241110\\_25\\_novembro.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/241110_25_novembro.pdf))

A *sd 43*, construída em primeira pessoa do plural, produz o efeito de generalização, mais uma vez, sob o retorno do pré-construído: quem comete a violência são os homens, ao passo que quem sofre são as mulheres. Expliquemo-nos: tanto a formulação *a violência é sempre uma demonstração de poder contra outra pessoa*, como o pronome pessoal “nós” e ainda o pronome indefinido “alguém” produzem na *sd* o efeito de sentido de que qualquer pessoa (independente de gênero) pode estar sujeita à violência, no entanto, a presença do feminino, na formulação *é não ter o direito de decidir por nós e sobre nós mesmas*, carrega a evidência do pré-construído de que é o homem o responsável por cometer violência, pois a variação de gênero em “mesmas” é o ponto onde o pré-construído cicatriza, e é por ali que podemos apreender o modo como se impõe para o sujeito do discurso do MMC a universalidade do sentido, ao ponto de tratar da violência como um produto proveniente da ação do homem.

Nem mesmo o deslizamento de sentido observado a partir da *sd 45* rompe com a evidência de que “é assim mesmo”:

*Sd 44*. O 08 de março historicamente foi demarcado pela mobilização, resistência e enfrentamento de milhares de mulheres no mundo, contra todas as formas de opressão, discriminação, exploração e violência a que eram submetidas.

([http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/desperta/desperta\\_2011\\_01.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/desperta/desperta_2011_01.pdf) 3)

Na *sd 44*, o pretérito em “eram submetidas” produz o efeito de *descolar* as mulheres do passado das mulheres do presente, ou melhor, produz o efeito de sentido de que há uma ação acabada, finalizada, resolvida. É possível sintetizar com a seguinte formulação: *as mulheres eram submetidas à discriminação, mas, não são mais*. A paráfrase que tenta saturar a memória discursiva e impedir a polissemia, nessa sequência, desliza, escorrega para um sentido outro, aquele que não pertence a esse domínio de saber: *as mulheres não são mais subjugadas pela ação do outro*<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Para nós, a análise realizada da *sd 44* mobilizou o efeito de sentido que se sobressai nas atuais condições de produção desse discurso. Entendemos que, assim como postulamos desde o início da dissertação, o sentido sempre pode ser outro. E, no caso desta *sd*, também é possível mobilizar um efeito de sentido de histórico, da história passada do 8 de março. Isso, pois, não negaria que ainda existe submissão.

Esse efeito de sentido deveria estar interdito na FDMTC e, no entanto, emerge produzindo um deslizamento de sentido. Essa formulação que produz o efeito de que as mulheres não são mais submetidas à exploração pertence a um domínio de saber antagônico ao discurso das mulheres camponesas. Esse saber não pode ou não deve ser dito, mas, mesmo assim, é dito.

Quando o discurso do MMC afirma que é preciso romper com a exploração, opressão, repressão, discriminação, dominação está apresentando sua posição frente àquilo que considera ser uma ação proveniente da ação do homem e do funcionamento da formação social. Isso daria legitimidade às reivindicações, pois há motivo para que exista luta: as mulheres são exploradas, dominadas etc. No entanto, ao afirmar “as mulheres eram submetidas” abre-se o espaço para uma posição que se contra-identifica àquela sustentada pelo movimento.

Para o discurso desse movimento social, que refuta o modo como se organiza em classes a formação social capitalista, esse equívoco deixa à mostra um sujeito vacilante entre aquilo que precisa dizer para afirmar-se e aquilo que, na atual conjuntura, poderia vir a ser dito, ou ainda, é possível de ser dito em outra formação discursiva.

Para nós, “atual conjuntura” está significando o progresso alcançado pelas mulheres brasileiras em termos de equiparidade frente aos homens com ingresso no mercado de trabalho, ocupação de lugares de destaque e chefia, direito ao voto e maior participação política. Isso poderia representar a “não submissão”. Porém, há que se ressaltar, que as relações sociais no campo se estabelecem de maneira diferente ou, pelo menos, mudam com menos rapidez que nos centros urbanizados.

Então, a formulação em análise lineariza uma possibilidade de dizer que as situações mudaram e não se constituem mais em relações entre o explorador e o explorado. Esse efeito de sentido emergiu mesmo quando não poderia ser dito.

Por outro lado, esse deslize, capaz de (per)furar a saturação, não é suficiente para produzir deslocamentos no discurso do MMC e instaurar a polissemia, pois tal é a repetição de elementos em extensão, que a estratificação da memória desse discurso faz ressoar sempre o mesmo.

O efeito de sentido possível de ser produzido diante dessa repetibilidade é que a mulher foi/é objeto da ação do homem, a mulher é vítima do outro. Isso é um efeito produzido pelo discurso do MMC, quando as mulheres se colocam como objeto da ação do outro. Em nosso entender, essa repetição é necessária haja vista que o processo de vitimização da mulher camponesa faz parte da necessidade de autoafirmação e consolidação desse discurso.

Retornando aos substantivos elencados, elaboramos um quadro em que é possível observar o espaço do pré-construído antes do nome/verbo.

Nominalização		Objeto	Pré-construído	Verbo/ação	Objeto da ação
Dominação Exploração Discriminação Opressão Repressão Violência	Sobre   contra	a(s) mulher (es) e as minorias  (índios e negros)	Os homens	Dominam exploram discriminam Oprimem Reprimem Violência	As mulheres e as minorias

No primeiro quadro, à primeira coluna colocamos os nomes, na segunda coluna colocamos as preposições que indicam sobreposição ou um desfavor de alguém sobre um outro alguém. E, na terceira coluna, colocamos esse alguém “desfavorecido”. No quadro seguinte ao primeiro, preenchemos aquilo que julgamos ser o espaço do pré-construído. O pré-construído de que o homem – o gênero masculino – é o responsável pela ação, ou seja, por dominar, explorar, discriminar, oprimir, reprimir, violentar – preenche os espaços antes do nome. Bem como, a mulher e as minorias, consideradas objetos da ação, preenchem os espaços depois do nome.

Os discursos sobre a opressão da mulher, sobre a exploração, a discriminação, a repressão, a violência fazem parte da exterioridade do enunciável, ou melhor, fazem parte do nível vertical já inscrito em práticas, e retornam, como pré-construídos, por meio dos enunciados de que o sujeito enunciador apropria-se para enunciar.

Relacionando a discussão sobre os pré-construídos com a *sdr*, observaremos que aquilo que está marcado lá na sequência de referência como *capital e patriarcado*, aqui retorna como o *homem*. Ou seja, já está lá na *sdr*, já foi dito em outro lugar, por isso esse retorno se dá sob a forma do já-sabido, e, portanto, não precisa ser dito novamente.

#### 4.2.3.2 Recorte II – a mulher e a sua ação

Queremos, neste recorte, observar como o discurso do MMC marca a ação das mulheres camponesas frente ao pré-construído de que o homem é o responsável por submetê-

las à violência e à exploração, por exemplo. O objetivo é explorar os funcionamentos discursivos diferenciados que emergem nas *sds*, para compreendermos como, mesmo na tentativa de reação, as mulheres fazem retornar em seu discurso pré-construídos que permanecem no nível da repetição-paráfrase. Para isso, listamos as sequências discursivas a seguir.

*Sd 45.* A identidade subalterna, construída nas mulheres, leva a frustração e muitas vezes a competição entre elas mesmas. Porque as mulheres precisam disputar um homem? Porque tanto investimento do capital para remodelar e fabricar mulheres “perfeitas”? ([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha\\_defesa\\_vida\\_2008.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_defesa_vida_2008.pdf))

*Sd 46.* A identidade subalterna, construída nas mulheres, leva à frustração e muitas vezes à competição entre elas mesmas. Mas por que tanto investimento do capital para remodelar e fabricar mulheres “perfeitas”?

Se elas precisam sempre estar concorrendo entre si, sendo mutiladas e enfeitadas para agradar o outro, é porque há um grande sentimento de inferioridade, que precisa ser superado. De fato, os homens são seres que se bastam a si mesmos...

([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder\\_genero\\_2008.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder_genero_2008.pdf))

*Sd 47.* Além disso, são forjados padrões e estereótipos que nos bombardeiam todos os dias pelos Meios de Comunicação de Massa. É nos imposto seguir o exemplo do padrão de boas donas de casa, mães exemplares, esposas servis e, também consumidoras. A cobrança sobre como temos que ser enquanto sexualidade não passa despercebida: o corpo esbelto e turbinado, sempre pronta para servir e agradar, senão “corremos o risco de sermos trocadas por outra” – como se não passássemos de uma Mercadoria mesmo. ([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/cartilha\\_violencia\\_2009.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/cartilha_violencia_2009.pdf))

*Sd 48.* Assim, as mulheres são impedidas de decidirem sobre suas vidas e seus corpos e induzidas, acima de tudo, por um sistema capitalista patriarcal que nos põe umas inimigas e concorrentes com as outras. Mulheres camponesas: caminhando rumo à superação da violência Quando tomam atitudes que quebram com algumas imposição são criminalizadas e punidas.

([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/cartilha\\_violencia\\_2009.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/cartilha_violencia_2009.pdf))

Neste momento da discussão, vamos retornar à questão da determinação discursiva, trabalhada, de maneira muito breve, no Capítulo III, com o objetivo de compreender como determinantes discursivos saturam as expressões de maneira a qualificá-las como elementos de dizer ideologicamente identificados à FD que afeta o discurso em que tais expressões ocorrem (INDURSKY, 1997, p. 180).

A operação de determinação discursiva satura o nome e habilita-o a ocupar um lugar em uma sequência discursiva. Para Indursky (1997), um adjetivo justaposto a um substantivo

funciona como modificador de sua extensão, contribuindo para ampliar a compreensão, limitando a extensão e promovendo a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito da sequência discursiva.

Indursky (1997) explica que o sujeito é compelido, pela formação discursiva que o afeta, a saturar o substantivo. Segundo a autora, a determinação discursiva é uma seleção de cunho ideológico, e não uma escolha individual, pois é regulada pela forma-sujeito da FD em que o sujeito está inscrito e, portanto, é um modo de representação na linguagem da filiação ideológica desse discurso.

Ao apresentar algumas considerações de Haroche (1984) sobre o sujeitamento, Indursky (1997) escreve que essa autora examina a questão da interpelação através dos fundamentos e das modalidades do funcionamento da interpelação na língua. Para Haroche, “a determinação permite-nos reencontrar a inscrição do sujeito na língua, através das posições subjetivas que este ocupa no discurso” (1984, p. 168 *apud* INDURSKY, 1997, p. 179). Indursky (*idem*, p. 179), por sua vez, prefere substituir o termo posições subjetivas e pensar a determinação discursiva como posições de sujeito afetadas por FDs específicas.

A determinação discursiva, conforme Indursky (*idem*), é um processo bastante complexo e para analisá-lo é necessário decompô-lo em três níveis: o intradiscursivo, o intersequencial e o interdiscursivo.

O nível intradiscursivo da determinação discursiva pode ser observado quando o dito é plenamente determinado, estabelecendo o limite do dizer. O nível intersequencial é observado quando as diferentes determinações intradiscursivas dispersas no *corpus* evidenciam a construção de um processo discursivo. E o nível interdiscursivo é observado quando o intradiscorso é relacionado com o interdiscorso, e o dito passa a fazer contraponto com o não dito.

De acordo com Indursky (*idem.*), a saturação dos nomes sofre as coerções da FD em que as formulações são empregadas, de modo que sejam adequadas à formação ideológica em que o discurso está inscrito. No caso de nosso trabalho, o funcionamento do *corpus* exige um pequeno redirecionamento das considerações trazidas da autora referida. Enquanto Indursky analisa os determinantes da própria formação discursiva que abriga o discurso dos presidentes militares, nós analisaremos os determinantes que não são da FDMTC, mas que são trazidos para o discurso do MMC para serem negados.

Passemos, então, à discussão.

### Determinação intradiscursiva

A saturação promovida pela determinação intradiscursiva vai assegurar coerência ideológica ao já-dito (INDURSKY, 1997). A referida autora, ao analisar o discurso presidencial da República Militar Brasileira, explicou que a saturação discursiva dos itens lexicais *democracia e brasileiros* se fez obrigatória para que as sequências pudessem se contrapor a um conjunto de enunciados pré-construídos que circulavam no interdiscurso.

No *corpus* em análise, o caso do determinante discursivo “*perfeitas*”, que aparece junto ao item lexical *mulher* nas formulações das *sds* 45 e 46, está marcando a presença do discurso do outro, que é trazido para ser negado, pois o uso das aspas evidencia que isso não pertence ao discurso do MMC.

Por outro lado, são as próprias aspas que constroem o efeito de contraposição, pois elas permitem que se instaure um questionamento ao próprio determinante. E assim abre-se espaço para o sentido outro, para o efeito de sentido de que, mesmo havendo investimento do capital, as mulheres não são perfeitas. São as aspas, portanto, que asseguram a coerência ideológica ao dito e a identificação à FDMTC.

### Determinação intersequencial

Na determinação intersequencial são relacionadas diferentes determinações intradiscursivas, que estão dispersas nas *sds*. Não parece o caso das sequências que selecionamos, pois não encontramos determinantes para o item lexical *mulher* nas *sds* deste recorte, e isso não nos permite trabalhar com uma matriz parafrástica, entretanto, não nos impede de observarmos o processo discursivo que esse item instaura no discurso em análise.

O item lexical *mulher* sofre nas *sds* a substituição por outros itens como *donas de casa, mães e esposas*. Essa substituição, porém, não invalida a paráfrase e a saturação do primeiro item – *mulher* – que é o referente de itens como *perfeitas, boas, exemplares, servis*. Vejamos no quadro abaixo:

Item lexical	Determinante discursivo
Mulheres { Donas de casa Mães Esposas	“perfeitas” Boas Exemplares Servis

Em nosso entender, os determinantes discursivos elencados saturam o nome, de modo que o item mulher adquire um contorno, uma extensão, ou, como explica Indursky (1997, p. 183), “a especificidade de sua referência foi construída discursivamente”. Essa especificidade, em nosso *corpus*, se constrói com a apropriação da voz do outro, pois “mulher boa, exemplar servil”, não pertence à FDMTC, mas aí retorna para ser refutada. Na apropriação/refutação do discurso-outro, vai se construindo discursivamente o confronto de posições-sujeito, inscritas em FDs antagônicas.

O uso de aspas em “*perfeitas*” produz esse efeito de refutação, já em *boas e exemplares* produz-se um efeito de sentido pejorativo, porém, o efeito de refutação só se completa com o determinante discursivo *servis*, que acompanha o item lexical *esposas*. Essa formulação, *esposas servis*, produz o efeito de sentido de que a mulher é uma subordinada e deve estar sempre pronta para desenvolver suas tarefas. Essa afirmação não faz parte da FDMTC, mas é dita para que o processo discursivo se construa, ou melhor, é necessário que o pré-construído em outro lugar e pertencente a uma outra região de saber esteja marcado no discurso do MMC, pois é esse dito que permitirá que as formulações dos saberes próprios à FDMTC se linearizem.

Embora a determinação intersequencial observada em nosso *corpus* seja um pouco diferenciada daquela explicitada por Indursky, julgamos que a construção do processo discursivo pode ser observada por esse viés analítico, e que o modo como o discurso do MMC satura o item lexical mulher, conforme observamos em mais de uma sequência, constrói a extensão da referência desse item para que ele possa participar coerentemente no interior da FD em que o discurso das mulheres camponesas está inscrito.

#### Determinação interdiscursiva

Vimos que na determinação intradiscursiva, o sujeito do discurso do MMC satura o nome de modo a inscrevê-lo adequadamente em uma sequência discursiva, já a determinação intersequencial habilita o nome a participar coerentemente na FD que abriga esse discurso. Na determinação interdiscursiva há a necessidade de observarmos a relação entre intra e interdiscurso.

De acordo com Indursky (1997, p. 185), a determinação interdiscursiva decorre das “relações que a sequência discursiva estabelece com seu exterior constitutivo, ideologicamente identificado com a FD pela qual a sequência discursiva em questão está afetada”. Para observarmos as relações do item *mulher* com a sua exterioridade constitutiva,

buscamos analisar também a determinação discursiva de um outro item lexical – *corpo* – que sofre a saturação dos adjetivos *esbelto* e *turbinado*, na *sd 47*.

Ao relacionarmos as *sds 45, 46 e 47*, observamos que a determinação intersequencial, mesmo não agindo somente sobre um item lexical, permite estabelecer uma relação entre os itens lexicais *mulher* e *corpo*. Este, ao sofrer a saturação, reivindica o estabelecimento de relação com o item lexical *mulher*. É preciso dizer que esse é um funcionamento próprio a esse discurso. Em um outro discurso essa relação pode ser estabelecida com outros itens.

Salientamos também que essa relação, que se apresenta tão óbvia, é um pré-construído, pois ao formularmos “corpo da/de mulher”, ou então, ao relacionarmos o nome *mulher* ao nome *corpo*, somos, por assim dizer, vítimas da universalização própria ao pré-construído, já que é *natural* justapor à discussão sobre o “corpo” a discussão sobre a “mulher”.

Para que se estabeleça esse tipo de relação, é necessária a mobilização das condições de produção, que vão agir delimitando o sentido, e do interdiscurso, que possibilita que o dizer seja dito, a partir de uma FD. Assim, é possível estabelecer a relação entre mulher x corpo, na conjuntura em que esse discurso emerge.

A determinação interdiscursiva, conforme Indursky (1997, p. 186), em seu esforço de saturação, acaba por transformar-se, nesse nível de análise, em um vestígio dos discursos silenciados pelo sujeito do discurso. Segundo a autora, nesse nível da determinação discursiva, o sujeito do discurso não apenas define seu dizer, mas também define o não-dito, no interior de uma mesma FD.

O exame da determinação discursiva em terceiro nível mostra que o mesmo gesto verbal, que leva o sujeito do discurso a saturar adequadamente seu dizer para que este corresponda com coerência ao que pode ser dito no âmbito referencial da FD pela qual é afetado, também o leva a definir o não-dito, que permanece recalcado no interdiscurso específico de sua FD. (idem, p. 186)

Na sequência dessas considerações, a autora faz referência a um trabalho de Orlandi sobre o silêncio, em que há uma tematização sobre a questão do dito/não dito. Assim, “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo, apagam-se necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 1993, p. 11<sup>41</sup> *apud* INDURSKY, 1997, p. 186). Entretanto, a pesquisa de Orlandi diferencia-se das afirmações de Indursky, pois a primeira examina o funcionamento do dito/não-dito

---

<sup>41</sup> ORLANDI, Eni P. ... Mais on le signifie quando môme.

para definir as fronteiras entre as FDs, já a segunda examina o funcionamento do dito/não-dito em *um mesmo espaço discursivo*, ou seja, no interior de uma única FD. Para Orlandi, o não-dito é necessariamente excluído, já para Indursky, o não-dito é necessariamente recalcado pelo viés da determinação discursiva.

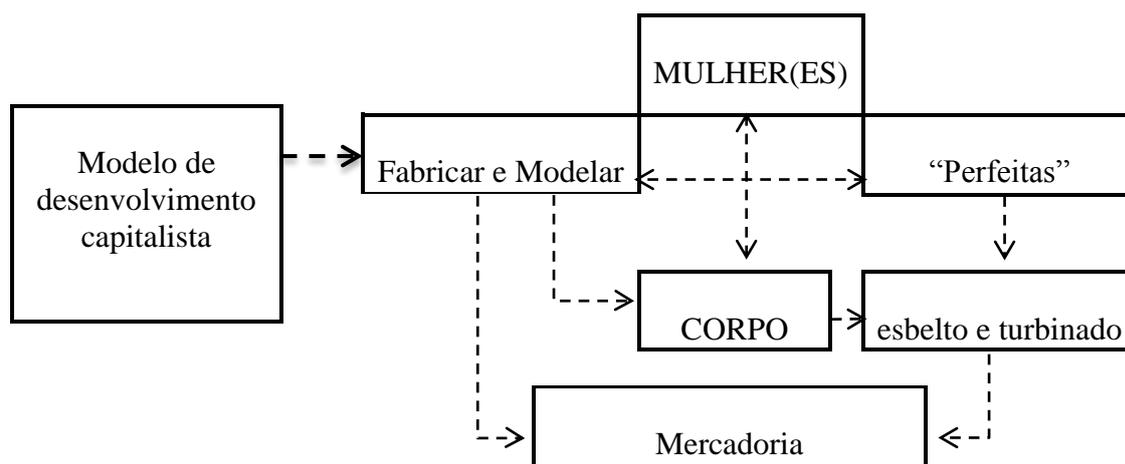
Em nosso trabalho, julgamos que a determinação interdiscursiva deve ser examinada tendo em vista o contato entre FDs antagônicas, em um mesmo espaço de saber. Observando-se, pois, aquilo que é necessariamente dito no interior de uma FD, para que algo seja negado, refutado. Novamente marcamos a diferença entre as determinações analisadas por Indursky (op. cit.), que dizem respeito aos dizeres que são da FD, e as determinações que estamos analisando, que dizem respeito aos dizeres que não pertencem à FDMTC.

A formulação “*o corpo esbelto e turbinado, sempre pronta para servir e agradar*”, é necessariamente dita e irrompe no fio do discurso do MMC linearizando um enunciado dito em uma região de saber divergente, para que, por meio de um encaixe discursivo, os saberes próprios à FD em análise possam contrapor-se, refutando o discurso-outro, que não deve fazer parte desse domínio de saber.

A determinação sofrida pelo item lexical *corpo* define a extensão da dimensão simbólica que “o corpo” tem no discurso do MMC. Nesse discurso, “corpo esbelto e turbinado” remete ao corpo da mulher, haja vista a sequência da formulação: “sempre pronta para servir e agradar”. Mas não ao corpo da mulher camponesa, pois essa não deve ser subserviente, servil etc.

Feitas essas relações entre as sequências, passamos a observar a determinação interdiscursiva. Esta será analisada de acordo com o funcionamento de nosso *corpus*.

Durante a escritura desta Dissertação, temos afirmado que o discurso do MMC procura negar o discurso do outro para afirmar o que lhe é próprio. Para que isso se dê, aquilo que vem de outros domínios de saber é linearizado no eixo intradiscursivo, de modo que o questionamento, a refutação, a negação possam ser instaurados. Tendo em vista essa materialização do discurso-outro, a partir das *sds* listadas no início do recorte, elaboramos o esquema abaixo para observar a relação que se estabelece entre intradiscurso e interdiscurso.



Do lado esquerdo do esquema está o modelo de desenvolvimento capitalista. O item lexical *mulher(es)* ocupa a parte superior, pois ele é o referente discursivo dos outros itens elencados. Do lado esquerdo ao item *mulher(es)*, colocamos dois verbos *fabricar e modelar*, do lado direito, o determinante “*perfeitas*”. Abaixo de “*mulher(es)*”, colocamos o item lexical *corpo*, juntamente com os determinantes “*esbelto e turbinado*”. Em seguida, funcionando como o ponto de encontro entre os lados esquerdo e direito, aparece o item lexical “*Mercadoria*”.

Nessa representação esquemática, procuramos sistematizar as discussões anteriores, assim, entendemos que as mulheres camponesas atribuem ao modelo de desenvolvimento capitalista algumas ações consideradas negativas como, por exemplo, a exigência de que o corpo feminino persiga um ideal de beleza. Para tanto, segundo as mulheres, o capitalismo fabrica e modela um ideal de perfeição, que nada mais é do que um corpo esbelto e turbinado. Um corpo assim modelado é o corpo socialmente aceito, pois teria o formato adequado, ou melhor, teria a forma adequada ao sistema, uma forma de mercadoria.

Estão presentes no interdiscurso determinados discursos sobre a mulher, em que seu corpo aparece associado à beleza, à sedução, à sensualidade e à sexualidade. Enunciados que tratam dessas questões, sustentam dizeres relativos à mulher e seu corpo, e aparecem como naturais: é “natural” que se discuta a questão do “corpo esbelto e turbinado” tendo-o como referente à mulher, e não haja referência à questão do corpo masculino. De modo que, é possível preencher o espaço no início da formulação do seguinte modo “*a mulher deve ter um corpo esbelto e turbinado*”.

O esquema, acima construído, é representativo do retorno do interdiscurso no intradiscurso, ou seja, ressoam no discurso do MMC discursos que foram sendo sedimentados

ao longo de um processo em que o corpo passou a ser concebido como um objeto/mercadoria, e a ser explorado com o objetivo da lucratividade. Daí a necessidade da “perfeição”.

Na medida em que o discurso do MMC questiona o investimento realizado pelo capitalismo para fabricar e modelar um ideal de perfeição, também instaura o questionamento à imagem de que para ser perfeito um corpo deve ser esbelto e turbinado. E, com isso, materializa em seu discurso o modo como o corpo da mulher entra no processo de produção, onde tudo o que interessa é forma, ou seja, a mercadoria, a partir da qual se obterá o lucro. Poderíamos representar do seguinte modo:

Capitalismo	Fabricar e modelar	Mulheres	Perfeitas	Mercadoria
		Corpo	Esbelto Turbinado	

A partir disso retornamos à questão da determinação interdiscursiva. Até agora, observamos aquilo que está materialmente marcado, ou seja, o modo como, para o MMC, o capitalismo concebe o corpo da mulher. A saturação realizada por esse discurso faz com que as formulações observadas correspondam coerentemente ao modo como os dizeres próprios à FDMTC negam o discurso-outro. Mas essa saturação também é o vestígio do não-dito, daquilo que só pode ser observado com a mobilização do interdiscurso. Ou seja, é silenciado que também se tem exigido um corpo perfeito do homem.

Esse silenciamento funciona como uma justificativa para que seja instaurada uma outra discussão, que tem como ponto principal a relação mulher *versus* mulher. Vejamos as formulações:

<b>Competição</b> entre elas mesmas (sd 45)
Precisam <b>disputar</b> um homem (sd 45)
Precisam sempre estar <b>concorrendo</b> entre si (sd 46)
Umam inimigas e <b>concorrentes</b> com as outras (sd 48)

Nas formulações é possível observar que há uma rivalização de uma mulher *versus* outra mulher. As marcas discursivas desse embate aparecem destacadas em negrito. Transformando os itens lexicais negritados em verbos, teremos o seguinte: *competir*, *disputar*, *concorrer*. Esses verbos são indicativos de que há um outro sujeito envolvido na situação,

pois a competição, a disputa ou a concorrência só vão se concretizar se mais de um sujeito estiver envolvido nessas ações.

As próprias mulheres camponesas se questionam sobre a disputa/concorrência/competição com outra mulher. Como se pode observar, esse processo de rivalização não é diretamente relacionado ao homem. Entretanto, essas questões vêm ao encontro da discussão realizada acima, quando desenvolvemos uma análise dos itens lexicais *mulher* e *corpo*. O “corpo perfeito” é parte da rivalização que se estabelece de uma mulher em relação à outra. Aquela que estiver “com tudo em cima”, larga na frente na busca por um parceiro do sexo masculino.

Postas essas considerações, é necessário realizar uma retomada. Estamos afirmando que, a partir das análises deste recorte, é possível observar um processo de rivalização de mulher *versus* mulher. A formulação “corremos o risco de sermos trocadas por outra” (*sd* 48) evidencia o temor sentido pelas camponesas de perderem seus homens para as suas semelhantes.

Entendemos que o discurso do MMC, ao mesmo tempo em que responsabiliza o homem, o sexo oposto, como o culpado pela opressão, discriminação etc., contraditoriamente, assume que as mulheres entram em conflito, chegando mesmo a disputar, competir e concorrer entre si, por causa dos homens.

Entretanto, é preciso observar que a própria disputa entre as mulheres é atribuída ao outro, pois nas *sds* deste recorte ocorre o mesmo funcionamento do recorte I. Vejamos:

<b>Estrutura da passiva</b>	<b>complemento agente/pré-construído</b>
<p>construída nas mulheres são forjados padrões e estereótipos é nos imposto são impedidas de decidirem [...] e induzidas são criminalizadas e punidas</p>	<p>por um sistema capitalista patriarcal</p>

Transformando a estrutura passiva para a estrutura ativa teremos o seguinte:

Pré-construído/sujeito da ação	Ação	Objeto da ação
O capital O homem	Construir Forjar Impor Impedir Induzir Criminalizar Punir	As mulheres

No recorte I, dissemos que há um pré-construído de que é o homem o responsável por subjugar a mulher, oprimindo-a, violentando-a, reprimindo-a etc. Neste recorte, ao analisarmos as estruturas sintáticas das *sds*, observamos que os agentes da passiva conduzem ao mesmo agente das nominalizações analisadas no recorte anterior.

Assim, diante das estruturas presentes no primeiro quadro, nos perguntamos: “por quem?”. A resposta a esse questionamento aparece materializada linguisticamente somente na *sd 49*, nas outras *sds* ela aparece como um pré-construído, como uma construção anterior. Mas na *sdr*, delimitada no início das análises deste capítulo, o pré-construído aparece marcado. Ou seja, é já-lá que o sistema capitalista (capital) e a sociedade patriarcal (homem) são os responsáveis por construir nas mulheres uma identidade subalterna, forjar padrões e estereótipos, impor um padrão, impedir que decidam sobre as suas vidas etc.

Entendemos que essa discussão só é possível com a mobilização da memória discursiva, pois é ela que permite acessar os enunciados já inscritos nas práticas do MMC e, desse modo, observar como se discursivizam esses pré-construídos provenientes do interdiscurso, em um novo (ou velho) processo de repetição-paráfrase.

#### 4.3 Amarrando as pontas

Neste capítulo, desenvolvemos considerações, especialmente, sobre interdiscurso, pré-construído e memória discursiva, e também realizamos uma discussão em torno do processo de repetição-paráfrase.

Observamos que o discurso do MMC retorna a discursos já inscritos em determinadas práticas, e repete elementos em extensão na medida em que sempre retorna ao mesmo espaço de dizer “**negar/refutar/contrapor o discurso-outro** (discursos do e sobre o capitalismo e

sobre o gênero masculino) **para afirmar o que é seu**". Assim, esse discurso permanece, como observamos nos recortes, no nível horizontal.

O processo parafrástico, portanto, se sobressai à polissemia, e o discurso do MMC permanece na ordem da memória metálica. Ao mesmo tempo, esse discurso é da ordem da ruptura, da ordem da memória histórica, da repetição vertical, pois ao refutar, repelir, negar o discurso hegemônico da sociedade patriarcal e capitalista, acaba instaurando o sentido outro, e movimentando a memória discursiva.

O MMC, de dentro da sociedade capitalista e patriarcal resiste à dominação, dentre outras maneiras, por meio do seu discurso. Carregando para dentro de sua enunciação, enunciados de resistência ao sistema capitalista patriarcal, o discurso do MMC parafraseia, repete e reinscreve em uma nova ordem histórica o discurso da luta pela terra, o discurso pela proteção ambiental, o discurso da família como célula da sociedade, o discurso das minorias étnicas e raciais, o discurso dos excluídos...

No próximo capítulo, que é uma extensão deste, desenvolveremos considerações sobre *gesto* e prática simbólica a partir da análise de algumas fotografias.

## 5 O GESTO COMO PRÁTICA SIMBÓLICA DO CORPO

Neste capítulo, desenvolveremos considerações sobre o funcionamento discursivo do gesto, que, no caso desta discussão, é o gesto das mulheres camponesas de posar para a fotografia. Queremos compreender como significa esse ato, que, mediado pelo simbólico e atravessado pelo histórico, mobiliza diferentes efeitos de sentido.

### 5.1 A cena e o gesto: efeitos de sentido

Pretendemos tecer considerações sobre o movimento corporal-discursivo de posar para a lente de uma câmera fotográfica, que pôde ser observado em uma série de fotografias encontradas no *site* do MMC. A partir da seleção do *corpus*, inquietou-nos a questão da encenação – cena e ação.<sup>42</sup>

As mulheres camponesas, em diferentes cenas, atuações e cenários, posam para a fotografia. Esse ato de posar (encenar) é compreendido, a partir de Pêcheux (1993a, p. 78), como um *gesto*. Para Pêcheux (*idem*), “existe um sistema de signos não-linguísticos tais como, no caso do discurso parlamentar, os aplausos, o riso, o tumulto, os assobios, os ‘movimentos diversos’”, que são *gestos* – “atos no nível do simbólico”. Não estamos tratando do discurso parlamentar, mas essa citação pode ser deslocada para o âmbito do nosso trabalho.

No discurso do MMC, também existe uma sistema de signos não-linguísticos. Já mostramos no Capítulo II a simbolização de objetos físicos como o lenço lilás, o chapéu de palha, a cor lilás, entre outros. Além desses, entendemos que existem “movimentos diversos”, tais como o riso, o olhar, o abraço etc. que, ao serem direcionados com o objetivo de que sejam capturados em imagem, também passam a fazer parte desse sistema de signos não-linguísticos.

Esses *atos* não são compreendidos de maneira empírica, mas como integrantes das práticas discursivas do MMC e, portanto, o processo de discursivização dos mesmos é mediado pelo simbólico e regulado pela FDMTC.

Orlandi (2007, p. 55), ao escrever sobre texto e discurso, sublinha que em Análise de Discurso trabalha-se com a historicidade do texto, ou melhor, “trata-se de compreender como

---

<sup>42</sup> Não faremos considerações sobre a natureza imagética das sequências discursivas, pois, neste momento, o que nos interessa é olhar para aquilo que se textualiza a partir das imagens.

a matéria textual produz sentidos”. No caso das fotografias que serão analisadas, entendemos que é possível pensar a historicidade dos gestos. Não se trata, pois, de afirmar que há um sentido para as imagens, mas que há um trabalho dos sentidos que, nessas materialidades, passa fundamentalmente pelo modo como interpretamos a gestualização das mulheres camponesas.

O gesto, tal como o estamos pensando discursivamente, e em função do *corpus* selecionado, implica ainda uma discussão sobre o corpo. Não é do corpo biológico, nem dos movimentos mecânico-corporais que estamos tratando, mas do corpo tomado pela significação, tomado pelo simbólico.

De acordo com Orlandi (2001, p. 9), “corpo e sentido se atravessam [...]. E, por ser um ser simbólico, o homem, constituindo-se em sujeito pela e na linguagem, que se inscreve na história para significar, tem seu corpo atado ao corpo dos sentidos”. Ainda conforme a autora,

o corpo do sujeito e o corpo da linguagem não são transparentes. São atravessados de discursividade [...]. Não há corpo que não seja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos de subjetivação nos quais as instituições e suas práticas fundamentais, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos. Dessa forma é que pensamos que o corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo do social e isto também não lhe é transparente. (idem, p. 10)

O corpo de que estamos tratando é, então, resultado da inscrição na história e da filiação às redes dos dizeres. Tendo isso em vista, entendemos que as fotografias devem ser concebidas como formulações que se desenham “em circunstâncias particulares de atualização, [...] por gestos de interpretação e através de discursos que lhe emprestam ‘corpo’. [...] Pela noção de gesto, temos a prática simbólica como prática do corpo e que se corporeifica no textual” (idem).

Chegamos a uma definição importante para este trabalho: o gesto é uma prática do corpo atravessado pelo simbólico, assim, o gesto é um dizer do corpo, que produz diferentes efeitos de sentido, dependendo das condições em que for mobilizado.

Entendidas as questões sobre gesto e corpo, faz-se necessário, para a discussão sobre os efeitos de sentido, novamente, a mobilização da categoria da memória discursiva. Já que esses efeitos formam uma cadeia significativa. Indursky (2011, p. 187), ao escrever sobre uma representação imagética, produzida pela grande imprensa, de um dos líderes do MST, afirma que, na interpretação, os sentidos anteriores são fortemente mobilizados.

Em relação às fotografias tiradas das integrantes do MMC e ao modo como observamos aquilo que se materializa por meio das imagens, é necessário levar sempre em conta a necessidade da mobilização dos sentidos anteriores, já inscritos nas práticas discursivas do MMC.

Para Pêcheux (2007), a memória funciona estruturando a materialidade discursiva complexa, como é o caso da fotografia, especialmente, aquelas em que há texto verbal e imagem. A essa questão da estruturação, de acordo com o próprio autor, estende-se em uma dialética da repetição e da regularização, haja vista que é a memória que vem reestabelecer os “implícitos” de que a leitura necessita, tornando-se/constituindo-se a condição do legível em relação ao próprio legível.

Ressaltamos que estamos entendendo “implícitos” como o retorno do histórico, da historicidade, na materialidade discursiva. É preciso dizer também que no discurso do MMC existem alguns deslocamentos que desestabilizam a regularidade da memória, fazendo emergir o sentido-outro.

Pêcheux (2008) explica que um discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe e que, por isso mesmo,

só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-estruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (idem, p. 56).

É desse modo que olhamos para o discurso do MMC, ou seja, consideramos a possibilidade sempre presente de desestruturação-estruturação das redes de memória e dos trajetos sociais. E, portanto, a questão da *repetição*, como elemento formador da regularização, cuja discussão se iniciou no capítulo anterior, nos ajuda a compreender as agitações nas filiações sócio-históricas e como elas podem levar ao deslocamento.

Em Pêcheux (2007 p. 53), a repetição é, antes de tudo, “um efeito material que funda comutações e variações, e assegura [...] o espaço da estabilidade”. Acrescenta o autor que a recorrência/repetição pode também caracterizar uma divisão da identidade de um item (palavra, frase etc.). “Sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva [...]. Uma espécie de repetição

vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (idem.).

A partir de Courtine Marandin (1981), explicitamos que a repetição vertical é aquela do nível da memória histórica, onde os sentidos se filiam, onde existem lacunas e espaço para falhas. Entendemos que o *corpus* recortado para este capítulo pode ser observado a partir da repetição vertical, tendo em vista a filiação aos dizeres já-ditos e aos possíveis deslizamentos.

Conforme Indursky (2011b, p. 76), “os sentidos, à força de se repetirem, podem acabar por se modificar, de modo que as redes discursivas de formulação, formadas a partir de um regime de repetibilidade, vão recebendo novas formulações que, ao mesmo tempo em que vão se reunindo às já existentes, vão atualizando as redes de memória”.

No decorrer de nossas análises do discurso do MMC, observamos que se repetem enunciados em que há oposição aos saberes próprios ao capitalismo, ao patriarcalismo, ao agronegócio, bem como, há a afirmação dos saberes que propõem mudanças nas relações de trabalho, valorização da mulher, Projeto de Agricultura Ecológico, entre outros. A repetição tanto dos enunciados negados, quanto dos enunciados afirmados é que abre a possibilidade dos sentidos se tornarem outros. Além disso, é a condição de interpretação das imagens. Pois, conforme Indursky (2011a, p. 187), “o discurso não-verbal precisa ancorar-se em sentidos já-lá, que já tenham entrado em circulação em determinado momento”.

Realizada a fundamentação teórica, passamos a trabalhar com as sequências discursivas. Para esta análise, dividimos o trabalho em três recortes. Nomeamos o recorte I de “corpo que fala”, o recorte II de “corpo que sofre” e o recorte III de “corpo que sorri”.

Há nas *sds* recortadas para este capítulo sempre algo que se repete: são mulheres. No primeiro recorte, a mulheres estão grávidas, e, portanto, prestes a gerar uma vida. Nos recortes seguintes, também são mulheres, mas desta vez, seguram um objeto que simbolicamente representa um esqueleto infantil, que produz o efeito de morte. Todas as fotografias foram postadas no *site* num álbum nomeado de “atividades realizadas no 08 de Março”. Conforme observado, as imagens dizem respeito às manifestações realizadas pelo MMC no Dia Internacional da Mulher no Ano de 2010.

É importante destacar que a captura das imagens foi realizada em momentos em que as mulheres sabiam que estavam sendo fotografadas.

Passemos, pois, a observar efeitos de sentido que se discursivizam a partir de *gestos* das mulheres camponesas.

### 5.1.1 Recorte I – corpo que fala

Este recorte constitui-se de uma fotografia e de uma sequência linguística. O recorte recebeu o nome de “corpo que fala”, por considerarmos que o corpo é dito e diz. Para Leandro Ferreira (2011, p. 97) “não há como separar corpo e palavra, pois um não prescinde do outro e ambos são mutuamente afetados. Pode-se então falar de efeitos do corpo na palavra, bem como de efeitos da palavra no corpo, num entrelaçamento que não se desfaz”.

*Sd. 49*



<http://www.mmcbrasil.com.br/8marco/galeria/marian01.jpg>

“Somos Cobaias”

Duas mulheres. A primeira, da esquerda para a direita, integra o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa afirmação pode ser feita tendo em vista o boné vermelho, símbolo do MST, que a mesma veste. A segunda é integrante do Movimento de Mulheres Camponesas, pois também veste um símbolo do MMC, o lenço lilás. As duas mulheres estão abraçadas, posando para a lente do fotógrafo com sorrisos bastante contidos. Elas estão grávidas, e têm em suas barrigas escrita a seguinte formulação: “não somos cobaias”.

Em que direção vão os sentidos, a partir do gesto dessas mulheres de posarem para a foto?

A primeira consideração a fazer é sobre o abraço, que pode simbolizar uma proximidade muito grande entre MST e MMC, ou seja, algumas práticas desses sujeitos se inscrevem no mesmo espaço. Isso nos leva para a segunda consideração e para a reflexão sobre a formulação “não somos cobaias”.

O que é ser cobaia? Na ciência, pequenos roedores são usados como objetos em experimentos realizados em laboratórios. Um indivíduo humano, por opção, pode ser objeto de alguma pesquisa científica. Aceitar ser objeto de uma pesquisa significa submeter-se a experiências que poderão dar certo ou não.

A formulação está marcando que a opção é *não ser cobaia*, portanto, não ser objeto de uma pesquisa científica, ou de um experimento incerto. Entretanto, precisamos recorrer à memória discursiva. É ela que está sustentando a produção de sentidos a partir dessa sequência discursiva, já que, depois de respondermos à primeira pergunta, conseqüentemente, formulamos uma segunda: cobaia de qual experimento, e quem realiza esse experimento?

Somente pela categoria da memória conseguiremos mobilizar os enunciados, próprios às práticas desses movimentos sociais, que a leitura desse *gesto* necessita.

Durante o nosso texto, temos reafirmado que o discurso do MMC se opõe, especialmente, aos discursos machistas e capitalistas. No capitalismo as inovações tecnológicas e avanços científicos estão sempre a serviço do mercado, e a regra deste, como enfatizamos, é sempre o lucro. Tudo o que é produzido tem como finalidade render um excedente. Para isso, na maioria das vezes, a ciência é posta a serviço do capital, na busca por inovações que possam aumentar o excedente.

A relação entre capital, ciência e agricultura se dá, entre outras coisas, pela produção de agrotóxicos e sementes. Estamos sob uma avalanche de informações contraditórias sobre muitas das supostas inovações tecnológicas que recaem, especialmente, sobre as sementes. Organismos Geneticamente Modificados e Transgênicos estão na ponta da discussão empreendida pelos movimentos sociais. Os transgênicos são o maior alvo das críticas, pois a manipulação genética entre espécies, até hoje, não teve comprovação de sua segurança quanto aos possíveis problemas que surgiriam devido ao consumo por seres humanos.

“Não ser cobaia”, sob uma perspectiva discursiva, pode significar não aceitar que o sistema capitalista imponha à humanidade, em nome do lucro, um experimento cujos resultados poderão causar danos irreparáveis para a saúde humana. A gravidez dessas mulheres representa o futuro. Um futuro que ninguém conhece. Os filhos que são o símbolo da continuidade da vida, quando submetidos ao objetivo do capital, que manipula a vida para o seu benefício, têm, desse modo, um futuro incerto.

A *sd* em questão repete as formulações do discurso do MMC, mas essa repetição não produz saturação, ela movimenta a memória, remobilizando, por meio da imagem, os saberes do capital e do social. Saberes esses que são já-ditos necessários à interpretação. Como podemos melhor compreender com a discussão da *sd* seguinte:

*Sd 50. Não basta gerar e parir nossas filhas e filhos, é preciso promover e defender a vida do planeta. Todos os dias.* ([http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder\\_agroecologia.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder_agroecologia.pdf))

Essa *sd* materializa discursos antagônicos em confronto, mais precisamente, os saberes das FDs de que já tratamos – FDC *versus* FDMTC. De um lado, está a formulação que, sob a forma da negação para que possa ser dita nesse discurso, diz respeito aos enunciados próprios ao capital, como, por exemplo: *para as mulheres que vivem no campo, gerar e parir filhos seria o suficiente*. Do outro lado, está uma formulação que é própria da FD que regula o dizer das mulheres camponesas, em que um enunciado possível é *a vida de nossos filhos depende da defesa do planeta*.

Ainda, podemos dizer que um dos efeitos de sentido possíveis para a primeira parte da *sd* pode ser o seguinte: *as mulheres precisam manter a saúde dos seus filhos*. Esse efeito é algo próprio ao discurso delas que está ressoando. Entendemos que *a vida dos filhos* justificaria a luta por um planeta melhor, ultrapassando o limiar de uma briga específica.

Relacionando com a imagem e com a discussão anteriores, observamos que há repetição, que há sempre algo que se mantém. Mantém-se uma oposição a enunciados das FDs antagônicas e uma insistente reiteração da defesa da vida.

### 5.1.2 Recorte II – corpo que sofre

Este recorte constitui-se de duas sequências discursivas. Nelas não há nenhuma formulação linguística, apenas imagem. As fotografias estão acompanhadas de suas legendas, mas as mesmas não foram incluídas na discussão.

Sd 51.



<http://www.mmcbrasil.com.br/8marco/galeria/capital02.jpg>  
“08 de março na capital gaúcha”

Sd 52.



<http://www.mmcbrasil.com.br/8marco/galeria/rs09.jpg>  
“Mulheres em ato simbólico no Ministério da Agricultura de Porto Alegre, RS”

Em cada uma das duas *sds*, observamos duas mulheres com o rosto coberto pelo lenço lilás e o seio esquerdo à mostra, elas seguram um objeto simbólico que representa um bebê, e fazem o gesto de uma mãe amamentando.

O rosto coberto pelo lenço nos leva a refletir sobre o silêncio. Orlandi (1993) discute o silêncio de duas maneiras. Em uma delas, afirma que o silêncio é fundante, é o real do discurso. No silêncio, o sentido é. Na outra maneira, é possível pensar o silêncio como silenciamento. É esta última perspectiva que nos interessa neste momento.

O silenciamento não é silêncio, não é a impossibilidade fundante do dizer, em que uns sentidos não podem ser ditos para que outros possam ser. Silenciamento é ‘pôr em silêncio’, é um processo de produção de sentidos silenciados. Ou seja, há sentidos que são censurados, retidos, impedidos de emergir. A censura é, segundo Orlandi (1993, p. 13), um processo de silenciamento que limita o sujeito no percurso dos sentidos. No caso dos sujeitos que integram um movimento social, a censura não é explícita, ela é imposta veladamente, pela dominação de uma ideologia sobre a outra. “O silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 1993, p. 31).

O lenço representa simbolicamente a dominação, mas também a resistência. Na impossibilidade de dizer, o gesto de cobrir o rosto diz. E esse dizer traz as marcas da resistência. A partir da mobilização da memória e das condições de produção desse discurso, observamos que nas duas *sds* há uma relação de opressão *versus* resistência que é posta em contato por meio da apreensão, pela imagem, do gesto de usar o lenço. Desse modo, perguntamo-nos: há resistência a qual opressão?

Aqui fazemos intervir o objeto que as mulheres estão segurando. Ele representa um esqueleto humano. Esqueleto de criança. Retornam efeitos de sentido sobre a morte. Sobre não ter futuro. As mulheres estão sendo sugadas por filhos sem futuro, ou melhor, sugadas pela morte. Novamente a repetição retorna à memória discursiva, podemos mobilizar a discussão empreendida no recorte anterior: “ser cobaia do capital poderá levar à morte”. A repetição marca, portanto, mais uma vez, a oposição às práticas do capitalismo.

A repetição materializa a resistência ao capital, que impede de falar, impede que sejam denunciadas atrocidades, barbáries etc.

É necessário ainda dizer, que a paráfrase entre as duas *sds*, não faz com que elas se sobreponham, e isso ocorre devido ao olhar das mulheres. Na *sd 51*, o olhar está dirigido ao “filho”, demonstrando cuidado maternal, de modo que não é possível ver os olhos, mas na *sd*

52 as mulheres estão com a fronte erguida, com o olhar a esmo, produzindo o efeito de que estão em pleno sofrimento.

### 5.1.3 Recorte III – corpo que sorri

Este recorte, assim como o anterior, também é integrado por duas sequências discursivas. Essas repetem as *sds* do segundo recorte, mas antes que a memória desdobre-se em paráfrase, o mesmo da materialidade discursiva abre-se à metáfora, em uma outra articulação discursiva, assim, a memória esburaca-se e os sentidos deslizam.

*Sd 53.*



foto : marian pessah

<http://www.mmcbrazil.com.br/8marco/galeria/marian03.jpg>

“MMC e Via Campesina na Solae”

*Sd 54.*



<http://www.mmcbrasil.com.br/8marco/galeria/marian05.jpg> “Camponesas POA”

Em cada uma das duas sequências discursivas, aparece uma mulher. Elas seguram o objeto-esqueleto, e mostram-no, segurando pela “cabeça”, para a captura da fotografia. Também nessas *sds* pode ser observado o gesto de posar para a foto. A partir disso, formulamos o seguinte questionamento:

- como está significando esse gesto de mostrar, com um sorriso no rosto, o símbolo, que representa não ter esperança de futuro, para a captura da lente, tendo em vista o recorte anterior e as condições de produção em que esse objeto foi simbolizado?

Notemos que o lenço já não cobre mais o rosto das mulheres. E o sorriso é franco, largo. Isso contradiz a resistência apresentada no recorte anterior. Expliquemo-nos: o gesto de posar para a fotografia faz com que os sentidos, produzidos em outras condições de produção, para o mesmo objeto – o esqueleto – de morte, sofrimento, sejam redirecionados para efeitos de sentido da ordem da diversão. Ou seja, as mulheres estão se divertindo com um boneco, que neste cenário não está significando mais do que um brinquedo.

Entendemos, a partir da discussão dos outros recortes, e das imagens deste, que podem ser destacados três cenários:

O primeiro é o cenário físico aonde as mulheres vão para lutar/reivindicar. Pois, muitas vezes, as camponesas precisam sair do campo e ir até a cidade para reivindicar. Normalmente, fazem passeatas em rodovias e/ou manifestações em frente a órgãos de governo. Podem também realizar ocupações de prédios para realizar as manifestações.

O segundo é o cenário de denúncia das condições histórico-sociais. As mulheres camponesas denunciam, por exemplo, a opressão e a exploração impostas pelo homem e pelo capital.

O terceiro é o cenário da encenação: de amamentar, de mostrar a barriga. Este cenário é uma consequência dos outros dois. Para a encenação, as mulheres já devem estar ocupando o ambiente físico e ter o objetivo da denúncia. Assim, os gestos ganham direção e significam também em relação ao contexto em que são produzidos.

Nas *sds* desse terceiro recorte, as mulheres saem da encenação, e, por um instante, parecem esquecer a denúncia e o ambiente da luta. O gesto escorre e o sentido desliza. As camponesas “esquecem” que estão ali como militantes, e que os gestos de segurar pela cabeça e/ou pelo pescoço o boneco que representa o filho morto e sorrir para a câmera estão interditados nesses cenários.

Em nosso entender, esses gestos contra-identificam-se aos saberes da FDMTC. Não há questionamento, mas há distanciamento da forma-sujeito da FD, pois os enunciados mobilizados de luta, de que a mulher é responsável pela luta, de resistência, de protesto, de denúncia escorregam, distanciam-se daquilo que é próprio da FDMTC.

Esse movimento mexe com os sedimentos da memória promovendo sua desregulação. Há repetição na medida em que as personagens são mulheres e o objeto simbólico é o mesmo, mas o gesto não é o mesmo. Portanto, a própria repetição que regulariza, também funda a desestabilização da memória.

O gesto outro estabelece um jogo de força no interior da memória discursiva, que poderá permanecer na estabilidade parafrástica ou fazer emergir o diferente, como foi o caso das *sds* analisadas.

## 5.2 Amarrando as pontas

Neste capítulo, discutimos a noção de *gesto*, compreendido a partir de Pêcheux (1993a), e como o *corpo* passa a ser determinante na compreensão desses atos ao nível do simbólico. Para a interpretação/análise das imagens, trouxemos outras considerações de

Pêcheux (2007) sobre repetição e memória. E, então, a partir de três recortes, observamos gestos das mulheres camponesas de posar para a fotografia.

No primeiro e segundo recortes, observamos como o gesto corporal-discursivo pode transbordar sentidos de denúncia. No terceiro, observamos que o gesto, nas condições de produção do discurso do MMC, desliza para o sentido outro: o ato de segurar o objeto pela cabeça faz destoar a denúncia, de modo que, um outro efeito é produzido. O símbolo passa a ser apenas um brinquedo. Esse efeito de sentido não deveria emergir no momento da luta.

De um modo geral, nos três recortes, o gesto é um ato do corpo já simbolizado nas práticas discursivas do MMC, que, ao ser apreendido pela imagem fotográfica, faz retornar discursos já-ditos. Entendemos que, ao retornarem, os já-ditos movimentam sedimentos da memória, e, mesmo na repetição, podem emergir como sentidos outros, deslizando para lados opostos.

Agora, nos encaminhamos para os nós que pretendem amarrar os ditos (e talvez os *não-ditos*) desta Dissertação.

## OS ÚLTIMOS NÓS

Fechar, após iniciarmos a escrita e fazermos descobertas, também é difícil. A vontade é de sempre continuar, é de retornar mais uma vez ao arquivo, é de procurar uma outra noção que possibilite explicitar determinado funcionamento... No entanto, é necessário estabelecer um ponto final, que não é, de maneira alguma, o fim, pois os sentidos estão sempre em curso, são moventes, não se fecham...

Ao iniciarmos esta Dissertação, formulamos uma questão que consideramos norteadora. Naquele momento, nos propusemos analisar o funcionamento do discurso do Movimento de Mulheres Camponesas, para, então, observar as repetições, as paráfrases e os possíveis deslocamentos realizados por esse discurso, principalmente, em relação a discursos dominantes na formação social capitalista como, por exemplo, do agronegócio e do patriarcalismo. Agora, é necessário realizar uma sistematização das respostas encontradas ao longo da pesquisa, que, como a teia de Aracne, foi sendo tecida por meio da mobilização de diferentes fios, tanto teóricos, como analíticos.

No primeiro capítulo, apresentamos os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa. Situamos o quadro teórico da Análise do Discurso pecheuxtiana e explicitamos a metodologia que possibilitou a estruturação do trabalho. Em uma de nossas primeiras considerações analíticas, afirmamos que, ao se manifestar por meio do *site*, o MMC terá sempre a possibilidade de fazer circular o discurso **do** movimento, e não apenas ficar refém do discurso *sobre* o movimento, divulgado pela mídia tradicional.

Em nosso entender, o gesto de apropriar-se de uma ferramenta como a internet pode proporcionar maior visibilidade às práticas de denúncia e de resistência das mulheres camponesas. Essa maior visibilidade pode possibilitar o rompimento com a saturação imposta pela grande mídia, e ajudar a promover a transformação das condições de existência das mulheres e dos trabalhadores, no interior da formação social. No entanto, também dissemos que essa apropriação tem suas consequências, já que “estar na rede” implica a submissão a uma ferramenta representativa do capitalismo. Assim, o discurso do MMC, ao mesmo tempo em que deseja a transformação, precisa submeter-se ao sistema que deseja transformar.

No segundo capítulo, tratamos das condições de produção do discurso do MMC, ou seja, contextualizamos nosso objeto de estudo. Inicialmente, fizemos considerações sobre a noção de movimento social e sobre o que significa estar sob essa denominação. Na sequência, trouxemos considerações sobre movimentos de luta pela terra, que, assim como o MMC,

procuram, entre outras coisas, defender o planeta da exploração demasiada. E, então, apresentamos o Movimento de Mulheres Camponesas, por meio de um breve resgate histórico. Além disso, iniciamos nossos gestos de análise mostrando que nesse discurso existe a necessidade de fortalecer uma identidade de mulher-camponesa-militante. Assim, especialmente, por meio da simbolização de objetos físicos, tais como: chapéu de palha e lenço lilás, próprios ao contexto das camponesas, é delineada uma unidade imaginária, a partir da qual as mulheres assumem diferentes posicionamentos.

No terceiro capítulo, discutimos a respeito do modo como se organiza a formação social capitalista. Para isso, escrevemos, a partir de Althusser (1996), resumidamente, sobre como é garantida a reprodução das relações de produção, que, segundo o autor, é a condição de existência da formação social. E procuramos situar em qual lugar o MMC se insere, e por que almeja a transformação das relações de produção. Destacamos, para elaborar essa reflexão, dois pontos principais: o contato entre o MMC e a instância repressiva do Aparelho de Estado, especificada, em nossa análise, como sendo a polícia; e o questionamento ao modo como o Aparelho Ideológico Escolar tem ofertado o ensino aos camponeses.

Com fundamentação em Rancière, afirmamos que os sujeitos que ocupam os lugares de dominância na sociedade não reconhecem as demandas das mulheres camponesas. E, os mesmos, amparados pelo Aparelho de Estado, usam da polícia para *supostamente* manter a ordem na sociedade. A partir da mobilização da noção de formações imaginárias de Pêcheux, afirmamos que é o imaginário de que os militantes de movimentos sociais são “arruaceiros, baderneiros etc.”, que tem justificado os processos de repressão. E, mesmo que as camponesas estejam ocupando um lugar não reconhecido pela sociedade, esse ponto de contato estabelece uma relação de forças que tenciona os lugares do Estado e do Movimento.

Com relação ao AIE Escolar, discutimos a questão da educação e como ela passa a ser um ponto fundamental da/para a luta do MMC. Assim, por meio da análise, mostramos que há uma ressignificação, pois, para o movimento, o AIE Escolar pode estar a serviço dos seus propósitos, para *formar* as mulheres para que possam se libertar e se emancipar. Portanto, o AIE pode não reproduzir a ideologia da classe dominante.

Na sequência desse capítulo, escrevemos sobre formação ideológica e formação discursiva. A primeira noção nos permite compreender os diferentes posicionamentos, e a segunda nos oferece a possibilidade de observar a manifestação desses posicionamentos na linguagem. Desse modo, delimitamos uma formação ideológica patriarcal capitalista – FIPC – e uma formação discursiva do capital – FDC –, e afirmamos que a formação ideológica camponesa – FIC – e a formação discursiva das mulheres trabalhadoras do campo – FDMTC

– têm suas fronteiras delimitadas no confronto/negação/oposição às práticas discursivas das duas primeiras, bem como dissemos que a FDMTC é heterogênea a si própria por abarcar discursos vindos de outras regiões de saber.

O discurso das mulheres camponesas, de um lado, nega os discursos do modelo de desenvolvimento econômico capitalista, da agricultura baseada no agronegócio, os discursos referentes ao machismo, ao patriarcalismo e à subordinação da mulher, e, por outro, afirma os discursos anticapitalistas, agroecológicos, da igualdade de direitos para a mulher, valorização dos trabalhadores, entre outros.

Com o estabelecimento das fronteiras da FDMTC, passamos a trabalhar em seu interior, tendo em vista, sempre, seu exterior constitutivo. Desse modo, observamos diferentes modos de relacionamento com a forma-sujeito da FD: a *posição-sujeito (dominante) de exclusividade na luta da mulher camponesa*, em que os saberes mobilizados dão conta de evidenciar que só a mulher é responsável pela luta; a *posição-sujeito da conciliação para a luta*, em que os homens (os trabalhadores) são convocados a lutar; e a *posição-sujeito da luta pelo reconhecimento*, em que os saberes mobilizados estabelecem um diálogo com a sociedade.

As posições-sujeito destacadas coexistem na FD por meio da diferença, pois não se contra-identificam aos saberes regulados pela forma-sujeito. No entanto, é preciso salientar que só a primeira posição representa plenamente os saberes da FDMTC, as outras duas posições diferem da primeira, embora não sejam divergentes.

No quarto capítulo, trabalhamos com as noções de interdiscurso e de memória discursiva. No discurso do MMC, retornam enunciados pertencentes ao eixo vertical, e, na medida em que passam a fazer parte das práticas desse movimento, linearizam-se, via memória discursiva, no eixo horizontal, por meio de formulações, em processos de repetição-paráfrase.

Entendemos, a partir das análises, que a repetição, neste discurso, ora fica no plano horizontal da memória metálica, produzindo sempre o mesmo – paráfrase –, ora está no plano vertical da memória histórica, produzindo o sentido outro – polissemia. Para nós, esse é um “jogo” necessário na luta por transformações.

Assim, a repetição-paráfrase, por meio da negação de discursos do e sobre o capitalismo e sobre o gênero masculino, atravessa esse discurso achatando a memória desse dizer, mas, ao mesmo tempo, essa repetição desconstrói a evidência proporcionada pelo discurso hegemônico da sociedade patriarcal e capitalista perfurando a memória histórica e promovendo o deslocamento de sentidos.

No capítulo de fechamento da Dissertação, traçamos breves considerações sobre *gestos* das mulheres camponesas de posarem para a fotografia. A noção de gesto foi compreendida como uma prática simbólica do corpo. Para realizarmos essa discussão, recorreremos, uma vez mais, à categoria da memória discursiva, pois são os enunciados já inscritos nas práticas do MMC, que agem na estruturação das fotografias analisadas. Desconstruímos a aparente homogeneidade das imagens e observamos que, ao mesmo tempo em que jogam com a paráfrase, são altamente polissêmicas.

Entendemos que, nas materialidades imagéticas, há um trabalho dos sentidos que passa necessariamente pelos gestos corporais-discursivos das camponesas. Gestos de denúncia, como, por exemplo, aos experimentos da Ciência, que ainda sob a incerteza da segurança para a saúde humana, são lançados ao consumo em nome do lucro. Gestos que também escorrem, e fazem o sentido deslizar e a denúncia, às vezes, ficar “esquecida”, como, por exemplo, sorrir e segurar o objeto-símbolo da denúncia como se fosse um brinquedo qualquer.

A partir dessas considerações sobre o percurso da presente pesquisa, permitimo-nos fazer pelo menos dois apontamentos:

O primeiro diz respeito à possibilidade de afirmarmos que o discurso do Movimento de Mulheres Camponesas é constituído de diferentes fios que vão um a um tecendo o MMC como discursividade. Mesmo que o tenhamos tomado, e ele assim se defina, como um movimento específico de luta das mulheres do campo, as demandas são plurais e referem-se a exclusões múltiplas. Exemplo disso são as discussões no espaço da cidadania política, ou, então, suas lutas voltadas contra a discriminação por sexo, reivindicação de direitos iguais quanto à aposentadoria, à assistência à saúde ou mesmo ao lazer.

Nesse sentido, e de acordo com nossa perspectiva teórica, entendemos que os sujeitos estão sempre em *falta*. Esta é constitutiva, e é ela que os move na busca de algo que os preencha e que dê a cada um seu sentido. Julgamos que o MMC ao articular diferentes eixos temáticos à sua prática discursiva – política, educação, economia, direitos – está em busca de encontrar um sujeito total, um sujeito mulher, por isso reúne fragmentos de vários discursos na tentativa de ter o *seu* lugar reconhecido na sociedade.

A repetição satura as possibilidades de efeitos de sentido, estabilizando um imaginário de mulher camponesa integrante desse movimento social. O excesso proporcionado pela saturação é a tentativa desse sujeito, por meio da negação-deslocamento do discurso-outro – o discurso antagônico –, de preenchimento de suas faltas (ausências) constitutivas.

Para o segundo apontamento, cabe retomar Orlandi (1993), que, em suas considerações sobre o silêncio, afirma que “há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio” (idem, p. 11). Essa citação nos permite afirmar que o discurso do MMC transpira discursos anteriores, é costurado com fios de discursos ditos anteriormente, em outros lugares e outras épocas, é costurado com palavras que se sedimentaram historicamente e que, ao serem (re)formuladas, retornam (re)significadas. Portanto, o que já-foi dito sobre movimento social, papéis das mulheres, luta pela terra, direito dos trabalhadores etc. retorna, se atualiza e sustenta o discurso do MMC.

É nesse processo de retomar o já-dito, e de repeti-lo, que se fundam os deslocamentos, os sentidos outros, as rupturas. O mesmo, ao retornar, já não é o mesmo. E, no jogo entre a paráfrase e a polissemia, o sentido outro, desde já, é a possibilidade de transformação.

## REFERÊNCIAS

AGUSTINE, Carmem. (N)As dobraduras do dizer e (N)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso. In: INDURSKY, Freda. LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (org.) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 303-312.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_. **Aparelhos de Ideológicos de Estado**: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 2ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Vinheiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante**: na fronteira de uma nova escola. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 6ª ed. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CAZARIN, Ercília Ana. O confronto entre duas posições-sujeito, inscritas em diferentes formações discursivas, marcado linguisticamente pelo enunciado dividido. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (org.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Identificação e representação política**: uma análise do discurso de Lula. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2005.

\_\_\_\_\_. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In: INDURSKY, Freda. LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (org.) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 109-122.

\_\_\_\_\_. Gestos interpretativos na configuração metodológica de uma FD. In: **Organon** - Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: A pesquisa em Análise do Discurso no PPG-Letras UFRGS e sua expansão institucional, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 103-118, jan-jun, 2010. Semestral.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (org.). **Mulheres: resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo (RS): CEBI, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do político. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do discurso político:** derivas da fala pública. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos [1981]. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours ? In: CONEIN, Bernard [et al.]. **Matérialités discursives**. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. **A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. Prefácio. In: CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante:** na fronteira de uma nova escola. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** [1969]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso da divulgação científica:** um espaço discursivo intervalar. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 3ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HORTA NUNES, José. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: In: INDURSKY, Freda. LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (org.) **Análise do discurso no Brasil:** mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373-380.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. A Análise do Discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. In: **Cadernos do IL**, 20, dez. de 1998. Instituto de Letras/UFRGS.

\_\_\_\_\_. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: **Organon - Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:** Discurso, língua e memória. Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-122, 2003.

\_\_\_\_\_. O político e o jurídico na constituição de subjetividades sociais. In: **Gragoatá**, Niterói, n.18, p. 97-110, 2005.

\_\_\_\_\_. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, Freda. LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (org.) **Análise do discurso no Brasil:** mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 163-172.

\_\_\_\_\_. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana.

**Práticas discursivas e identitárias:** sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

\_\_\_\_\_. A representação do MST na mídia: discurso verbal e não verbal. In: ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília Maria Souza Romão. **Leituras do político**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011a.

\_\_\_\_\_. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (orgs.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011b.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LAGAZZI, Suzy. Recorte significante na memória. In: INDURSKY, Freda.; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina.; MITTMANN, Solange. (Org.). **O discurso na contemporaneidade:** materialidades e fronteiras. São Carlos, 2009, v., p. 61-72.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O quadro atual da análise do discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, Freda.; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Michel Pêcheux e a análise do discurso:** uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

\_\_\_\_\_. O discurso do corpo. In: MITTMANN, Solange; SANSEVERINO, Antonio Marcos Vieira (orgs.). **Trilhas de investigação:** a pesquisa no I. L. em sua diversidade constitutiva. Porto Alegre/Instituto de Letras: UFRGS, 2011.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso:** (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania. Ideologia e inconsciente na constituição do sentido. **Gragoatá**. Niterói, n.5, p. 87-95, 1998.

MITTMANN, Solange. Redes e ressignificações no ciberespaço. In: ROMÃO, L.M.S.; GASPAR, N.R.(Orgs.) **Discurso midiático:** sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro & João, 2008.

19

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais no ciberespaço: o cruzamento de duas ordens discursivas. In: RIBEIRO, Ana Elisa. [et. al.]. **Linguagem, tecnologia e educação**. São Paulo: Petrópolis, 2010.

MORALES, Blanca de Souza Viera. Sujeito: imaginário, simbólico e real. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. **Práticas discursivas e identitárias:** sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto:** formação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Interpretação:** leitura, autoria e efeitos do trabalho simbólico. 5ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da memória.** 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. Documentário: acontecimento discursivo, memória e repetição. In: ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília M. S. **Leituras do político.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PALUDO, Conceição. Movimento de Mulheres Camponesas: há muito para aprender com elas. In: PALUDO, Conceição (org.). **Mulheres:** resistência e luta em defesa da vida. São Leopoldo (RS): CEBI, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio [1975]. Tradução de Eni P. Orlandi [et. al.] Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do discurso (AAD-69). [1969]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani [et. al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993a, p.61-162.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas [1983]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani [et. al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993b, p. 311-319.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da memória.** Tradução de José Horta Nunes. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso.** Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani [et. al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993, p. 163-245.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RASIA, Gesualda dos Santos. Entre a indeterminação e a determinação: o discursivo na materialidade linguística. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. **Práticas discursivas e identitárias:** sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

RIBEIRO, Marlene. Trabalho, movimentos sociais e educação: reflexões sobre a produção em educação rural do campo. **IV Escola de Inverno**. Educação e políticas públicas: encontros e desencontros. FAGED/UFRGS, julho de 2008. Disponível em <[http://www.ufrgs.br/comexedu/arquivos/marlene\\_ribeiro.pdf](http://www.ufrgs.br/comexedu/arquivos/marlene_ribeiro.pdf)>, acesso em 26/11/2010.

\_\_\_\_\_. Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação? **Revista Brasileira de Educação**. v.14, n.42, set./dez, p.423-439, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a03.pdf>>, acesso em 20/11/2010.

SERRANI, Silvana M. **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. Ressonâncias fundadoras e imaginário de língua. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

SCHONS, Carme Regina.; MITTMANN, Solange. A contradição e a (re)produção/transformação na e pela ideologia. In: INDURSKY, Freda.; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina.; MITTMANN, Solange. (Org.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos, 2009.

SILVA, Renata Silveira da. Tempo discursivo: possibilidades teórico-analíticas em articulação com o real. In: **Anais do SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/5SEAD/SIMPOSIOS/RenataSDaSilva.pdf>>, acesso em 15/01/2012.

## REFERÊNCIAS DAS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

CARTILHA. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. **Mulher Camponesa: caminhando rumo à superação da violência**. 2009. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/cartilha\\_violencia\\_2009.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/cartilha_violencia_2009.pdf)>, acesso em 10/06/2010.

CARTILHA. DARON, V. COLLET, Z. (org.). **Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida**. Associação De Mulheres Trabalhadoras Rurais Da Região Sul Do Brasil. Abril de 2008. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha\\_defesa\\_vida\\_2008.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_defesa_vida_2008.pdf)>, acesso em 15/06/2010.

CARTILHA. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. **Nenhuma trabalhadora rural sem documentos**. Agosto de 2004. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha\\_documentacao.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_documentacao.pdf)>, acesso em 15/06/2010.

FOLDER. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. **Gênero, Sexualidade e Direitos das Mulheres**. 2008. Disponível em:

<[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder\\_genero\\_2008.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder_genero_2008.pdf)>, acesso em 25/01/2011.

FOLDER. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. **Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação.** 2007. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder\\_tbase2007.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder_tbase2007.pdf)>, acesso em 25/01/2011.

FOLDER. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. **Agroecologia:** uma alternativa para a continuidade da vida. (s/d). Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder\\_agroecologia.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/folder_agroecologia.pdf)>, acesso em 25/01/2011.

INFORMATIVO MMC: Movimento De Mulheres Camponesas MMC/SC. Santa Catarina, ano XVII, julho-agosto. 2010. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/informativo\\_sc\\_julhoagosto10.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/informativo_sc_julhoagosto10.pdf)>, acesso em 16/07/2010.

INFORMATIVO MMC. Movimento De Mulheres Camponesas MMC/SC. Santa Catarina, ano XV, setembro-outubro. 2008. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/informa\\_set\\_out\\_08.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/informa_set_out_08.pdf)>, acesso em 16/07/2010.

INFORMATIVO MMC. Movimento De Mulheres Camponesas MMC/SC. Santa Catarina, ano XV, maio-junho. 2008. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/informativo\\_sc\\_maiojunho08.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/informativo_sc_maiojunho08.pdf)>, acesso em 16/07/2010.

JORNAL DESPERTA MULHER. Movimento De Mulheres Camponesas MMC. Janeiro-março de 2011. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/desperta/desperta\\_2011\\_01.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/desperta/desperta_2011_01.pdf)>, acesso em 16/07/2010.

PANFLETO. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. **Mulheres Camponesas rompendo o silêncio:** pelo direito a uma vida sem violência. Novembro de 2010. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/241110\\_25\\_novembro.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/241110_25_novembro.pdf)>, acesso em 14/11/2010.

PANFLETO. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. **Reforma da Previdência Rural:** na luta por Previdência pública, universal e solidária. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/panf\\_previdencia05.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/panf_previdencia05.pdf)>, acesso em 28/01/2011.

PANFLETO. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. **8 de Março Dia Internacional da Mulher:** dia de luta, resistência e compromisso com as mulheres, a classe trabalhadora e a vida. (s/d). Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/panfleto\\_rua\\_080306.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/publicacoes/panfleto_rua_080306.pdf)>, acesso em 30/03/2011.

PANFLETO. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. **Produzir alimentos saudáveis**: cuidar da vida e da natureza. Estudo 1. (s/d). Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/campanhas/estudo1.pdf>>, acesso em 16/07/2010.

PANFLETO. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. **Conhecer, Prevenir, Lutar e Cuidar**: a saúde da mulher. (s/d). Disponível em: <[http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/saude\\_mulher.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/saude_mulher.pdf)>, acesso em acesso em 16/07/2010.

[http://www.mmcbrasil.com.br/menu/quem\\_somos.html](http://www.mmcbrasil.com.br/menu/quem_somos.html)

[http://www.mmcbrasil.com.br/campanhas/alimentos\\_saudaveis.html](http://www.mmcbrasil.com.br/campanhas/alimentos_saudaveis.html)

<http://www.mmcbrasil.com.br/menu/historia.html>

<http://www.mmcbrasil.com.br/menu/lutas.html>

[http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/100610\\_abuso\\_poder\\_rr.html](http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/100610_abuso_poder_rr.html)

[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=15814](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15814)

[http://www.mmcbrasil.com.br/fotos/260809\\_foto2.jpg](http://www.mmcbrasil.com.br/fotos/260809_foto2.jpg)

[http://www.mmcbrasil.com.br/fotos/260809\\_foto13.jpg](http://www.mmcbrasil.com.br/fotos/260809_foto13.jpg)

<http://www.mmcbrasil.com.br/8marco/galeria/marian01.jpg>

<http://www.mmcbrasil.com.br/8marco/galeria/capital02.jpg>

<http://www.mmcbrasil.com.br/8marco/galeria/marian03.jpg>

<http://www.mmcbrasil.com.br/8marco/galeria/marian05.jpg>

<http://www.mmcbrasil.com.br/8marco/galeria/rs09.jpg>

<http://www.flickr.com/photos/76171891@N00/2333738494>